

**LUIZ FERNANDO RANKEL**

**A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA PARA A NAÇÃO: A  
PARTICIPAÇÃO DO MUSEU PARANAENSE NA EXPOSIÇÃO  
ANTROPOLÓGICA BRASILEIRA DE 1882.**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História, ao Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Renato Lopes Leite

Curitiba  
2007

A minha mãe, por tudo.

## Agradecimentos

Agradeço a minha família pelo apoio e compreensão em todos os momentos. Aos colegas da pós-graduação pelas discussões e conversas despropositadas. Ao meu orientador Renato pela paciência que teve ao lidar com os problemas que foram surgindo. Aos amigos que me ajudaram nas horas em que mais precisei, mas também nas horas felizes e descontraídas. Aos amigos do Museu Nacional, especialmente Maria José Veloso e Paulo Aprígio, pela dedicação com que me atenderam em meio aos arquivos.

## Resumo

### **A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA PARA A NAÇÃO: A PARTICIPAÇÃO DO MUSEU PARANAENSE NA EXPOSIÇÃO ANTROPOLÓGICA BRASILEIRA DE 1882.**

A Exposição Antropológica Brasileira de 1882, ocorrida no Museu Nacional no Rio de Janeiro, foi o maior evento científico do século XIX no Brasil. A presente dissertação analisa, além do evento em si, a participação do Museu Paranaense na Exposição Antropológica, principalmente através do envio de objetos que compunham a cultura material dos povos indígenas que habitavam a província paranaense. Este processo teve implicações históricas e culturais relativas à construção de uma memória específica para a nação que estava em formação no Brasil, a partir de teorias de cunho racalista vigentes à época.

Palavras-chave: Museu, Museu paranaense, Arqueologia, Exposição Antropológica.

## **Abstract**

### **The construction of a memory for the nation: the participation of the Paranaense Museum in the Brazilian Anthropological Exposition in 1882.**

The Brazilian Anthropological Exposition of 1882, occurred in National Museum in the Rio de Janeiro, was the greatest scientific event of the 19<sup>th</sup> century in Brazil. This term paper analyzes, beyond the event itself, the participation of the Paranaense Museum in it through the dispatching of the objects that made part of the Indians material culture that lived in the paranaense province. This process had historical and cultural implications that are connected to the construction of a specific memory for the nation which was in formation in Brazil, from the racist theories current this time.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>2</b>
<b>CAPÍTULO I – Em busca da Nação: Arqueologia e Estados Nacionais no século XIX.....</b>	<b>8</b>
1. A arqueologia francesa e a invenção da nação.....	11
2. IHGB e Von Martius: subsídios para uma história e uma nação para o Brasil.....	16
3. Arqueologia Brasileira: paradigma histórico e métodos científicos.....	25
<b>CAPÍTULO II – O uso de uma noção: a ciência como elemento unificador.....</b>	<b>32</b>
1. A episteme moderna e as teorias sobre o homem.....	33
2. O racialismo e a classificação do homem.....	38
3. O nascimento dos museus modernos e os museus no Brasil.....	41
4. O museu paranaense: da sociedade de aclimação às exposições internacionais.....	44
<b>CAPÍTULO III – Exposição Antropológica Brasileira: construindo uma memória para a     nação.....</b>	<b>53</b>
1. A separação entre memória e história na longa duração.....	54
2. O enquadramento da memória coletiva ou a perspectiva sociológica histórica.....	59
3. O maior evento científico do século XIX: A Exposição Antropológica Brasileira de 1882.....	62
4. O Museu Paranaense na Exposição Antropológica: ajudando a construir uma memória para a nação.....	75
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>83</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>85</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata de questões não tão novas, mas que persistem como parte integrante da memória que conforma o cotidiano das diferentes culturas espalhadas pelo mundo. Há um paradoxo da modernidade que contrapõe a tendência à globalização cada vez maior das economias e tecnologias à persistência de nações territorializadas como constructos ideológicos compostos, entre vários elementos, pelo ódio étnico-racial e religioso. Tais questões não são mutuamente excludentes. Aachamos, ao contrário, que fazem parte de um mesmo processo que é específico da modernidade e que se apresenta hoje dessa forma paradoxal da qual falamos, sendo antes aspectos de um desdobramento que indícios de uma possível superação.

Esse processo de forja de nações e nacionalidades irrompeu no final do século XVIII e se efetivou durante o século XIX como um todo. Seus aspectos políticos são bem conhecidos e têm como principal marco a Revolução Francesa de 1789. Pela primeira vez, a idéia de nação tomou forma e espalhou-se como principio ativo de formulas tanto revolucionárias como conservadoras. Mas haveria ingredientes a incorporar a esta noção que a transformariam e dariam a ela contornos bem específicos. Porque, concomitantemente à idéia de nação, temos a afirmação dos Estados nacionais no século XIX que não somente a incorporarão, mas serão os promotores desta, a partir de uma série de mecanismos políticos e ideológicos. Dentre estes mecanismos ressalta-se a construção de uma historiografia marcadamente elitista e voltada para a edificação intelectual das nações.

No Brasil, segundo José Neves Bittencourt, é o momento em que os eruditos brasileiros perceberam que os documentos necessários a esta empreitada intelectual não poderiam prescindir de algo mais visível, mais palpável, “que não ficasse aprisionado no estreito limite temporal de trezentos e tantos anos; algo que levasse a imaginação a um tempo de larga antiguidade, e que pudesse situar a tradição em avatares mais dignos de respeito”<sup>1</sup>. Cresce a importância dos vestígios materiais como símbolos probatórios de um

---

<sup>1</sup> BITTENCOURT, José Neves. **Território largo e profundo**: os acervos dos museus do Rio de Janeiro como representação do Estado Imperial (1808-1889). Niterói, UFF. Tese de doutorado, 1997, p. 226. A tese de

passado civilizado transformado em elemento ideológico da representação do Estado Imperial brasileiro.

Efeito, na verdade, sentido à distância, mas não por isso menos efetivo, de um movimento de inflexão epistemológica amplo que já no início do século XIX exprimirá seus pressupostos, “experimentações, confrontos, provas, leis têm uma necessidade imperativa de objetos materiais e de fatos concretos”<sup>2</sup>. Segundo Bucaille e Pesez, o conceito de cultura material está hoje espalhado pelas ciências humanas o que, no entanto, não significa que tenha havido uma definição precisa e geral da noção. O que se tem são definições que estão de acordo com o contexto em que foram usados desde o seu surgimento, que os autores localizam na segunda metade do século XIX, principalmente a partir de Boucher de Perthes<sup>3</sup>. Não obstante, o termo cultura material só apareceria nas primeiras décadas do século XX, por conta dos estudos iniciados na Rússia com um decreto de Lênin, tornando a noção um instrumento intelectual e objeto da história<sup>4</sup>. Os autores apresentam assim quatro características fundamentais da noção de cultura material: a primeira diz respeito à coletividade, ou seja, a cultura material expressa o que em cada época era expressão geral da uma determinada sociedade, por oposição à individualidade, não excluindo a possibilidade de que se façam subdivisões entre classes ou grupos; a segunda, dialeticamente ligada à primeira, é a opção pelos não-acontecimentos, para que se possa atingir aquilo que em uma sociedade é estável e constante, que a caracteriza, fazendo do acontecimento “uma ilustração do substrato cultural coletivo”; a terceira e a quarta características do conceito apresentam a dualidade teórico-interpretativa característica do marxismo: estudar a cultura material significaria tratar os sistemas “estéticos, jurídicos, morais, religiosos, lingüísticos” como epifenômenos, isto é, como secundários na interpretação da sociedade e época em questão. A importância causal seria àqueles ligados aos limites materiais, pois a “noção de que nos ocupamos implica uma escolha: o estudo da cultura material é o estudo dos aspectos materiais da cultura entendidos como causas

---

Bittencourt representa umas das análises de maior fôlego até o momento, abrangendo as principais instituições do século XIX envolvidas na construção de um passado para o Brasil.

<sup>2</sup> BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean-Marie. Cultura Material. In: **Enciclopédia Einaudi**, tradução Rui Santana Brito, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989, p. 13.

<sup>3</sup> O francês Boucher de Perthes (1788-1868) é considerado o criador da arqueologia pré-histórica a partir da descrição de vestígios líticos divulgados em sua obra mais famosa denominada “Do Homem Antediluviano e suas obras” de 1860.

<sup>4</sup> BUCAILLE; PESEZ, op. cit., p. 15, os trechos que seguem referem-se às páginas 20-26.



explicativas, e isso, em certa medida, em prejuízo dos seus aspectos menos materiais”, ou seja, os fenômenos infra-estruturais como causalidade e os objetos concretos como explicação dos mesmos.

Trata-se, segundo pensamos, de uma forma reducionista de abordagem da cultura material. Uma vez mantida a dualidade marxista tradicional entre superestrutura e infra-estrutura perde-se em muito o poder de interpretação que se poderia obter caso fosse superada tal dualidade. Achamos que não se pode separar os aspectos materiais de uma sociedade daquilo que os investe enquanto símbolos que fazem parte de representações sociais mais amplas, as quais por sua vez só podem ser investigadas a partir da problematização dos seus elementos constitutivos. Esta relação entre significado e significante constitui uma nova “realidade”<sup>5</sup> por provocar uma fusão entre sujeito e objeto, justamente o espaço onde as representações são criadas, tanto no sentido de reforçar uma tradição como no sentido mais amplo da mudança social.

Sendo assim, a cultura material entendida aqui como um conjunto de signos, foi o resultado deste interesse por vestígios materiais que pudessem de alguma forma auxiliar na nova proposta ideológica de se construir nações imaginárias para Estados que tinham se tornado independentes e em que recrudescia um nacionalismo na maioria das vezes pragmaticamente alinhado aos interesses das elites locais. Com efeito, muitas das disciplinas acadêmicas surgidas neste contexto foram inspiradas nestes sentimentos de devoção à nação, cultuados em santuários do conhecimento, como os museus, por exemplo. Os museus foram os locais onde as ciências da cultura material se desenvolveram, onde os intelectuais discutiram modelos teóricos, construíram e divulgaram interpretações sobre os homens e sua história. Bittencourt assinala que “não eram os museus a única agência especializada em produzir representações (...) sua importância reside em operarem informações de caráter científico e histórico, estas sim dentre as mais necessárias para inserir o jovem Império Brasileiro entre as nações civilizadas”<sup>6</sup>.

Nosso interesse seria o de investigar como se deu este processo a partir de uma instituição específica, o Museu Paranaense. Situado em uma província de pouca

---

<sup>5</sup> JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os Outros: Intersubjetividade, Espaço Público e Representações Sociais. In: JOVCHELOVITCH, Sandra; GUARESCHI, Pedrinho (org.). **Textos em representações sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994, p. 74.

<sup>6</sup> BITTENCOURT, op. cit. p. xxi, Introdução.

expressividade em termos políticos, mas que traria, no entanto, segundo Oliveira<sup>7</sup>, “um modelo para o Brasil em alguns de seus valores e políticas. Deveria contemplar um espaço de europeização no Império. Criar instituições que funcionassem e novas experiências de espaços urbanos”. Talvez um museu provincial fosse uma dessas instituições, como símbolo de modernidade e civilização. A problematização gira em torno de como então esse Museu recém criado, em 1876, participou de um evento que se torna exemplar para nosso esquema teórico de relacionar a cultura material em um conjunto de mecanismos articulados ao projeto mais amplo do Império: a construção de uma memória coletiva como expressão da relação idealizada de um passado, presente e futuro.

Nesse sentido, o texto traz três capítulos que apresentam de forma geral alguns mecanismos através dos quais o conceito de nação foi sendo utilizado pelo Estado Imperial brasileiro. Mas para que iniciemos esta discussão é necessário que saibamos como o conceito de nação foi se desenvolvendo e tornou-se basilar para as construções ideológicas no século XIX principalmente. A discussão do primeiro capítulo proporcionará, por conseguinte, o panorama histórico no qual a noção de nação pode tornar-se parte do imaginário político, a partir de mudanças fundamentais nas concepções dos europeus em relação a temporalidade e a espacialidade. O contato com populações recém “descobertas”, e os desdobramentos daí resultantes proporcionaram um incentivo ao desenvolvimento de um saber voltado ao entendimento do *outro*. A arqueologia tornou-se assim um caso paradigmático ao incorporar em seus questionamentos fundantes a perspectiva de situar em uma nova temporalidade o conjunto da humanidade, bem como atender aos motivos nacionalistas e imperialistas que, por outro lado, davam suporte para sua legitimação como disciplina científica. É a relação, portanto, de interdependência entre as ciências que, com base metodológica nas ciências naturais passaram a inferir e auferir teorias sobre as sociedades humanas, e a construção de nações e nacionalidades como interesse de elites políticas dentro dos Estados Nacionais em formação. A discussão se encaminha então, ainda no primeiro capítulo, para a forma pela qual o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) desenvolveu uma concepção de nação que teve no texto ganhador do concurso sobre “Como escrever a história do Brasil” do naturalista alemão Karl Friedrich

---

<sup>7</sup> OLIVEIRA, Ricardo Costa. **O silêncio dos vencedores**: genealogia, classe dominante e estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001, p. xix, introdução.

Philipp Von Martius, um de seus elementos basilares. Achamos, seguindo os passos trilhados por Langer e Bittencourt<sup>8</sup>, que tal concepção permeou as pesquisas arqueológicas que o IHGB empreendeu nas décadas de 50 e 60 e posteriormente nas do Museu Nacional durante o século XIX.

O texto de Von Martius, acompanhando as discussões que ocorriam nas academias européias, traz uma concepção biologizante de como se escrever a história para a nação. É nesse sentido que no segundo capítulo passamos a investigar uma característica específica da episteme moderna: o surgimento de uma ciência que tem pela primeira vez o *homem* como objeto de estudo. Trata-se de uma gama de saberes classificatórios que uma vez formalizados em discriminadas áreas do conhecimento procederam a uma verdadeira taxonomia das populações, que poderiam ter ou não as características indicativas de uma nação civilizada, a partir do conceito preponderante que a *raça* vai assumir ao longo do século XIX. Nesse sentido, a cultura material, ou seja, os objetos que antes faziam parte de uma curiosidade manifesta por elementos da nobreza, que em seus *Cabinets de Curiosités* armazenavam particularidades dos países do mundo, transformaram-se em locais destinados à experimentação e vulgarização desse conhecimento que tomava ares de ciência e pleno reconhecimento enquanto capaz de propor respostas adequadas aos questionamentos sobre, por exemplo, a origem do homem, ou a questão da miscigenação das raças. É em função disto que falamos em museus modernos, porque a sua caracterização como locais de ciência acompanha as transformações mais amplas ocorridas no âmbito da episteme moderna.

Com suas peculiaridades, mas também ligados aos pressupostos mais amplos que fundamentaram instituições similares na Europa e nos Estados Unidos, os museus brasileiros contribuíram para a construção da imagem da nação que o Estado imperial brasileiro desejava. Uma que refletisse os progressos e a civilidade tipicamente europeus, mas também não deixasse de misturar à fórmula as singularidades brasileiras, onde as contradições que pudessem justamente denegrir tal imagem fossem devidamente obnubiladas. O Museu Paranaense foi tomado como objeto de estudo com o objetivo de demonstrar, principalmente, a perspectiva similar que houve em sua gestão e, para além das

---

<sup>8</sup> Bittencourt, 1997, op. cit. LANGER, Johnni. Ruínas e Mitos: a Arqueologia no Brasil Imperial. **Tese de doutorado**. Universidade Federal do Paraná, 2001.

especificidades que o caracterizaram como uma referência de civilidade na província paranaense, atestadas pela sua participação em diversas exposições nacionais e internacionais, as concepções que guiaram sua participação na Exposição Antropológica Brasileira de 1882. Tais concepções tiveram o indígena como referência a partir da onde os estudos em Etnologia, Arqueologia e Antropologia partiram para comprovar teorias de inferioridade racial, assim como ocorria nas pesquisas desenvolvidas no Museu Nacional. O Museu Paranaense não possuía à época uma revista científica nos moldes dos *Archivos do Museu Nacional*<sup>9</sup>, o que reforça por outro lado o esforço das pessoas que estavam a frente do Museu Paranaense em acompanhar as pesquisas científicas dos grandes centros, enviando não somente objetos mas também textos especialmente impressos para a Exposição Antropológica, que possuíam uma temática em comum, os indígenas brasileiros.

Não obstante, é no terceiro capítulo que partiremos para a problemática da memória, primeiramente fazendo um breve balanço teórico-metodológico para em seguida relacionarmos ao âmbito específico da Exposição Antropológica e a participação do Museu Paranaense. Compreendemos tal exposição como uma situação paradigmática em que ciência e nação se fizeram representar. Através das missivas enviadas pelo diretor do Museu Nacional, Ladislau Netto, a muitas das províncias do Império, solicitando objetos para figurarem na Exposição, tivemos uma noção da dimensão que atingiu este evento, durando aproximadamente três meses e recebendo mais de 10.000 visitantes. Consideramos a Exposição Antropológica como o ápice de um processo que se iniciou com as pesquisas do IHGB ainda na primeira metade do século XIX erigindo um passado ideal para a nação imperial. A ciência de cunho *racialista* que proliferou na segunda metade do oitocentos adicionou o estatuto da “verdade científica” a pré-noções sobre principalmente os indígenas brasileiros, ajudando a “enquadrar” a sociedade a partir de identidades raciais, que pensamos ter contribuído significativamente para a conformação de uma memória coletiva que em suas flutuações e negociações mantém a raça como fator de diferenciação e classificação social.

---

<sup>9</sup> Trata-se da publicação periódica científica mais importante do século XIX no Brasil. Seu primeiro número apareceu quando da reforma do Museu Nacional em 1876 empreendida por Ladislau Netto, diretor da instituição. Exemplares eram remetidos aos estabelecimentos científicos e literários do país inteiro, bem como às instituições estrangeiras que mantinham contato com o Museu Nacional.

## I

**EM BUSCA DA NAÇÃO: ARQUEOLOGIA E ESTADOS NACIONAIS NO SÉCULO XIX**

Dentre as muitas transformações que permearam o século XIX aquela que diz respeito ao processo que determinou o surgimento de um pensamento social de base científica interessa sobremaneira. Ao longo deste século, marcado pelas inovações científicas e tecnológicas características da sociedade industrial, uma gama de pressuposições e hipóteses que remontavam ao final do século XVIII e início do XIX subjaziam em diferentes campos do conhecimento no momento em que as ciências sociais emergiram como verdades capazes de explicar a condição e a diversidade humana, e para apoiar previsões e projetos que visavam o futuro. Tais aspectos nem sempre são levados em consideração como formadores da memória coletiva e imaginário social contemporâneo, menos ainda considera-se a relação de interdependência que mantiveram com o surgimento concomitante dos Estados nacionais modernos.

O que chamamos hoje de modernidade foi o palco para os inúmeros projetos patrocinados por elites que se apoiavam em noções como progresso, civilização e nação para ver seus interesses de classe transformarem-se em nacionais a partir da aliança com os Estados em formação. Para que essa aliança fosse prolífica alguns ingredientes, adicionados principalmente na segunda metade do século XIX foram de extrema importância. Consideramos o pensamento social e histórico desenvolvido nessa época como um dos aspectos fundamentais desta relação entre ciência e Estados Nacionais, através de uma legitimação recíproca. Como exemplo desta interdependência temos o desenvolvimento da Arqueologia e sua efetivação como ciência, em um ambiente que envolveu a consolidação do pensamento evolucionista como sustentáculo das explicações do comportamento humano, bem como a configuração dos Estados-nação e suas incursões exploratórias pelo mundo afora.

Segundo Bruce Trigger, estudioso do desenvolvimento da arqueologia mundial, o estudo das fases que antecedem a consolidação da arqueologia como uma disciplina

acadêmica tem revelado um aporte explicativo muito mais vigoroso e consistente do que se havia pensado anteriormente<sup>10</sup>, isso tem sido efetivamente demonstrado em relação ao desenvolvimento da arqueologia brasileira através de inúmeros trabalhos, os quais revelam a pertinência de se investigar o desenvolvimento de ciências que contribuíram para a formação do pensamento social brasileiro oitocentista<sup>11</sup>.

As pesquisas arqueológicas no Brasil se consolidaram durante a segunda metade do século XIX, onde uma nova sistematização e organização do acervo do Museu Nacional, constituído em boa parte por objetos enviados pelas províncias do império, fizeram parte de uma ampla reforma nesta instituição. Para Margaret Lopes, não se pode demarcar a data de 1876 como o início das pesquisas relativas a ciências tais como a antropologia, pois desde 1842 no interior da primeira seção de Zoologia já se realizavam estudos dessa natureza. Têm-se antes uma mudança de ênfase, direcionada a determinadas áreas que demonstram as inclinações científicas e ideológicas dos pesquisadores envolvidos<sup>12</sup>. Pode-se estender esta análise ao caso da arqueologia, que conheceu um período de muitas especulações na primeira metade do século XIX, mas que redirecionou suas pesquisas a partir da década de 1860, mantendo no entanto um modelo de história calcado na tentativa de construção de uma linearidade histórica para os agentes civilizadores, representados pelas elites provinciais, com novas discussões sobre, por exemplo, os sambaquis do litoral brasileiro.

Sendo assim, discutiremos neste capítulo, o processo pelo qual o desenvolvimento da Arqueologia mundial e brasileira esteve ligado à pressupostos mais amplos, que dizem respeito ao conjunto de transformações que ocorreram na Europa a partir principalmente da Revolução Francesa, que relacionou a construção de nações imaginárias – como parte do arcabouço de legitimação dos Estados Nacionais – e a crescente individuação de disciplinas em áreas específicas do saber. O fio condutor para a discussão será o desenvolvimento da noção de nação que esteve subjacente às investigações e conclusões da nascente ciência arqueológica. Trata-se, de forma específica, de investigar a trajetória extremamente complexa que envolveu a construção ideológica de nações que se serviram de um

---

<sup>10</sup> TRIGGER, Bruce. **História do pensamento arqueológico**. São Paulo: Odysseus, 2004, p. 5.

<sup>11</sup> Ver, entre uma variedade enorme de trabalhos, LOPES, [1997]; LANGER, [2001]; MONTEIRO, [1996]; SCHWARCZ, [1993]; FERREIRA, [2005; 2001]. Dos autores citados somente Langer e Ferreira tratam exclusivamente da arqueologia no Brasil Império.

<sup>12</sup> LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica**: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Ucitec, 1997.

arcabouço simbólico legitimador, este último intimamente ligado ao processo concomitante de constituição das ciências naturais e sociais, como interface da relação maior de construção da nação brasileira na segunda metade do oitocentos.

O século XIX mostrou-se prolífico em termos de projetos políticos que buscaram na construção intelectual de um passado ideal seu apelo e razão mesma de existir. Entre literatos e cientistas as glórias dos Estados modernos foram sendo construídas e transformadas em um passado comum, isento de contradições que pudessem constranger sua imagem como grande promotor do progresso e civilidade para as nações. Para além das criações literárias, em suas exaltações românticas das origens nacionais a cultura material foi largamente utilizada para promover de forma mais efetiva um passado específico, uma história específica. Com o poder dos objetos, transformados em símbolos, na sua intrínseca capacidade de projeção imagética e de solidificar imaginários, uma nova forma de narrar o passado ganhou uma dimensão até então inesperada, pois o público das capitais poderia a partir de então testemunhar a “evolução” da história nacional, as curiosidades da flora e fauna e embasbacar-se com os “tipos” humanos através das exposições provinciais e nacionais. O modelo de história, no Brasil, era basicamente o mesmo, que remontava à criação do IHGB em 1838, mas a forma de se narrar essa história mudara de forma substancial. Com a proliferação dos museus na segunda metade do século XIX não somente a elite poderia usufruir as especulações científicas acerca dos mundos distantes e dos costumes das populações mais exóticas do mundo e do próprio território nacional – como o caso do Brasil – mas agora, através de uma das funções primordiais dos museus, a de ser veículo pedagógico, intentava-se a ampliação da divulgação das idéias e teorias acerca do homem e do passado brasileiro. Por isso, acreditamos na importância de se investigar e realizar uma espécie de sócio-gênese dos conceitos e da ideologia que guiou o desenvolvimento e a consolidação de ciências como a Arqueologia, Etnologia e Antropologia, ocorrido de forma efetiva nos museus a partir de 1876.

Este processo, de construir nações imaginárias a partir da cultura material, ocorre de forma mais ou menos concomitante em vários países do ocidente, onde a Arqueologia assumirá papel preponderante através das escavações e das análises epistemologicamente ligadas que estavam aos pressupostos evolucionistas vigentes à época. A comparação com o caso francês será de grande valia por dois motivos: por um lado nos proporciona avaliar,

de modo mais amplo, as conformidades existentes entre o nascimento da Arqueologia francesa e a brasileira, uma vez que não eram poucos os autores franceses aos quais os pesquisadores brasileiros recorriam nos termos de ideais de ciência a serem atingidos; pela similaridade dos métodos, no que a Etnologia e Antropologia servirão de suporte para o estudo das características e diversidade do homem em seu ambiente; e também pelo uso político da “nação” enquanto discurso ao qual estarão intrinsecamente vinculados os estudos históricos e arqueológicos, por outro, conforme destacado por Lilia Schwarcz<sup>13</sup>, em função das especificidades culturais e políticas brasileiras, as teorias e interpretações, bem como as práticas científicas levadas a cabo foram adaptadas de forma idiossincrática gerando um efeito em termos de imaginário e memória coletiva característico.

### 1. A Arqueologia francesa e a invenção da nação

Sobre as questões relacionadas à história da Arqueologia francesa o trabalho de Laurent Olivier<sup>14</sup> destaca-se sobremaneira por refletir não somente sobre o contexto histórico ao qual está vinculado o nascimento da disciplina, mas por tematizar os modelos interpretativos e por conseguinte as representações identitárias que foram construídas e que povoam o imaginário europeu até hoje. Herança da filosofia das Luzes e da Revolução Francesa a Arqueologia na França será um desdobramento de uma inflexão maior que transtornou e transformou a forma de conceber o mundo dos europeus a partir do século XVI. Segundo Olivier<sup>15</sup> dois grandes eventos marcaram profundamente as designações das representações de identidade coletiva e individual dos europeus modernos: a descoberta dos “selvagens da América” e a descoberta das “antiguidades pré-romanas”<sup>16</sup>. Acontecimentos não simultâneos mas que contribuiram para a drástica mudança que molda os fundamentos do que chamamos hoje modernidade, ou seja, aquela que se refere à dimensão espacial e à

---

<sup>13</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

<sup>14</sup> OLIVIER, Laurent. As origens da Arqueologia francesa. In: **Textos didáticos**, Repensando o Mundo Antigo, 2ª ed., IFCH/Unicamp, n. 49, 2005.

<sup>15</sup> OLIVIER, op. cit., p. 37-38.

<sup>16</sup> Aspas do autor.



temporal, fundamentalmente. Nesse sentido, concordamos com Giddens<sup>17</sup>, quando indica a profunda descontinuidade da modernidade em relação às formas tradicionais de ordem social, onde a separação do tempo e do espaço (em relação às formas pré-modernas) abre possibilidades diferenciadas e dinâmicas de um ponto de vista dialético e não evolutivo, proporcionando novas relações espaço-temporais, como a padronização dos calendários ou, de forma mais importante, o desenvolvimento de nacionalismos de tipo raciais, étnicos ou culturais<sup>18</sup>.

Para Olivier, ciências como a Antropologia e etnografia darão conta da diversidade humana recém descoberta nos novos espaços geográficos, que não deixarão de ter sua importância econômica aventada sempre que possível. Por outro lado, a Arqueologia tratará de reorganizar a dimensão temporal das sociedades, juntamente com a história, que encontraria no século XIX lugar privilegiado entre os intelectuais a serviço dos estados-nação. Com o desenvolvimento do comparatismo etnográfico, a partir de trabalhos de autores como Antoine de Jussieu e Nicolas Mahudel, ainda na primeira metade do século XVIII, temos o estabelecimento daquele que seria o método primordial da Arqueologia, não só francesa como mundial, pelo século XIX adentro. Além disso, o século XVIII marca, segundo Olivier, uma mudança na forma de abordar as sociedades ameríndias: “distantes no espaço, as populações ‘selvagens’ dessas regiões recuadas são consideradas, a partir de então, igualmente como distantes no tempo: nesse sentido, os ameríndios seriam populações ‘primitivas’ (...). Enfim, esta outra escala de leitura das sociedades ‘selvagens’ legitima a idéia nova de uma evolução linear, gradual e contínua de civilização (...), ou seja, do ‘progresso’”<sup>19</sup>. Sendo assim, haveria estágios que as sociedades atravessariam até alcançarem o nível de desenvolvimento que, por exemplo, alguns países europeus haviam chegado: França, Inglaterra e Alemanha são modelos de civilização: seu avanço tecnológico informa o grau a que chegaram. Dessa forma, os objetos que começam a afluir aos gabinetes de curiosidades – aquilo que Pomian<sup>20</sup> conceituou de semióforos, dando

---

<sup>17</sup> GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

<sup>18</sup> ANDREU-DÍAZ, Margarita. Nacionalismo y Arqueología: El contexto político de nuestra disciplina. In: **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 11: 3-20, 2001.

<sup>19</sup> OLIVIER, op. cit., p. 42, aspas do autor.

<sup>20</sup> POMIAN, K. Coleção. **Enciclopédia Einaudi**, 1. Memória – História. Porto: Imp. Nac. Casa da Moeda, 1984, p. 51-86.

origem ao colecionismo<sup>21</sup> - , serão referências ao grau em que tais civilizações do passado chegaram, sendo indicação por conseguinte para as populações que vinham sendo “descobertas” e exploradas. Em outras palavras, o grau de aperfeiçoamento da técnica empregada na fabricação de objetos, fossem eles de cunho religioso ou utilitário, demonstraria o estágio civilizatório em que se estava e, com efeito, na visão de grande parte da ciência europeia dedicada a tais estudos e que desfrutavam das benesses da revolução industrial, a maioria se encontrava estática, primitiva como seriam posteriormente conhecidas, quando não entrara em decadência com o passar do tempo.

Se durante o século XVIII, na Inglaterra e França, a concepção de história sofre uma mudança significativa, em que o mito de origem greco-romano da lugar a um modelo social e principalmente nacional, através da crítica da nobreza sobre a monarquia, a Revolução Francesa vai consolidar a noção de nação, pois que “para a Monarquia , a comunidade nacional não existe enquanto tal: em suas relações com a sociedade, o poder real não reconhece em relação a ela uma entidade coletiva que seria ‘Nação’”<sup>22</sup>. A crítica à monarquia põe em dúvida o ponto em que seu arcabouço jurídico e fonte de poder político repousava, ou seja, a idéia mesma do direito hereditário, de sangue, que remontava aos romanos e identificava o presente como continuidade. A monarquia sofreu o primeiro golpe com a introdução da idéia de que o presente seria o resultado de batalhas que a nobreza fora travando e vencendo, portanto seria o direito de conquista, não o mito troiano com um presente continuamente autodestrutivo, que deveria ser observado. A partir daí a história torna-se um jogo de resultado indefinido: a qualquer momento pode-se inverter, com uma invasão e conquista, o direito sobre o poder político. Mas, como ressalta Olivier<sup>23</sup>, tal crítica não responde por todo restante que não seja nobre, sendo antes uma reivindicação sectária que um apelo em favor massa desamparada.

Em função dessa situação é que a idéia de nação toma forma e ganha força na França. Pois, por um lado a monarquia não deve ter o direito sobre a nação porque a legitimação do presente pelo seu mito troiano de origem não encontra mais lastro frente a reivindicação da nobreza do direito de conquista, em que estes últimos seriam descendentes

---

<sup>21</sup> De acordo com Pomian (op. cit., p. 71), o colecionismo reveste-se da procura pelos semióforos, ou seja, “objetos que não têm utilidade (...), mas que representam o invisível, são dotados de um significado; não sendo manipulados, mas expostos ao olhar, não sofrem usura”.

<sup>22</sup> OLIVIER, op. cit., p. 47, aspas do autor.

<sup>23</sup> Ibid., p. 47-48.

diretos dos francos, uma fundamentação baseada tanto etnicamente como na força e mitificação da batalha. Afastando a idéia de que a França (nobres tão somente) descenderia dos francos, a nação republicana, por um lado, mantém o fundamento étnico mas, por outro, acrescenta a ele o motivo da herança cultural. Deste ponto de vista, os gauleses seriam seus grandes ancestrais a partir de agora, representados pelo Terceiro Estado. O que a Revolução de 1789 traz neste sentido é, no entendimento de Olivier<sup>24</sup>, o surgimento de uma oposição não mais de povos, mas de classes. “Por outro lado”, continua Olivier, “o Estado, tornando-se a expressão dessa nova Nação global, passa a encarnar o instrumento do dever histórico da Nação (...)”, com efeito, “(...) a fusão do Estado e da Nação anuncia, enfim, o nascimento do racismo do Estado, que se desenvolverá em seguida, na segunda metade do século XIX”<sup>25</sup>.

Outra visão tem o historiador Eric Hobsbawm<sup>26</sup>. Assim como Olivier, crê que foi na era das revoluções que ao conceito de nação relacionou-se o entendimento de um corpo de cidadãos cuja soberania coletiva os constituía como um Estado concebido como sua expressão política. Pensando especialmente na Revolução Francesa, Hobsbawm comenta que, no entanto, “não podemos (...) ler na nação revolucionária nada parecido com o programa posterior de estabelecer Estados-nações para corpos (sociais) definidos em termos dos critérios tão intensamente debatidos pelos teóricos do século XIX, tais como etnicidade, língua comum, religião, território e lembranças históricas comuns”<sup>27</sup>. Apesar da equação Estado = nação = povo ajustar-se aos conceitos revolucionário-democrático e nacionalista de nação, para Hobsbawm, ao primeiro relaciona-se a condição de cidadão que faz parte da nação revolucionária, seja ele quem for desde que aceite as condições jurídicas do novo Estado constituído, já para o segundo, importará alguns critérios como história comum, raça e língua para que se defina quem pertence ou não à nação. Assim, Olivier deixa de lado esta diferenciação entre o conceito revolucionário de nação e o nacionalista, pois está interessado naquilo a partir do que a ciência arqueológica francesa atuará, ou seja, exatamente o conceito nacionalista e por conseguinte exclusivista de nação, e Hobsbawm trata de eximir os revolucionários da possibilidade de terem dado início a uma espécie de

---

<sup>24</sup> OLIVIER, op. cit., p. 50.

<sup>25</sup> Id.

<sup>26</sup> HOBBSBWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1870**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 31.

<sup>27</sup> Ibid., p. 33.

racismo de Estado, que ele considera como obra dos reacionários, a exemplo de Gobineau<sup>28</sup>.

A questão de maior importância para nós, contudo, não é saber se os revolucionários deram início ou não a uma espécie de racismo de Estado, mas sim que a idéia de nação surge principalmente a partir da Revolução Francesa e que ela se espalhará como modelo pelo mundo nos e através dos Estados, que darão início a um processo de conformação de uma identidade interna, investindo na construção de um sentimento de pertença – elitista na maioria dos casos. Além disso, fica evidente que tanto para Olivier como Hobsbawm – e este último o faz explicitamente – partem do pressuposto de que os Estados precedem as nações, em comum acordo com Ernest Gellner<sup>29</sup>, que colaborou decisivamente para a compreensão das nações como constructos culturais e políticos. Entendemos que não se trata de uma questão cronológica, mas sim da forma como os Estados passaram a utilizar, a reelaborar e produzir um conjunto de práticas voltadas à constituição de um arcabouço simbólico que o inventava ao mesmo tempo em que o legitimava a partir de um sistema de auto-referência diferenciador. E é justamente este aspecto, o tratamento das nações como uma “invenção” patrocinada por um Estado que se pretende “representante do povo”, será o principal ao qual estaremos tentando referenciar, pois este modelo de Estado administrativo será levado aos quatro cantos do mundo através do imperialismo europeu, e assim também, em íntima conexão, a “transformação da ‘raça’ em conceito central das ciências sociais do século XIX”<sup>30</sup>.

Chegamos a um ponto de grande importância em nossa discussão, pois é exatamente esta noção de nação que será utilizada politicamente de variadas maneiras em muitos países e estará presente na nascente ciência arqueológica mundial: “Essa modificação muda profundamente o contexto da disciplina arqueológica nascente, dela fazendo um instrumento de pesquisa das origens da Nação, e não mais uma atividade ‘*de antiqüários*’,

---

<sup>28</sup> Ibid., p. 88.

<sup>29</sup> Gellner faz parte dos autores que vêm sendo chamados de modernistas em oposição aos etnicistas; os primeiros concebem as nações e os nacionalismos como características específicas da modernidade, enquanto instrumentos construídos para acomodar as transformações ocorridas com a sociedade industrial; os etnicistas são tributários de um proto-nacionalismo étnico-cultural. Fundamentalmente a discordância reside no papel dos Estados no desenvolvimento das nações. Cf. RIBEIRO, Rita. A nação na Europa – breve discussão sobre identidade nacional, nacionalismo e supranacionalismo. In: **Cadernos do Noroeste**. Série sociologia. 22:1-2, 2004, 85-96.

<sup>30</sup> HOBBSAWM, op. cit. p. 131.

uma distração da aristocracia”<sup>31</sup>. Agora o Estado tomará para si a responsabilidade de demonstrar através da pesquisa arqueológica e histórica o nível ao qual a nação chegou em termos sociais – pois a república representa a consciência do interesse coletivo frente às relações de dominação das sociedades primitivas – e em termos de modo de produção, pois a indústria, o comércio, as artes liberais, a agricultura, ciência e filosofia, são manifestações próprias do gênero humano, sendo o caminho a seguir por todas os outros países ansiosos por tornarem-se nações igualmente civilizadas.

### **3. IHGB e Von Martius: subsídios para uma história e uma nação para o Brasil**

O Brasil conheceu na primeira metade do século XIX transformações fundamentais em sua estrutura administrativa que resultariam em uma maior centralização do poder político. Segundo o brasilianista Richard Graham, em texto publicado em 2001 como resultado de uma mesa redonda que discutiu a formação do Estado Nacional brasileiro, houve uma espécie de acordo entre as elites regionais para com o governo imperial, porque, levando em consideração as experiências latino americanas, em especial a ocorrida no Haiti, em que os escravos se fizeram livres, as disputas entre si e na tentativa de uma maior autonomia em relação ao governo central, para além da coibição deste último, esbarraram em um problema freqüente que era o fato de que, tanto escravos libertos, como pequenos proprietários e camponeses sem terra, davam um contorno de revolta popular aos movimentos, ameaçando os domínios senhoriais<sup>32</sup>:

“quando ocorriam revoltas regionais, o caos se seguia, e a própria instituição da escravatura parecia perigar. Finalmente, as elites políticas, que haviam exigido autonomia local mais ampla, retrocederam, horrorizadas, e reverteram o curso. Começando no final da década de 1830 e continuando até 1850, apoiaram uma série de medidas nacionais destinadas a fortalecer a autoridade central e a limitar as liberdades regionais”<sup>33</sup>.

---

<sup>31</sup> OLIVIER, op. cit. p. 50-51, itálico e aspas do autor.

<sup>32</sup> GRAHAM, Richard. Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado. In: **Diálogos**. Maringá, v. 05, n. 1, dez. 2001, p. 25-26.

<sup>33</sup> *Ibid.*, p. 29.

Graham ressalta ainda que os poderes locais não dependiam estritamente de fatores econômicos, e sim de um investimento no *status* individual, em reforço mútuo para com o governo legítimo do monarca<sup>34</sup>. Procedendo dessa maneira o jogo político resultava numa colaboração deliberada para a manutenção da ordem monárquica, “líderes locais escolheram a monarquia porque, até mesmo quando a ordem social não era abertamente desafiada, eles precisavam realçar a legitimidade de seu próprio governo, tanto em relação às classes mais baixas quanto aos seus próprios olhos”<sup>35</sup>. Era possível a partir de então conciliar de forma muito proveitosa os interesses regionais e o novo sentimento em relação à nação, o qual se construía justamente em função de toda uma gama de representações simbólicas que proliferaram no sentido de demonstrar a unidade, pelo menos das elites regionais, em relação a unidade nacional.

Muitas instituições que foram criadas neste período atenderam ao desejo das elites no sentido de fornecer à nascente nação brasileira uma identidade, a partir de um centro irradiador, representado pelos intelectuais da corte e das províncias: “é no bojo do processo de consolidação do Estado Nacional que se viabiliza um projeto de pensar a história brasileira de forma sistematizada”<sup>36</sup>. Assim como o caso francês, a nação brasileira precisará buscar sua gênese, e a história será a disciplina – a exemplo do que ocorria em muitos países da Europa e Américas – privilegiada para tanto, sendo que especialmente para isso que é criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838. “Nesse local”, comenta Schwarcz sobre o Instituto, “enquanto o passado era lembrado de forma enaltecida, a partir de uma natureza grandiosa de indígenas envolvidos em cenários românticos; já a realeza surgia como um governo acima de qualquer instituição, e a escravidão era, literalmente, esquecida”<sup>37</sup>.

Como os gauleses na França republicana os portugueses serão reconhecidos como fundadores e continuadores da tarefa civilizadora iniciada com a colonização. No entanto, as diferenças do uso do conceito de nação são nítidas desde já, pois o Brasil era uma monarquia em meio às repúblicas latinas: “nação, Estado e coroa” estão fundidos no

---

<sup>34</sup> GRAHAM, op. cit., p. 32.

<sup>35</sup> Ibid., p. 33.

<sup>36</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-27.

<sup>37</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. Um debate com Richard Graham ou “com estado mas sem nação: o modelo imperial brasileiro de fazer política”. In: **Diálogos**. Maringá, v. 05, n. 1, dez. 2001, p. 63.

discurso historiográfico, o que limitava a abrangência do conceito, restringido àqueles que carregavam as características históricas e físicas para figurarem no proscênio da civilização brasileira. É notória a ligação, porém, entre o IHGB e o *Institut Historique* de Paris, fundado em 1834, pois “construir a imagem de um Brasil como frente avançada da civilização francesa nos trópicos é, sem dúvida, o projeto subjacente ao intenso contato que as duas instituições irão incentivar”<sup>38</sup>. Nosso objetivo, não obstante, é investigar como esse modelo de história a serviço da nação, – que não passava de um projeto lembre-se bem – servirá de base para as investigações arqueológicas, realizadas primeiramente pelo próprio IHGB, e posteriormente pelo Museu Nacional, com toda a nova sistematização científica ocorrida pelo incremento das pesquisas nas áreas da Antropologia e Etnologia neste último,

Devemos partir do texto que, em 1845 foi publicado na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, denominado “*como se deve escrever a historia do Brasil*”, de autoria de Karl Friedrich Philipp von Martius, sócio correspondente do Instituto, que o escreveu por ocasião do concurso que o IHGB promovera em 1844. Tal concurso visava estabelecer as bases metodológicas para um futuro porém indispensável empreendimento de escrever a história do Brasil, tarefa considerada de suma importância levando em consideração os contornos que o império queria dar à nação brasileira, ressaltando a contribuição das províncias para a unidade nacional mas sem deixar de lado suas peculiaridades. Assim, cada particularidade das províncias refletiria sua colaboração na construção da imagem de um império que progredia em uníssono, sob o auspício de um imperador “iluminado”.

O texto de Von Martius inicia-se – deixando de lado suas demonstrações de humildade e entusiasmo pela oportunidade de colaborar em “quão glorioso intento” – traçando os detalhes do que se seguirá, as “idéas geraes sobre a História do Brasil”<sup>39</sup>. Esta primeira parte do texto de Martius estabelecerá de onde devem partir todos aqueles interessados em escrever a história do Brasil: “Paiz que tanto promette”, diz ele, “jámais deverá perder de vista quaes os elementos que ahi concorrerão para o *desenvolvimento do homem*”<sup>40</sup>. Destacamos esta questão em função da característica mais ampla a que remete,

---

<sup>38</sup> SCHWARCZ, 2001, op. cit., p.12.

<sup>39</sup> VON MARTIUS, Karl Friedrich Philipp. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 6 (24), 1845, pp. 389-411.

<sup>40</sup> Ibid., p. 389, itálico nosso.

ou seja, a referência ao *homem*. Característica da *episteme* moderna<sup>41</sup> tal referência associa promessas de um futuro pródigo, pois trata-se da história de um “paiz que tanto promette”, e o descortino dos aspectos da *indole innata* das três raças que contribuiram para a formação do homem e da história brasileira: “do encontro, da mescla, das relações mutuas e mudanças d’essas tres raças, formou-se a actual população, cuja historia por isso mesmo tem um cunho muito particular”<sup>42</sup>. Temos então, nestas primeiras linhas do texto de Martius, a vinculação entre a história e as condições inatas, ou seja, naturais das raças que formaram o Brasil, uma ligação importantíssima principalmente em relação ao método, porque condiciona as possibilidades da história passada e da história futura do país à história subjacente aos perfis biológicos das diferentes raças aqui presentes, indígenas, brancos e negros.

Acompanhando uma tendência em voga na Europa e América do Norte de se explicar as sociedades a partir de teses racialistas Martius utiliza tais proposições para explorar as possibilidades e características da historicidade brasileira. Nesse sentido, ordenar as raças aqui presentes em uma hierarquia que obedecia aos cânones do conhecimento científico europeu o faz proceder em seu texto descrevendo as “particularidades physicas e moraes”<sup>43</sup> de cada uma das raças que, oferecendo “a este respeito um motor especial” para o “desenvolvimento commum, quanto maior fôr a energia, numero e dignidade” de cada uma delas. Necessariamente, segundo ele, o português apresenta-se como o motor fundamental desse processo, garantindo “as condições e garantias moraes e physicas para um reino independente; (...) o portuguez se apresenta como o mais poderoso e essencial motor”<sup>44</sup>. Alertando para a eficácia de uma “historiographia-pragmatica” mas também uma espécie de condescendência metodológica, Martius ressalta a importância de se investigar indígenas e negros, pois, - utilizando um termo muito usado na química -, eles “reagiram sobre a raça predominante”. Além disso, o cruzamento das raças é característica também de grandes países como da “nação ingleza”, uma das justificativas que Martius usa para a investigação das “raças inferiores”, pois

---

<sup>41</sup> As características da *episteme* moderna serão discutidas em maiores detalhes no segundo capítulo deste trabalho.

<sup>42</sup> VON MARTIUS, op. cit. p. 390.

<sup>43</sup> Id.

<sup>44</sup> Id.



“brancos haverá”<sup>45</sup>, diz ele “que a uma tal ou qual concurrencia d’essas raças inferiores taxem de menoscabo á sua prosapia”. Tal prosápia referia-se às elites certamente, pois causaria, a princípio, certa suspeição incluir negros e indígenas na construção do passado ideal para a nação, posteriormente veremos que somente os indígenas sobreviveram a esta idealização historiográfica.

Mas a questão que agora nos interessa é que Martius talvez seja um dos primeiros a mencionar a “nação” brasileira<sup>46</sup> relacionada ao potencial moral e físico que, por serem condições inatas, dão à nação a possibilidade de tornar-se tão grandiosa como a inglesa, por exemplo. Para quem quisesse escrever a história do Brasil uma questão premente seria organizar em uma classificação hierárquica tais condições, historiando as particularidades bio-sociais de cada raça: “cousa semelhante, e talvez ainda mais importante se propõe o gênio da historia, confundindo não somente povos da mesma raça, mas de raças inteiramente diversas por suas individualidades, e índole moral e physica particular, para d’ellas formar uma nação nova e maravilhosamente organizada”<sup>47</sup>. Assim, o sucesso da história da nação brasileira e da “susceptibilidade” dos brasileiros dependerá, no entender de Martius, da capacidade do “verdadeiro historiador” em “apreciar o homem segundo seu verdadeiro valor, como a mais sublime obra do Creador, e *abstrahindo da sua cor ou seu desenvolvimento anterior*”<sup>48</sup>.

A primeira parte do texto de Martius discorre, então, sobre a melhor forma de proceder à história do Brasil. Ele expõe seu método, seus objetivos e suas justificativas apelando ao que chama de “christianismo esclarecido” enquanto característica do “autor philosophico, penetrado das doutrinas da verdadeira humanidade” no intuito de demonstrar as condições para o aperfeiçoamento das três raças que, colocadas uma ao lado da outra tem tudo para desempenhar cada qual seu papel na conformação de uma nação civilizada e em franco progresso, tudo isso sob a atenção meticulosa do Estado Imperial. Temos o delineamento, nessa primeira parte do texto, das outras subseqüentes, pois cada uma

<sup>45</sup> (id.) Itálico no original.

<sup>46</sup> Graham indica em nota bibliografia a respeito da não utilização da palavra nação como parte do vocabulário político da primeira metade do século XIX em São Paulo: Arnaldo Daraya Contier, *Imprensa e ideologia em São Paulo, 1822-1842: Matizes do vocabulário político social*, (Petrópolis: Vozes; Campinas: UNICAMP, 1979). Também em Pernambuco, Izabel Andrade Marson, *Posições Políticas na Imprensa Pernambucana*, dissertação de mestrado (Universidade de São Paulo, 1974), apud. Graham, op. cit. p. 44, nota 66.

<sup>47</sup> VON MARTIUS, op.cit. p. 391.

<sup>48</sup> Id., itálico nosso.

discorrerá sobre as particularidades de cada uma das raças, os índios, os portugueses e os negros.

A questão da nação surge então enredada em princípios biológicos que irão dar o tom da historiografia que será desenvolvida pelo IHGB nos anos subseqüentes. Segundo Schwarcz<sup>49</sup>, o texto de Von Martius inaugurou uma tendência que exaltar a hierarquia entre as três raças e que progressivamente, ao longo do século XIX, os autores do romantismo optarão pelos indígenas como a imagem perfeita de um passado relacionado à seres exóticos membros de uma natureza harmoniosa e um presente em que a catequese os redimiria e os faria parte da civilização. Aos negros restará o estereótipo de pessoas racialmente inadaptáveis, que com o tempo serão absorvidas geneticamente pelos genes superiores dos brancos, segundo as teorias da segunda metade do século XIX e autores que as sustentaram como Varnhagen. “Que povos eram aquelles” se perguntava Von Martius em seu texto, “que os portugueses acharam na terra de Santa Cruz, quando estes aproveitaram e estenderam a descoberta de Cabral? D’onde vieram elles? Quaes as causas que os reduziram a esta dissolução moral e civil, que n’elles não reconhecemos senão ruínas de povos?”<sup>50</sup>. Tal era o grande questionamento de Martius acerca dos povos indígenas, porque se por um lado não se pode, segundo ele, identificar mais esses povos como sendo os seres primitivos da humanidade e sim como “ruínas de povos”, por outro onde encontrar os dados necessários para construir sua história e mais, como integrá-los à história da nação?

Independente disso uma coisa era certa, os indígenas brasileiros não podiam ser considerados como o “estado primitivo do homem”<sup>51</sup>, eles representam, segundo “investigações mais aprofundadas”<sup>52</sup>, o “*residuun de uma muito antiga, posto que perdida historia*”<sup>53</sup>. Martius revela aqui uma das teorias que será um dos motes das posteriores pesquisas arqueológicas brasileiras na segunda metade do século XIX: a degenerescência dos povos indígenas. Tal teoria postulava entre outras coisas que os índios brasileiros

---

<sup>49</sup> SCHWARCZ, 1993, op. cit. p. 112-113.

<sup>50</sup> MARTIUS, op. cit. p. 393.

<sup>51</sup> Id.

<sup>52</sup> Uma análise mais incisiva deveria perscrutar os autores aos quais Martius recorreu como fontes atualizadas à época, já que não há bibliografia indicada pelo autor no texto que aqui discutimos. Inclusive no intuito de problematizar o desenvolvimento que, de uma concepção de história para o Brasil intrinsecamente ligada a natureza passará a incluir fatores biológico-raciais como fundamentais para escrever a história do país.

<sup>53</sup> Itálico no original, op. cit. p. 393.

seriam resquícios de grandes civilizações do passado, que teriam se degenerado em função do cruzamento racial, e agora seriam nada mais do que “fosseis vivos”. A investigação sobre os indígenas deverá, segundo nosso autor, proceder a uma comparação de suas manifestações exteriores, ou seja, a recorrência dos aspectos fenotípicos que por ventura fossem observáveis em povos de mesma raça. Como teoria corrente à época, identificava-se ligação parental entre os indígenas da América do Sul como um todo, daí as pesquisas subsequentes em antropologia física terem tamanha importância nos museus brasileiros.

De outro lado, para que “á esfera da alma e da intelligencia d’estes homens”<sup>54</sup> fosse perscrutada o caminho seria pelos *documentos historicos*<sup>55</sup>. Por tratar-se de povos ágrafos Martius recomendava que as pesquisas se direcionassem para a língua dos indígenas. Ao próprio IHGB essa recomendação aparece expressa em seu texto, pois seria na linguagem que se poderia entrever “vestigios de relações sociaes”, o que abriria a possibilidade, segundo ele, de entender as cerimônias religiosas, tradições que explicassem manifestações de canibalismo e sacrifícios humanos que só demonstravam o estado de dissolução em que se encontravam atualmente os indígenas brasileiros<sup>56</sup>. Eis a questão que nos direciona para o cerne do quadro que vimos tentando montar: os indígenas em não possuindo escrita, sua língua e seus vestígios materiais seriam as fontes privilegiadas para àquilo que o IHGB se proporia enquanto representante e instituição oficial da construção de uma imagem e uma história ideal para a nação brasileira. Como constructo intelectual característico da época, não fugia aos parâmetros de cientificidade que a disciplina histórica buscava, o que só foi possível por uma nova noção de tempo surgida na modernidade, em grande medida baseada nas teorias newtonianas de causa e efeito. Lynn Hunt et al.<sup>57</sup> demonstram a íntima relação desenvolvida entre a história e a idéia de modernidade no ocidente a partir do século XV, momento que dá início a um processo que até o século XVIII será marcado pelo contínuo descrédito para com a noção de tempo judaico-cristã, que havia dominado a memória coletiva ocidental desde pelo menos o Édito de Milão ou o concílio de Nicéia, datas fundamentais para a história do cristianismo. Com o advento da mecanização do tempo, ou seja, do aperfeiçoamento dos relógios, houve uma uniformização do tempo principalmente

---

<sup>54</sup> MARTIUS, op. cit. p. 394.

<sup>55</sup> Id., itálico no original.

<sup>56</sup> MARTIUS, op. cit. p. 394-395.

<sup>57</sup> HUNT, Lynn; APPLEBY, Joyce; JACOB, Margaret. Scientific History and the Idea of Modernity. In: **Telling the truth about history**. New York: WW Norton, 1995.

em relação à disciplina dos trabalhadores nas fábricas. Junte-se a isso a nova forma de pensar o mundo social estabelecida com o surgimento do romance e dos jornais. Eles fizeram as pessoas pensarem suas vidas como simultâneas as de outras, both made people think (...) with other lives in a homogenous time measured by clocks and calendars, (...) the readers of novels or news papers follow the lives of people they will never meet but can readily imagine as acting in time and over time like themselves, because they are contemporaries”<sup>58</sup>. A partir dessas mudanças a expectativa passou a ser de que as ações humanas poderiam ser explicadas assim como Newton havia explicado as leis do movimento, a modernidade gerou a fé no progresso ilimitado do gênero humano, separando os que haviam superado as etapas civilizatórias daqueles que, através das “missões de fé” imperialistas seriam salvos do obscurantismo das superstições e tradições locais. A história a partir de então dependeria de fontes documentais que atestassem a autenticidade dos fatos.

Para Von Martius tais fontes seriam a língua, como já mencionado, e as ruínas que a exemplo dos demais povos americanos pudessem ser encontradas pelos sertões brasileiros. Isso demonstraria, através de fontes materiais, que os indígenas teriam sido capazes no passado de grandes realizações mas que agora se encontrariam neste estado de degenerescência: “a circunstancia porém de não se terem achado ainda semelhantes construcções no Brasil certamente não basta para duvidar que tambem n’este paiz reinava em tempos muito remotos uma civilização superior”<sup>59</sup>. Para Martius, portanto, arqueologia e etnografia estavam implicadas no trabalho de quem estivesse interessado em escrever a história do Brasil, o que ele chamou de “historiador philosophico e ethnographo”, principalmente os membros do IHGB, que segundo ele deveriam concordar que lhes fossem propiciados todos os meios e “sacrificios em favor de investigações archeologicas”<sup>60</sup>, configurando assim os aspectos fundamentais do método historiográfico desenvolvido pelo IHGB nos seus anos subseqüentes. Importante ressaltar como a arqueologia, apesar de diletante e prematura, teve um papel importantíssimo no projeto historiográfico de construção de um arcabouço intelectual elitista proponente de uma imagem para o Brasil, a questão é que este conjunto de representações que se pretendia

---

<sup>58</sup> HUNT et al. Op. cit. p. 54.

<sup>59</sup> MARTIUS, op. cit. p. 397.

<sup>60</sup> Id.

nacional, foi ao mesmo tempo um dos fatores principais da própria fundação da nação brasileira. Não cabe aqui discutir se passamos a existir como uma nação a partir disto ou não, o que discutimos é que houve projetos, intenções levadas a cabo por grupos dentro da sociedade brasileira durante o século XIX que investiram na construção destes mitos de fundação.

No estatuto primeiro do IHGB<sup>61</sup> percebia-se as pretensões de se expandir para as províncias as luzes da civilização e fazer com que cada uma, através de suas lideranças provinciais, contribuísse demonstrando as potencialidades e particularidades da região, ajudando assim a configurar a identidade da nação e também espalhando o sentimento de unidade tão importante nesse momento. A referência às luzes não é retórica, mas indica de forma efetiva a herança de certa “tradição iluminista”, no sentido de transmitir a todo território as linhas mestras da civilização, mesmo que aqui seja sob o auspício de uma monarquia de poder centralizador crescente. No entanto, segundo Guimarães<sup>62</sup>, os estatutos de 1851 serão aqueles em que se expressará a tentativa de um maior “alargamento, consolidação e profissionalização do IHGB”. Em se tratando do Brasil, segundo Guimarães,

A perspectiva de englobar na instituição estudos de natureza etnográfica, arqueológica e relativos às línguas dos indígenas brasileiros pode ser explicada a partir da própria concepção de escrita da história partilhada pelos intelectuais que a integravam. (...) Neste sentido, lançar mão dos conhecimentos etnográficos seria a forma de se ter acesso a uma cultura estranha – a dos indígenas existentes no território –, cuja inferioridade em relação à ‘civilização branca’ poderia ser, através de uma argumentação científica, como pretendiam, explicitada<sup>63</sup>.

É bem conhecida a ambigüidade acerca da imagem do indígena brasileiro construída ao longo do século XIX. Para além daquela literária criada pelo romantismo, entre eles se destacando *O Guarani* (1857), de José de Alencar e *A confederação dos Tamoios* (1856), de Gonçalves de Magalhães, importa aqui aquela imagem que foi edificada pelos estudos de natureza científica, aqueles etnográficos e antropológicos que conferiam às pesquisas arqueológicas e históricas o grau de cientificidade que tanto se orgulhavam os pesquisadores do IHGB e Museu Nacional na segunda metade do século XIX. Segundo Langer, houve um período até a década de 1850 em que a imagem do indígena brasileiro

---

<sup>61</sup> GUIMARÃES, op. cit. p. 11.

<sup>62</sup> Id.

<sup>63</sup> Id.

foi apresentada como “símbolo da nação tropical”<sup>64</sup>. Sem possuir grandes monumentos e elegantes guerreiros medievais que atestassem um passado glorioso, os intelectuais brasileiros principalmente da década de 1840 elegeram como herói “nossos singelos habitantes das formidáveis florestas”<sup>65</sup>. Mas para que exista um herói é preciso que haja um contraponto, um vilão:

De um lado, o Tupi como sustentador dos valores éticos e civilizatórios do caldeamento racial, a natureza e o selvagem domesticados. Guerreiro épico cuja pureza moral foi a sua principal virtude, mas que somente encontra os valores verdadeiros da nação no momento em que torna-se cristão. O personagem antagonista do Tupi foi o Botocudo, representante da barbárie e da selvageria. Assim com os negros, estes últimos foram concebidos como enquanto culpados do atraso rumo à civilização e ao progresso da nação. Sua extinção encontrou motivos de ordem política, econômica e ideológica<sup>66</sup>.

De qualquer forma, o indígena torna-se o foco principal para onde se dirigem as atenções dos que pensaram uma identidade para a nação brasileira. Em nosso entendimento e, de acordo com Guimarães, a pouca atenção dada aos negros nessa época surge em função do “reflexo de uma tendência que se solidificaria neste modelo de produção nacional: a visão do elemento negro como fator de impedimento ao processo de civilização”<sup>67</sup>. Como vimos, essa tendência de considerar o indígena como fonte para a construção dos mitos de nacionalidade foi inaugurada por Von Martius a partir de seu texto vencedor do concurso de como se deveria escrever a história do Brasil, em que para o negro algumas poucas páginas são dedicadas e de forma fugidia. O modelo de história que então se consolidará na segunda metade do século XIX terá suas bases metodológicas fincadas neste modelo desenvolvido por Von Martius e aparecerá de forma subjacente nas pesquisas arqueológicas do próprio IHGB e posteriormente no Museu Nacional e nos museus provinciais.

### **3. Arqueologia Brasileira: paradigma histórico e métodos científicos**

Na periodização da história que foi produzida pelo Iluminismo europeu a partir do século XVII a Idade Média ficou caracterizada como a época em que não houve avanços

---

<sup>64</sup> LANGER, Johnni. Ruínas e Mitos: a Arqueologia no Brasil Imperial. **Tese de doutorado**, Universidade Federal do Paraná, 2001, p. 161.

<sup>65</sup> (Id.).

<sup>66</sup> LANGER, op. cit. p. 162.

<sup>67</sup> GUIMARÃES, op. cit. p. 17.

significativos do gênero humano, além do que se contrapunha a esta pelo senso de que a humanidade, ao invés de caminhar para seu fim, progredia de forma linear e necessária. A decadência física e intelectual da humanidade era, portanto, uma das características do paradigma medieval da história, aqueles que haviam deixado de ter contato com os ensinamentos da fé cristã teriam se degenerado moralmente e caído no politeísmo e na idolatria<sup>68</sup>. A cultura material que fora explorada na Idade Média refletia o interesse cristão em preservar relíquias que demonstrassem as concepções bíblicas da história; para Bruce Trigger, trata-se da base conceitual sobre a qual veio constituir-se a noção de história secular posterior. A continuidade segundo o autor reside na tentativa de justificar determinada visão sobre a evolução dos acontecimentos humanos a partir de descobertas de vestígios materiais que justificassem os eventos presentes. Assim, o fato de os intelectuais da Renascença voltarem-se para a literatura e artes produzidas na era clássica, revela o interesse em prover de um passado glorioso as emergentes cidades-estados italianas e justificar a crescente secularização da cultura<sup>69</sup>. Dessa forma o interesse pela cultura material cresce, em proporção direta ao crescimento das classes médias urbanas, que serão as protagonistas das mudanças que atingirão a forma de pensar a sociedade nos séculos seguintes. Para além do interesse inicial em relação a antiguidade clássica, o advento dos estados nacionais e, conseqüentemente, dos nacionalismos fez com que a busca por vestígios que alimentassem uma história ufanista aumentasse.

O paradigma Iluminista trouxe uma noção fundamental para o desenvolvimento da arqueologia, pois associou a organização social, moral e política ao desenvolvimento tecnológico das civilizações e, por terem a chamada unidade psíquica, os seres humanos que estivessem no mesmo estágio evolutivo tenderiam a achar soluções análogas para os problemas que por ventura enfrentassem<sup>70</sup>. Não podemos deixar de citar o caso da arqueologia escandinava como modelar no caso da relação conspícua entre o surgimento dos estados nacionais e o desenvolvimento das ciências que buscaram na perquirição do passado as explicações e as soluções para o que os inquiria enquanto protagonistas das mudanças econômicas, sociais e políticas em andamento. Pesquisadores como Thomsen influenciaram grandemente na criação das periodizações históricas a partir de fontes não-

---

<sup>68</sup> TRIGGER, op. cit. p. 33-34.

<sup>69</sup> TRIGGER, op. cit., p. 35.

<sup>70</sup> Ibid., p. 57-58.

escritas, bem como seu discípulo Worsaae, que, segundo Trigger foi o primeiro arqueólogo profissional especializado em pré-história, ajudaram com suas técnicas na efetivação das pesquisas nessa área em muitos outros países<sup>71</sup>. Ao contrário dos pesquisadores ingleses à mesma época – primeira metade do século XIX – que “buscavam refúgio no nacionalismo romântico (...) os arqueólogos dinamarqueses sentiam-se inspirados a estudar o passado por razões de nacionalismo; mas no seu caso, por contraste, os interesses nacionalistas não excluía o enfoque evolucionista”<sup>72</sup>. Mesmo antes da publicação da *Origem das Espécies* de Darwin, em 1859, os arqueólogos escandinavos possuíam uma visão socioevolutiva da humanidade e progrediam nas técnicas de datação a partir da tecnologia desenvolvida pelo homem através dos tempos, certamente contribuição importante para o tipo de arqueologia praticada em outros países, pois mesmo a arqueologia que será desenvolvida na Inglaterra por exemplo, que tiveram como escopo inicial o paleolítico, acabaram, pelo rumo que os debates acerca da origem do homem tomaram na segunda metade do século XIX, adquirindo parâmetros de pesquisa voltados as teses evolutivas e teleológicas, levando-se em consideração, além disso, o imperialismo levado a cabo pelas potências européias.

Quanto a arqueologia brasileira, segundo Langer, as primeiras pesquisas realizadas pelo IHGB em torno do passado brasileiro tiveram como escopo a arte rupestre, e duas concepções teóricas divergentes surgiram a partir de então: uma que identificava a cultura indígena como debilitada, inferior e primitiva e outra que buscava nos vestígios da pré-história sinais de civilização, que pudessem garantir um passado glorioso para a nação. Como a Arqueologia não havia se consolidado ainda como ciência nessas primeiras investigações, praticamente não havia escavações, sendo as pinturas e petróglifos, por estarem visualmente expostas, os sítios arqueológicos de maior interesse à época. Um dos vários exemplos dessa fase da Arqueologia brasileira, citado por Langer, diz respeito ao brigadeiro Cunha Matos, a partir de um texto escrito e lido por ele chamado *Dissertação acerca do systema de escrever a historia antiga e moderna do império do Brasil* em 1839, no qual, entre outras coisas, utilizando-se do método da comparação etnográfica, analisou inscrições na região do rio Negro asseverando que seriam a prova da presença dos fenícios no Brasil<sup>73</sup>.

---

<sup>71</sup> Ibid., p. 78.

<sup>72</sup> Ibid., p. 73.

<sup>73</sup> LANGER, op. cit. p. 17.



Ainda na primeira metade do oitocentos algumas inscrições foram encontradas por Frei Custódio na pedra da Gávea. Uma “exploração archeologica” formou-se para investigar o caso, foi composta por personagens como Manoel de Araújo Porto Alegre, que havia sido aluno de Debret, e o Cônego Januário da Cunha Barbosa, político influente do império e primeiro secretário perpétuo do Instituto. O relatório sobre as inscrições classificava como “monumento que pertence á classe d’aquelles, que Mr, Court de Gibelin colocou no seu ‘Mundo Primitivo’, e que tem chegado ás recentes gerações envolvidas no mysterio dos tempos com os jeroglifos, os caracteres cuneiformes, e as construcções cyclopeanas”<sup>74</sup>. Com isso, segundo Langer, o Brasil estava a par daquelas civilizações que tiveram um passado com valor simbólico em que a grafia constituiu parte fundamental da sua história, mesmo não sendo conclusivo quanto à execução das inscrições inaugurava-se com esses textos um imaginário rico no sentido de construir mitos arqueológicos que pudessem garantir um passado à altura do império brasileiro. A partir daí muitos outros casos foram sendo “descobertos” pelo interior do Brasil, atestando a presença desde cidades de civilizações perdidas até a presença de vikings, fenícios e macedônios em terras tupiniquins.

Em 1842, o pesquisador dinamarquês Peter Lund em carta dirigida ao IHGB descreveu a descoberta de fósseis humanos em uma caverna do Semidouro (Pedro Leopoldo, MG)<sup>75</sup>. Com os exames possíveis para a época ele concluiu que pertenciam às raças americanas e que seriam do mesmo período da conquista européia. Além disso, no intento de descobrir o grau de civilização no qual se encaixariam avaliou de forma comparativa o tamanho do crânio com a inteligência possível do indivíduo, concluindo que seriam restos de um povo de poucos progressos, fato reforçado por um objeto encontrado junto aos restos que endossaria a tese do baixo grau civilizacional, seguramente um dos primeiros pesquisadores a utilizar tais métodos no Brasil. Em 1844 a obra de Samuel Morton, *Crania Americana* (1839), foi recebida como uma renovação nos métodos acerca dos estudos dos vestígios físicos que compunham a pré-história brasileira<sup>76</sup>. O Brasil prosseguia assim em suas pesquisas arqueológicas em total sintonia com as teorias mais influentes que verdejavam na América do Norte e na Europa.

---

<sup>74</sup> PORTO ALEGRE, 1839, p. 98 apud LANGER, op. cit. p. 21.

<sup>75</sup> LANGER, op. cit., p. 104.

<sup>76</sup> Ibid., p. 107.

Como vimos, as décadas de 50 e 60 foram caracterizadas pela consolidação da imagem do indígena brasileiro. Os experimentos científicos, as medições cranianas e as pesquisas arqueológicas a partir dos anos 1870, apenas *confirmaram* um modelo já estabelecido. O indígena idealizado, o herói das virtudes nacionais da literatura imperial, ainda era o Tupi. O representante da selvageria, que deveria ser extinto pela civilização, ou seria exterminado pelas próprias deficiências da raça, foi o Botocudo; na verdade, um conjunto de estigmas que vinham sendo alimentados desde o Brasil colonial. Porém, a Arqueologia neste ínterim permaneceu estagnada, havendo poucas expedições, e assim mesmo sem métodos que pudessem gerar um avanço significativo. As teorias pululavam na Europa e nos EUA acerca do homem da pré-história a partir de estudos inovadores nas áreas da Antropologia Física e na Etnologia. Em 1859 Charles Darwin publica *A Origem das Espécies* e muitos pesquisadores acabam utilizando o princípio da evolução aplicando-o às sociedades humanas, criando o darwinismo social<sup>77</sup>. No entanto, é suficiente entendermos esse conjunto de pressupostos que estiveram presentes nas interpretações arqueológicas e históricas dos primeiros anos do IHGB. Porque fundamentalmente a noção de nação, oriunda do modelo francês e a de história, baseada no pensamento de Von Martius, mas também de historiadores como Varnhagen, alimentaram as interpretações das pessoas que estiveram envolvidas nas pesquisas arqueológicas do período: pensando isso mais uma vez a partir dos estudos de Olivier, que entende a Arqueologia como um fator de reorganização do tempo a partir da cultura material. Compreendemos que estes pressupostos básicos permanecerão nos anos em que o Museu Nacional passou por uma reforma e conheceu uma nova sistematização de seu acervo, constituído por muitos objetos enviados pelas províncias brasileiras. Muitos daqueles que faziam parte do IHGB estarão concomitantemente ligados ao Museu Nacional, é o caso de Francisco Freire Alemão, que esteve à frente de várias expedições arqueológicas e foi diretor do Museu Nacional de 1866 até 1874.

Acompanhando o pensamento de Maria Margaret Lopes, pode-se apreender de forma sistemática como foi o processo que envolveu o estabelecimento das ciências naturais e a proliferação dos museus pelo Brasil<sup>78</sup>. Trabalho minucioso quanto a

---

<sup>77</sup> O segundo capítulo tratará das teses raciais que serviram como parâmetro científico nas pesquisas brasileiras.

<sup>78</sup> LOPES, op. cit., 1997.

documentação, Lopes demonstra o papel fundamental dos museus na formação de um determinado pensamento social sobre o Brasil. Se por um lado a autora combate aqueles que negam a existência de ciência no Brasil oitocentista, nós poderíamos, por outro, inferir que juntamente com as pesquisas das ciências naturais todo um arcabouço igualmente científico foi desenvolvido de análise social. Compreendemos que uma forma específica de ciência social nasceu no Brasil a partir das pesquisas em Arqueologia, e que com a reforma empreendida no Museu Nacional em 1876 consolidou-se tal perspectiva com os novos métodos trazidos pela antropologia, etnologia e lingüística, todos eles tendo prioritariamente o indígena como “objeto” de estudo. Paralelamente, tais estudos conformavam uma série de representações coletivas que reforçavam a construção de uma memória e de uma identidade nacional, em detrimento da ampla diversidade aqui presente ocasionada pelo embates culturais. Dessa forma, quando da já comentada reforma pela qual passou o Museu Nacional, novas seções foram criadas, refletindo as mudanças nas concepções científicas da época, e o diretor do Museu, Ladislau Neto, que havia assumido após a saída de Freire Alemão, esteve sempre a frente dessas transformações idealizando-as conforme os modelos de ciência desenvolvidos nos grandes museus nacionais espalhados pela Europa e EUA.

Ainda no ano de 1876, como parte da reorganização empreendida por Ladislau Neto, surgiu a nova revista da instituição, *Archivos do Museu Nacional*. Logo na estréia da revista, à problemática da raça foi dada extrema ênfase, pois o médico João Batista de Lacerda em co-autoria com Rodrigues Peixoto publicam artigo que constituiu um dos definidores teóricos da imagem sobre os indígenas brasileiros, e influenciou a academia nacional até final do século XIX: *Contribuições para o estudo anthropologico das raças indigenas do Brazil*, que considerava os Botocudo como uma raça primitiva, inferior e selvagem, enquanto os índios Tupi formavam o grupo heróico da nação, ou seja, alimentando noções preestabelecidas. Como comenta Langer “nossos indígenas possuíam a capacidade de fascinar os habitantes do império, seja pelas imagens elaboradas pela literatura, como pela ciência que os converteu simbolicamente em peças museológicas. Nesse contexto de modernidade, progresso e civilização, o olhar para criaturas primitivas devia criar uma satisfatória sensação de bem estar, e de orgulho para cidadão membros de

um império tropical, cuja capital refletia todo esse avanço social”<sup>79</sup>. Compreender melhor a modernidade e especificar as correntes de pensamento que influenciaram a ciência social brasileira, bem como demonstrar onde isto tem ligação com o surgimento dos museus modernos será o assunto da discussão do próximo capítulo.

---

<sup>79</sup> LANGER, op. cit. p. 149.

## II

## O USO DE UMA NOÇÃO: A CIÊNCIA COMO ELEMENTO UNIFICADOR

O que Michel Foucault interrogou no seu *As palavras e as Coisas* de 1966 não foi a ciência e nem mesmo determinada epistemologia, mas sim as condições que possibilitaram qualquer expressão desse nível: tratou-se mesmo de uma *arqueologia* dos elementos, das camadas mais fundamentais que serviram de solo e ao mesmo tempo limitaram toda uma forma de pensar de uma cultura<sup>80</sup>. Com efeito, ele distingue dois momentos na cultura européia ocidental: a episteme clássica, entre os séculos XVII e XVIII e a episteme moderna, a partir do século XIX, a qual ainda estaríamos fundamentalmente ligados, de acordo com este esquema.

Principalmente quanto ao surgimento das novas empirias modernas é que Foucault demonstra a profunda descontinuidade que há entre uma e outra. *Grosso modo*, poderíamos dizer que a idade clássica representaria o universo do ordenamento e da representação, a infinitude que aplaca toda forma de conhecimento. O discurso se basta a si mesmo, enuncia a verdade sub-repticiamente, naquele interstício que separa as palavras e as coisas. Na episteme moderna, a historicidade singularmente condicionada revela a finitude, a ilusão num fundamento absoluto do conhecimento se desfaz com as novas percepções do tempo e da morte. É neste terreno da modernidade que nossa problematização se assenta.

Anteriores a Foucault são os ensaios que Walter Benjamin dedicou ao entendimento das mudanças ocorridas no final do século XIX. Tendo como referência principalmente Baudelaire foi sensível às sutis porém decisivas transformações que modelaram o modo de pensar e agir dos modernos, o que também nos ajuda a pensar os fundamentos da modernidade.

---

<sup>80</sup> TERNES, José. Michel Foucault e o nascimento da modernidade. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 7(1-2): 1995, 45-52.

A partir disso, o que pretendemos neste capítulo será investigar primeiramente algumas questões relativas às condições sociais e históricas que possibilitaram o surgimento de um saber voltado ao desenvolvimento de um arcabouço científico que tinha na raça um de seus conceitos primordiais. Esse processo está intimamente ligado, principalmente no Brasil, ao surgimento de instituições que foram os locais de onde essa ciência se aperfeiçoava e divulgava seus resultados. O que queremos, mais especificamente, é através do esclarecimento de algumas características gerais da modernidade investigar como uma ciência voltada ao homem enquanto sujeito do conhecimento se tornou um dos elementos fundamentais na relação entre o processo de construção das nações e os museus modernos; fazer surgir, sendo assim, uma configuração que imbrique a episteme que proporcionou o desenvolvimento das teorias científicas de classificação do homem bem como instituições de caráter museológico da década de setenta do século XIX, principalmente brasileiras, como via de legitimação recíproca.

### 1. A episteme moderna e as teorias sobre o homem

Em *Paris do Segundo Império*, Benjamin comenta: “Remonta aos fisiognomistas do século XVIII, mas, sem dúvida, tem pouco a ver com os empenhos mais sólidos de um Lavater ou de um Gall, nos quais, ao lado da especulação e das extravagâncias, estava em jogo um empirismo autêntico”<sup>81</sup>. Apesar de Benjamin constatar uma diferença, digamos de grau, entre os fisiognomistas e os esforços da frenologia (estudos do caráter do homem a partir da mensuração e conformação do crânio) a qual Lavater e principalmente Gall estavam ligados, devemos entender para nossos fins como um movimento da mesma episteme. Da mesma forma Benjamin – falando do surgimento do romance policial – apontara para a suspeição generalizada que permeou Paris, em função da massa que “desponta como asilo que protege o anti-social contra os seus perseguidores”<sup>82</sup>. As grandes cidades européias do século XIX, com suas populações exacerbadas em número e miséria, revelam-se uma massa informe e desprovida de aparência. Não havia, segundo as autoridades, como distinguir uma pessoa que por ventura tivesse cometido um crime contra

---

<sup>81</sup> BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire**: um lírico no auge do capitalismo. In: Obras Escolhidas, v. 3, São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 34.

<sup>82</sup> Ibid., p. 38.

a sociedade. O método mais conveniente elaborou-se então partir das pessoas já reconhecidas como criminosos e, no limite, todos os desvios da boa conduta, entre eles “desajustados”, “loucos” e, por conta da situação, revolucionários virtuais. Às autoridades, doravante, surge este problema social: como controlar as massas? Quais os mecanismos necessários para tanto? Como reconhecer o indivíduo criminoso em meio a uma multidão desconhecida de si mesma? Benjamin comenta esta situação:

Desde a Revolução Francesa, uma extensa rede de controles, com rigor crescente, fora estrangulando em suas malhas a vida civil. A numeração dos imóveis na cidade grande fornece um ponto de referência adequado para analisar o progresso da normatização (...) Medidas técnicas tiveram de socorrer o processo administrativo de controle. Nos primórdios dos procedimentos de identificação, cujo padrão da época é dado pelo método de Bertillon<sup>83</sup>, encontramos a definição da pessoa através da assinatura<sup>84</sup>.

São justamente estas percepções que nos são fundamentais, porque tais olhares fornecem a direção da mudança em curso. Essas práticas que se iniciaram, segundo Benjamin, a partir da Revolução de 1789, conformarão a tônica geral da episteme moderna: a antropologia. Para Foucault, os modernos não conseguirão pensar sem fazer referência de alguma forma e, para além das ciências empíricas e da filosofia transcendental, a uma terceira categoria: “A antropologia como analítica do *homem* teve indubitavelmente um papel constituinte no pensamento moderno, pois que em grande parte ainda não nos desprendemos dela”<sup>85</sup>. Recentemente “inventado”, o objeto homem deu margem a uma série de empirias que buscaram de todas as formas elucidar o que havia por trás da representação, a partir do visível. Segundo Foucault foi Kant quem indicou o *vazio* que tornaria a questão “o que é o homem?” possível. Pela primeira vez poder-se-ia apreender o homem como sujeito e objeto do conhecimento. A metáfora foucaultiana através da obra de Velásquez traduz a compleição que o saber assumiu na modernidade

Ao mesmo tempo objeto – por ser o que o artista representado em via de copiar sobre a tela – e sujeito –, visto que o que o pintor tinha diante dos olhos ao se representar no seu trabalho era ele próprio, visto que os olhares figurados no quadro estão dirigidos para esse lugar fictício da personagem régia que é o lugar real do pintor, visto finalmente que o hóspede desse lugar ambíguo,

<sup>83</sup> Alphonse Bertillon (1853-1914) um dos criadores e incentivadores da Antropometria, uma das técnicas da Antropologia que trata da mensuração do corpo humano, utilizou seu método para identificação de criminosos em suas funções de chefe do serviço de identidade judiciária da polícia de Paris.

<sup>84</sup> Ibid. p. 44-45.

<sup>85</sup> FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8<sup>o</sup> ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 470, itálico nosso.

onde se alternam, como que num pestanejar sem limite, o pintor e o soberano, é o espectador cujo olhar transforma o quadro num objeto, pura representação dessa ausência essencial<sup>86</sup>.

Essa “ausência essencial” segundo Foucault não se trata em absoluto de uma lacuna, pois é para lá que toda a atenção se volta, sendo ele preenchido incessantemente por todos os olhares, por isso tal “lugar ambíguo”, onde as representações serão aquelas criadas por e sobre essa personagem até então inexistente: “antes do fim do século XVIII, o *homem* não existia”<sup>87</sup>. A origem e a diversidade do homem figuram a partir de então como um problema comum às ciências naturais e sociais. O “pintor e o soberano” têm seu papel garantido nesse esquema, ao espectador restará, através da divulgação dos resultados das pesquisas reconhecer pela diferença seu lugar no cenário da modernidade. É dessa forma que o homem passa a ser tratado, como fala Foucault, “como de uma espécie ou de um gênero: a discussão sobre o problema das raças, no século XVIII, o testemunha”<sup>88</sup>.

Em 1859, com a criação da *Société d'Anthropologie* de Paris por Paul Broca, professor da *Faculté de Médecine de Paris*, a antropometria tomou impulso, sendo que Broca seria reconhecido, anos mais tarde, como fundador da antropologia moderna. Segundo Claude Blanckaert, o primeiro objetivo da antropometria era “esclarecer o lugar biológico do homem na natureza e delimitar a particularidade de suas raças, não sem uma estereotipia”<sup>89</sup>. Os estudos de Broca, entre outros, serão referência para toda uma gama de proposições científicas desenvolvidos no Brasil e no mundo na década de 70 do século XIX. Mas Broca possuiu predecessores em antropologia física, como Georges Cuvier e o médico escravista da Filadélfia Samuel George Morton<sup>90</sup>. Em suas pesquisas, Cuvier<sup>91</sup> seria um dos primeiros a introduzir o termo *raça* com finalidades científicas, o que, segundo Schwarcz, marca um contexto de transformação em relação aos pressupostos igualitários das revoluções burguesas, um discurso que passa a aproximar a idéia de raça à noção de

---

<sup>86</sup> Ibid., p. 424.

<sup>87</sup> FOUCAULT, op. cit. p. 425, itálico no original.

<sup>88</sup> Id.

<sup>89</sup> BLANCKAERT, Claude. Lógicas da antropotecnica: mensuração do homem e bio-sociologia (1860-1920). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, n. 41, p. 145-156, 2001.

<sup>90</sup> Ibid., p. 147.

<sup>91</sup> Barão Georges Léopold Chrétien Frédéric Dagobert Cuvier; filósofo, naturalista, anatomista e zoólogo francês nasceu em Monebliard em 23 de Agosto de 1769, e morreu em Paris em 13 de Maio de 1832; é considerado um dos gênios do século XVIII.



povo, como uma reificação do segundo pelo primeiro<sup>92</sup>. Mas foram as pesquisas do americano Samuel Morton (1799-1851) que determinaram parâmetros fundamentais para o estudo comparado de crânios humanos. Considerado um dos fundadores do racismo científico colaborou decisivamente para a conceptualização do poligenismo, teoria da origem diversa do gênero humano. Uma de suas principais hipóteses e talvez a mais famosa tratou da possibilidade de através da medição craniana determinar a capacidade intelectual inata das raças humanas. Haveria, segundo ele, cinco raças principais e cada uma delas possuiria características específicas quanto ao fenótipo e caráter mental, sendo a caucasiana ou européia a que apresentava maior capacidade intelectual e moral. Morton coletou e estudou crânios de várias regiões do mundo, mas principalmente de tribos nativas americanas, as quais considerava incapazes de aperfeiçoamento intelectual e de hábitos primitivos.

Para Blanckaert, no entanto, foi Broca quem aperfeiçoou os métodos da craniometria com uma minúcia sem precedentes, tornando o amadorismo de muitos anos em uma disciplina profissional<sup>93</sup>. Muitas invenções contribuíram para esse fato, os que mediam com precisão os índices dos crânios se destacam, dando à craniologia, como ramo da antropologia, bases reconhecidamente científicas. A partir da generalização do uso de tais medidas, as coleções tenderam a aumentar, porém, segundo Blanckaert, “os museus não somente tinham uma função de exposição. Eles se confirmaram num papel experimental e didático, como se pode verificar com a criação do Laboratório de Antropologia da *Ecole Pratique des Hautes Études* em 1868. Os seguidores de Broca encontraram ali acolhida e levaram mais longe seu ensinamento, notadamente Paul Topinard e Léonce Manouvrier”<sup>94</sup>. Pensamos que a proliferação dos museus nesse momento representa um movimento mais amplo, que envolve, *pari passu*, a legitimação de ciências como a antropologia, a etnologia e a arqueologia, todas indelévelmente ligadas de forma epistemológica à investigação do homem.

No Brasil, aos problemas que o final do sistema escravocrata apresentava, mais as utopias de civilização e progresso, as diversas soluções apresentadas tangenciavam uma mesma variável legitimadora: a ciência. “Da *frenologia* dos museus etnográficos à leitura

---

<sup>92</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

<sup>93</sup> BLANCKAERT, op. cit. p. 147.

<sup>94</sup> Id.

fiel dos *germânicos* na escola de Recife, passando pela análise liberal da escola de Direito paulista ou pela interpretação ‘*católico-evolucionista*’ dos institutos, para se chegar ao modelo ‘*eugênico*’ das faculdades de medicina, é possível rever os diferentes trajetos que uma mesma teoria percorre”<sup>95</sup>. Na Europa como no Brasil, mas também nos Estados Unidos e diversas outras regiões, uma ampla rede de tecnologias dos corpos foi desenvolvida e aperfeiçoada através da ênfase atribuída aos problemas de ordem social, na busca pela civilidade como *telos* e como sinônimo de perfectibilidade. Entre monogenistas e poligenistas, a “novidade estava”, no entender de Schwarcz, “não só no fato de as duas interpretações assumirem o modelo evolucionista como em atribuírem ao conceito de raça uma conotação bastante original, que escapa da biologia para adentrar questões de cunho político e cultural”<sup>96</sup>. Se retornarmos ao que Von Martius havia proposto para o estudo dos indígenas veremos que há uma grande identificação para com o monogenismo, característica que permanecerá entre muitos estudiosos da segunda metade do século XIX, inclusive o diretor do Museu Nacional Ladislau Netto, refletindo as concepções tipicamente etnológicas da época que acreditavam na possibilidade do aperfeiçoamento das raças através, por exemplo, da catequese<sup>97</sup>. A versão poligenista, presente, sobretudo nas interpretações da antropologia, à qual estava vinculado João Batista de Lacerda, via a humanidade dividida em espécies diferentes, incapazes de aperfeiçoamento e de tornarem-se civilizadas por uma inaptidão biologicamente dada. Se num primeiro momento houve um modelo evolucionista comum às duas concepções, devido à grande repercussão da publicação de a *Origem das Espécies* de Darwin, posteriormente, subvertendo a teoria darwiniana<sup>98</sup>, um pessimismo passou a tomar conta das interpretações, principalmente poligenistas, mas também monogenistas, que passam a ver a possibilidade de aperfeiçoamento restrita às raças mais aptas, puras. Entraram em cena velhos mitos, dando margem a discussões como a questão da miscigenação. Para Schwarcz, os modelos deterministas raciais foram muito populares no Brasil, mas “aqui se fez um uso inusitado da

---

<sup>95</sup> SCHWARCZ, op. cit. p. 19. Itálico da autora.

<sup>96</sup> SCHWARCZ, op. cit. p. 55.

<sup>97</sup> LANGER, op. cit. p. 147.

<sup>98</sup> Ibid., p. 61.

teoria original, na medida em que a interpretação darwinista social se combinou com a perspectiva evolucionista e monogenista”<sup>99</sup>.

Apesar disso, a diversidade das teorias não nos importa tanto quanto a apreensão dessas tecnologias da vida em sua possibilidade mesma de existir. É, em última instância, essa explosão da busca pelo ser do homem que se apresenta como uma descontinuidade no pensamento moderno. É-nos lícito inferir que, na segunda metade do século XIX, conformou-se uma série de percepções que se solidificaram no imaginário coletivo, e perpassam as relações hodiernas, em grande medida, de forma mecânica, irrefletida. Basta atentarmos para as designações correntes dos tipos raciais, freqüentemente usados para correlacionar as diversas práticas sociais, e na legitimação de políticas públicas. Seria interessante retornarmos e discutirmos brevemente como então a questão da raça, em não sendo uma noção basicamente nova, passou a ter preeminência nos rumos sociedade ocidental oitocentista.

## **2. O racialismo e a classificação do homem**

As marcas deixadas pelos movimentos político-econômicos do século XIX são nítidas e profundas o suficiente para que os pressupostos que guiaram as incursões dos Estados-nações pelos continentes estejam subjacentes aos conflitos do século XX e início do XXI. Perscrutar tais pressupostos exige uma sócio-gênese das concepções políticas e científicas que transformaram o pensamento europeu na modernidade, no que se refere principalmente à inflexão ocorrida com o surgimento dos Estados-nações e o papel que estes exerceram na expansão de seu sistema econômico e na ideologia que legitimou e acompanhou o imperialismo moderno. Nesse sentido, cabe aqui fazer uma reflexão sobre um dos fatores que torna o imperialismo da segunda metade do século XIX singular em relação às outras formas de expansão ocorridas ao longo da história, ou seja, a função da ciência em seu processo interno de delimitação crescente de disciplinas e a concomitante aferição que transformava em “verdades científicas” preconceitos que a muito faziam parte do imaginário europeu.

---

<sup>99</sup> Ibid., p. 65.

Segundo Tucci Carneiro<sup>100</sup> devemos entender o racismo a partir de suas origens eminentemente políticas, sociais e econômicas, que são faces de processos legitimadores e práticas de dominação. Acompanhando o pensamento da autora podemos dividir em diferentes categorias o racismo: tradicional, moderno e neoracismo. É no fundamento do racismo tradicional, ou seja, no preconceito de sangue nascido na península Ibérica que devemos buscar a gênese de um imaginário repleto de superstições contra o diferente, mas um diferente que estava perto, que fazia parte de uma forma ou de outra do cotidiano dos europeus. Diferentemente, no nosso entender, do que vai ocorrer a partir do contato com as populações do novo mundo, sendo caracterizadas por uma série de fatores como primitivas e inferiores. Com efeito, esse racismo tradicional, do qual nos fala Tucci Carneiro<sup>101</sup>, tem os judeus como parâmetro pelo qual será estabelecida a identidade da “normalidade”, sendo o mito da pureza de sangue o fator diferenciador entre os cristãos-novos, transformando-os em “verdadeiros párias, distintos como portadores de sangue ‘infecto’”. Temos então um racismo que consiste na pureza do sangue como fator de diferenciação, tendo na data de promulgação do *Estatuto Sentencia* de Toledo, em 1449, seus fundamentos teológicos<sup>102</sup>. Referenciando o trabalho de Leon Poliakov<sup>103</sup>, tal *mito da pureza de sangue* sustentará o *mito ariano* no século XIX<sup>104</sup>, dando continuidade à trajetória do pensamento intolerante, não somente racial, mas político e religioso também. No entanto, é com o contato com as populações do novo mundo que será acrescido ao racismo de tipo tradicional uma problemática que o tornará mais complexo e intolerante ainda: o problema da unidade e diversidade humana.

Sendo assim, desenvolve-se, segundo Tucci Carneiro<sup>105</sup>, o *racionalismo* “como um movimento de idéias nascido na Europa Ocidental (...) caracterizado por grandes transformações que marcariam o mundo da técnica, da cultura e das ciências biológicas e naturais”. Entre monogenistas e poligenistas<sup>106</sup> a problemática que permeou o século XIX

---

<sup>100</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Historiografia e Racismo*. In: **Preconceito racial em Portugal e Brasil colônia: os cristãos-novos e o mito da pureza de sangue**. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 9.

<sup>101</sup> CARNEIRO, op. cit. p. 10.

<sup>102</sup> *Ibid.*, p. 11.

<sup>103</sup> POLIAKOV, Leon. **O mito ariano: ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

<sup>104</sup> CARNEIRO, op. cit. p. 11.

<sup>105</sup> *Ibid.*, p. 12.

<sup>106</sup> Deve-se ressaltar ainda que entre os poligenistas havia os que defendiam que as espécies não mudavam com a ação do meio ou do tempo, chamados de fixistas, e, ao contrário, os que defendiam a mutação sob as

como um todo foi sobre quais seriam as causas do declínio das civilizações. Encontramos em Gobineau tais questões mas também nos escritos de Von Martius, e a saída, inaugurada por aquele será o fator biológico, ou seja, as raças se degenerariam, pela mistura, a ponto de tornarem-se incapazes de qualquer espécie de progresso. Os vestígios materiais, analisados através do método da analogia etnográfica, indicarão o grau de “evolução” a que se havia chegado, da mesma forma que o avanço nas pesquisas frenológicas e, principalmente craniométricas, darão o veredicto final no que tange a explicação da diversidade humana encontrada nos territórios desconhecidos mundo afora.

Tanto o *racismo tradicional* como o *moderno* serviram aos interesses econômicos e políticos das grandes potências colonizadoras interessadas em subjugar certos segmentos populacionais da América, Ásia e África (...). A diferença está no conceito de ‘raça’, que no racismo tradicional se faz com base em fundamentos teológicos e na corrente monogenista da Igreja, enquanto para o racismo moderno, a base é o cientificismo, cujas teorias alimentam a corrente poligenista<sup>107</sup>.

Esse fator novo, biológico por excelência, dará os contornos verdadeiramente idiossincráticos que o imperialismo do século XIX demonstrará. Se por um lado temos a leitura já clássica marxista-leninista que refere tal imperialismo como uma prática dos Estados-nações que, tendo atingido um determinado estágio, passam – por motivos políticos mas eminentemente econômicos – a estender ao conjunto do mundo seu sistema exploratório, devemos igualmente reconhecer outras dimensões deste processo.

Acompanhando o pensamento de Hannah Arendt<sup>108</sup> podemos ter uma noção mais abrangente do impacto que causou ao mundo como um todo esse movimento de caráter político, econômico mas também cultural, influenciando de maneira indelével o conjunto das representações formadoras do imaginário coletivo europeu e também daqueles lugares

---

condições referidas, chamados de transformistas. Além disso, a partir de POLIAKOV (1974, p. 131-159), percebemos as linhas que diferenciam monogenistas e poligenistas são muitas vezes tênues até a primeira metade do século XIX, pois as bases religiosas (atribuídas aos monogenistas) de autores como Pierre Camper (1722-1789), Pierre-Louis de Maupertuis (1698-1759), George Louis Leclerc de Buffon (1707-1788), Johann-Friedrich Blumenbach (1752-1840) não impediram que desenvolvessem experimentos científicos de anatomia comparada a partir dos estereótipos raciais correntes, como o caso de Camper que estudou crânios de um europeu, de um calmuco (mongol), de um negro e de um macaco para estabelecer um ângulo facial correspondente a cada raça, sendo o de maior ângulo o de maior desenvolvimento intelectual e portanto superior naturalmente, o europeu. Estudos estes que seriam a base de ciências como a frenologia, antropologia física e posteriormente a eugenia (atribuídas ao poligenismo).

<sup>107</sup> CARNEIRO, op. cit. p. 13-14.

<sup>108</sup> ARENDT, Hannah. Imperialismo. In: **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

que vieram a tornar-se países e nações. Nesse sentido, segundo François Châtelet<sup>109</sup>, em quaisquer modalidades de independência, conquistada ou cedida pelo colonizador, ocorreu a constituição de um Estado de tipo europeu, independentemente do epíteto com o qual se designa: socialista, popular, democrático, islâmico, tendo como fundamento o nacionalismo e o imperialismo<sup>110</sup>. O mito ariano, que Poliakov identifica como sendo uma metamorfose do mito da pureza de sangue, procedente da península Ibérica, já comentado anteriormente, terá suas raízes, segundo Arendt<sup>111</sup>, por paradoxal que possa parecer, na França: é Boulainvilliers que passa a explicar a história francesa a partir do direito de conquista, sendo que os Francos, tribo germânica que conquistou os gauleses, teriam o legítimo direito de dominação, por suas qualidades naturais. Já na Alemanha, a ideologia racista foi obra dos patriotas prussianos e do romantismo alemão, no intuito de unir o povo contra o domínio estrangeiro, já que idioma ou história não serviriam para este fim: “enquanto a forma primitiva da ideologia racista da aristocracia francesa servia como instrumento de divisão interna e como arma para a guerra civil, a forma inicial da doutrina racista alemã criava-se como arma de unidade interna, vindo a transformar-se, depois, em arma para a guerra entre as nações”<sup>112</sup>.

De uma forma ou de outra, o *racismo* como conjunto de práticas desenvolvidas no ocidente desde o século XV, e o *racialismo* como conjunto de idéias desenvolvidas para explicar as transformações históricas e a diversidade humana, dando estatuto de “verdade” à noções presentes no imaginário coletivo, são fatores que estarão presentes de forma intensa no imperialismo da segunda metade do século XIX. “Raça e burocracia”, segundo Arendt, essa obscura taxonomia organizativa implementada nos países africanos, mas também americanos e asiáticos, configurará o século XIX em sua interface branca, civilizada e cristã, como elementos da exploração e do espírito pedagógico iluminista europeu.

---

<sup>109</sup> CHÂTELET, François; PISIER-KOUCHNER, Évelyne. **As concepções políticas do século XX: história do pensamento político**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, p. 299.

<sup>110</sup> A maioria dos conflitos da segunda metade do século XX tem raízes no processo imperialista ocorrido a partir do século XIX. Enfatiza-se a dimensão processual em função de que o modelo de nação e conseqüentemente de nacionalismo que hoje dividem as facções e etnias, baseia-se naquele desenvolvido na Europa ocidental, bem como alimenta muitos projetos políticos em andamento.

<sup>111</sup> ARENDT, op. cit., p.194-195.

<sup>112</sup> Ibid., p. 197.

### 3. O nascimento dos museus modernos e os museus no Brasil

A gênese da história dos museus contemporâneos esta atrelada à emergência das ciências que eles implementaram. Entre os séculos XVI e XVIII o fenômeno social do colecionismo<sup>113</sup> se afirmará pelo interesse europeu por uma cultura universal e científica, concomitante a efervescência das descobertas feitas pelos primeiros viajantes diletantes e pelo desenvolvimento da etnografia, abastecendo os *Cabinets de Curiosités*, tendo antes a função expositiva do que propriamente científica<sup>114</sup>. Analisando este processo, Maria José Elias ressalta que o mesmo pode ser entendido como movimento paulatino de conquista do espaço físico, cultural e político da burguesia, pois demonstra muito mais o aprisionamento do universo circundante, na sua maior extensão possível, nas mãos do colecionador, do que propriamente do saber<sup>115</sup>. Com a afirmação das ciências naturais no século XIX os museus passam ao estatuto de instituições responsáveis pela produção e disseminação de conhecimentos, mantendo intrinsecamente sua função representativa de elo entre o invisível e o visível, mas representando agora o que Lopes chamou de “culto à ciência”<sup>116</sup>.

A partir da segunda metade do século XIX houve uma proliferação dessas instituições na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina. Os museus cumprem neste momento o papel de artífices da memória<sup>117</sup> das nações, uma memória direcionada, controlada e principalmente legitimadora das ações dos Estados Nacionais. Argüindo sobre a instalação dos museus na Argentina (La Plata, Buenos Aires) e no Brasil (São Paulo, Belém, Rio de Janeiro), Maria Margaret Lopes assinala que “um dos traços mais marcantes deste processo, em que construir ciência significou também inventar nações, (...) [foi] a participação, contribuição e aval científicos que os museus conferiram às anexações dos

---

<sup>113</sup> LÉON citado por BRUNO (1996, p. 296), sugere que o fenômeno do colecionismo trouxe alguns valores culturais que não podem ser negligenciados: “En primer lugar, el coleccionismo afirma un mundo de preferencias ideológicas ao definirse como defensor activo de la posesión única, no compartida (...) En segundo lugar, el coleccionismo incide em la función ideológica de la cultura. La clientela de arte representa e una classe determinada que dirige, controla e instrumentaliza los objetos de cultura en función de sus intereses y objetivos (...) En tercer lugar, el coleccionismo, tiene un valor formativo – consolidante sobre el arte, la crítica e el gusto”.

<sup>114</sup> SCHWARCZ, op. cit. p. 68.

<sup>115</sup> ELIAS, Maria José. Revendo o nascimento dos museus no Brasil. In: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, 2: 139-145, 1992, p. 139-140.

<sup>116</sup> LOPES, op. cit. p. 15.

<sup>117</sup> A problemática da memória será tratada em pormenores no capítulo seguinte.

territórios indígenas e às políticas oficiais de extermínio”<sup>118</sup>. Pesquisas em Paleontologia, Arqueologia, Etnologia e Antropologia assumiram função vanguardista nas discussões da época, apelando não poucas vezes à memória, à origem, à civilização, construindo nacionalidades imaginárias para auferir cientificidade aos atos governamentais e para legitimarem-se como ciências. Para o caso brasileiro, “é amplamente conhecido nos discursos de construção da identidade nacional o desconforto causado pela convivência lado a lado de ideologias liberais em um regime escravocrata, idéias de homogeneização racial em um país de mulatos, ideais de uma nação educada, civilizada e moderna, onde o analfabetismo predominava”<sup>119</sup>. Colocar o país no conjunto das “nações civilizadas” era situação premente para o governo brasileiro, e vários foram os mecanismos de que lançou mão para este propósito. O apoio à vinda dos imigrantes europeus vinha ao encontro da política de branqueamento. Com a Monarquia em declínio e a escravidão não servindo mais aos interesses das elites agrárias, o Estado procurou definir algumas mudanças em sua estrutura administrativa, para tanto

o governo imaginou resolver os problemas essenciais de mão-de-obra intensificando as tentativas de implantação de políticas migratórias (...), investiu em comissões de levantamentos de fronteiras, cartográficos, geográficos, geológicos, na construção de estradas, o que repercutiu fortemente quer na determinação do quadro natural do país, que no extermínio das nações indígenas que ocupavam os territórios requeridos pela expansão agrícola. Todo esse processo de modernização conservadora (...) apoiou-se nas ciências não apenas no discurso, mas também nas ações concretas<sup>120</sup>.

Esse momento específico da consolidação das ciências naturais e sociais no Brasil, como a antropologia, etnologia e arqueologia, reflete, como dito anteriormente, um movimento articulado entre ciência e instituições museológicas, sob a aquiescência dos Estados Nacionais, refletindo uma situação de mudança de paradigmas e concepções que se desenvolvia em escala mundial, porém legitimando uma concepção historiográfica caracteristicamente evolutiva, coroando a presença branca europeia enquanto geradora de civilidade e progresso. Mas para além da influência externa, as especificidades que os museus brasileiros desenvolveram revelam as características de sua implementação. O

---

<sup>118</sup> LOPES, Maria Margaret. A mesma fé e o mesmo empenho em suas missões científicas e civilizadoras: os museus brasileiros e argentinos do século XIX. In: **Revista Brasileira de História. São Paulo**, v. 21, n. 41, p. 55-76, 2001.

<sup>119</sup> LOPES, 2001, op. cit. p. 72.

<sup>120</sup> LOPES, 1997, op. cit. p. 155-156.



Museu Nacional (Rio de Janeiro) teve sua origem ligada às vicissitudes da transferência da família real para o Brasil, época em que, segundo José Neves Bittencourt<sup>121</sup>, o território largo e profundo começa a ser mapeado pelo olhar especializado, bem ao estilo ilustrado de classificar para ordenar, rigor científico que buscava apurar as potencialidades econômicas da colônia. O Museu Paulista personifica a necessidade de uma elite de autorepresentar-se na esfera da cultura, o mesmo acontecendo com o Museu Paraense<sup>122</sup>. Portanto, na segunda metade do século XIX, os museus proliferaram como estabelecimentos dedicados à pesquisa científica das espécies (humana inclusive), ligados sobretudo aos parâmetros biológicos de investigação e a modelos evolucionistas de análise (darwinismo social), legitimando determinada concepção historiográfica configurando o que conhecemos hoje como a “era dos museus”.

#### **4. O Museu Paranaense: da sociedade de aclimação às exposições universais<sup>123</sup>**

Antes mesmo de a província paranaense vir a ter uma Sociedade de Aclimação e o terceiro museu do Brasil, ela já se preparava em exposições provinciais, para posteriormente participar das nacionais e internacionais. Alda Lúcia Heizer investigou em sua recente tese de doutoramento a participação do Império do Brasil na Exposição de Paris de 1889 e, segundo a autora, é a partir da década de 1880 que as Grandes Exposições da segunda metade do século XIX passaram a interessar aos pesquisadores brasileiros de diferentes áreas do conhecimento<sup>124</sup>. As exposições tiveram início com a Grande Exposição de Trabalhos Industriais ocorrida em Londres em 1851. Daí em diante as exposições do oitocentos foram se seguindo: Paris (1855); Londres (1862); Paris (1867); Viena (1873);

---

<sup>121</sup> BITTENCOURT, op. cit. p. 89-130.

<sup>122</sup> SCHWARCZ, op. cit. p. 90.

<sup>123</sup> Apesar de existirem um número razoável de obras e artigos científicos a respeito dos museus brasileiros poucos fazem referência ao museu paranaense, um dos trabalhos mais importantes que temos conhecimento é o de Cíntia Maria Sant’ana Braga Carneiro, intitulado: “O museu paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná 1902 a 1928. Curitiba, UFPR. Dissertação de Mestrado, 2001. Apesar disso o recorte temporal e metodológico da autora é diferente como fica evidenciado pelo título, tanto que faz pequena menção a participação do museu na Exposição Antropológica Brasileira de 1882 (p. 31). Outra questão que chama a atenção no trabalho de Cíntia é a ausência da obra fundamental de Maria Margaret Lopes (op. cit. 1997) sobre os museus no Brasil.

<sup>124</sup> HEIZER, Alda Lúcia. Observar o Céu e medir a Terra. Instrumentos científicos e a participação do Império do Brasil na Exposição de Paris de 1889. Campinas, Unicamp. Tese de Doutorado, 2005, p. 15.

Filadélfia (1876); Amsterdã (1883); Antuérpia (1885); Paris (1889). Heizer<sup>125</sup> cita Werner Plum para explicar que as exposições congregavam “uma nova forma de cooperação entre a ciência, a técnica e a indústria, que sobre a base da planificação, estandarização e produção em massa, converteu-se num fator decisivo para a organização e forma de trabalho do sistema industrial moderno”<sup>126</sup>. Outra referência considerada “obrigatória”, segundo Heizer<sup>127</sup>, para o entendimento das exposições é o livro de Margarida de Souza Neves<sup>128</sup> em que diferencia as exposições locais, nacionais e internacionais; a universalidade destas últimas estariam ligadas ao fato de que “são países portadores dos valores do progresso, que pela força da lógica inexorável do capital internacionalizado, tantas vezes acompanhado nos novos continentes coloniais pelo argumento das armas, transformaria o mundo num Império, legitimando desta vez, não pela cristianização do gentio, mas pelos valores da civilização”.

Assim, mesmo se tendo a província paranaense há pouco desmembrado de São Paulo, possuindo em sua capital pouco mais de 9.500 habitantes<sup>129</sup> na década de setenta do século XIX, participava ativamente das exposições nacionais e internacionais. Embora não possuindo um local específico onde pudessem ser organizados os objetos para as exposições, segundo Edilberto Trevisan, a Província do Paraná participou da Exposição de Paris em 1867, Viena em 1873 e Filadélfia em 1876. Para Lopes, que comenta a participação das províncias brasileiras nas exposições internacionais, a província do Paraná havia tido uma participação destacada na Exposição de Viena, em 1873,

e preparava-se para contribuir de igual modo para a representação brasileira na Exposição da Filadélfia, em 1875[sic]\*. Contando com uma rede de colaboradores nas diversas cidades do interior, a participação do Paraná nesses certames visava ressaltar a produção da erva-mate paranaense, em pó ou em folha, além dos diversos fabricantes e de todas as embalagens (...) As preparações de tais exposições eram verdadeiros acontecimentos sociais, que envolviam um número relativamente grande de pessoas, dada a necessidade de remeter, organizar, acondicionar, catalogar os mais

---

<sup>125</sup> Ibid., p. 26.

<sup>126</sup> PLUM, Werner. **As exposições mundiais do século XIX**: espetáculos da transformação sociocultural. Bonn: Friedrich Ebert Stiftung, 1979.

<sup>127</sup> HEIZER, op. cit. p. 27-28.

<sup>128</sup> NEVES, Margarida de Souza. **As vitrines do progresso**. O Brasil nas exposições internacionais. Rio de Janeiro: PUC-Rio / CNPQ / Finep, 1986.

<sup>129</sup> TREVISAN, Edilberto. A gênese do Museu Paranaense (1874-1882). Curitiba, **Arquivos do Museu Paranaense** – Nova Série – História, n. 1, 1976.

\* Parece ter havido uma incoerência quanto à data da Exposição da Filadélfia, que ocorreu na verdade em 1876.

variados produtos para expô-los na província e em seguida reorganizá-los novamente para serem transportados para o Rio de Janeiro, para as Exposições Nacionais<sup>130</sup>.

Em 1874, por intermédio dos drs. Agostinho Ermelino de Leão e José Cândido Murici<sup>131</sup>, membros escolhidos para comporem a Comissão Organizadora da Exposição Provincial, preparatória à Exposição Nacional de 1875, dirige-se ofício ao Presidente da Província, dr. Frederico José Cardoso d'Araújo Abranches, comunicando-lhe que “no intuito de coligir os riquíssimos produtos agrícolas e industriais desta Província, pretendemos levar a efeito a criação de um museu agrícola e um jardim de aclimação nesta cidade”<sup>132</sup>. Essas palavras refletem duas situações correlatas: primeiro a necessidade de um local para que os objetos que eram reunidos para as exposições provinciais, nacionais e internacionais tivessem um destino posterior. Outra situação, mais geral, é a consolidação que ocorria em âmbito nacional de elites locais preocupadas em estabelecer um ambiente científico e demonstrativo das peculiaridades que poderiam fornecer uma identidade singular, mas em consonância com o projeto imperial de construir uma imagem de progresso e civilização para o Brasil.

Em 25 de setembro de 1875, inaugurou-se no Paraná a Sociedade de Aclimação, filiada ao Rio de Janeiro, com intuito de “introduzir, aclimatar, domesticar, propagar e melhorar espécies, raças ou variedades de animais e vegetais em toda a província do Paraná”<sup>133</sup>, problemas específicos da agricultura e zootecnia, que encontraram plena receptividade dos homens da época, pois traziam para a esfera das iniciativas culturais, aspectos diretamente relacionados aos interesses econômicos dominantes. Sobre a criação da Sociedade de Aclimação, o futuro diretor do Museu Paranaense, Ermelino de Leão, escreveu que “desde logo a sympathia e o interesse do publico pelo estabelecimento, se manifestaram, traduzindo-se numerosas dadivas de objectos interessantes e raros que vinham enriquecer seos mostruarios, ao mesmo tempo, que tornava acanhadas as

---

<sup>130</sup> LOPES, 1997, op. cit. p. 208.

<sup>131</sup> Agostinho Ermelino de Leão nasceu em Paranaguá em 1834; formou-se em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de Recife, além disso, foi chefe de polícia, desembargador, deputado provincial, vice-presidente das províncias da Bahia e Paraná, morreu em 1901. José Cândido Murici nasceu em Salvador, em 1827; Formou-se em Medicina pela Faculdade da Bahia e veio para o Paraná em 1853. Morreu em 1879.

<sup>132</sup> Ofício de 14 de janeiro de 1874. Livro de Ofícios de 1874, Arquivo Público do Paraná, v. 1.

<sup>133</sup> FERNANDES, José Loureiro. **Museu Paranaense**: resenha histórica (1876-1936). João Haupt, 1936, p. 3.

proporções do compartimento que lhe era reservado”<sup>134</sup>. Desde essa época, em que não havia ainda um museu propriamente dito, a população principalmente curitibana, mas não somente ela, pois chegavam objetos de todas as partes da província, interessava-se em auxiliar no “enriquecimento dos mostruários”, isso demonstra o interesse em contribuir para uma instituição que poderia representar os avanços do “progresso cultural”, como reflexo do desenvolvimento da erva mate.

Em mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em fevereiro de 1876, Adolfo Lamenha Lins, então presidente da Província, comunicava haver nomeado uma comissão, representada por Ermelino de Leão, Murici e o engenheiro André Chalréo Júnior, para organizar a criação de um museu de caráter histórico e de ciências naturais, “para levar a efeito a criação d’este utilissimo estabelecimento nomeei uma commissão (...) que empregam todos os esforços para inaugural-o no dia 14 de Março proximo vindouro”<sup>135</sup>.

A 25 de setembro de 1876, exatamente um ano após a criação da Sociedade de Aclimação, é inaugurado então o Museu Paranaense, instituição privada, a princípio ocupando uma única sala, situada no edifício do antigo mercado, na praça Zacarias, contendo “variados produtos da flora provincial, além de amostras de minerais e de outros objetos raros, dignos de estudo”<sup>136</sup>; em 30 de setembro o Jornal Dezenove de Dezembro, em sua seção de comunicados anunciava, “as 4 horas mal comportava a casa o numero de senhores e cavalheiros, pois, a incansável commissão, generalizou os convites; e pouco depois, presente o Ex. Dr. Lamenha Lins, digno presidente honorário da associação, com um bello discurso abriu a sessão”<sup>137</sup>.

Neste ínterim, entre a criação da Sociedade de Aclimação e a instituição do Museu Paranaense, a província do Paraná participou de exposições nacionais e internacionais. Segundo Trevisan, esse foi uns dos fatores que contribuíram para o atraso da abertura do Museu<sup>138</sup>. Em 1873 foi à Exposição Internacional de Viena, e preparava-se da mesma forma para ser representada na exposição da Filadélfia, em 1875. Entre os anos 1879 e

<sup>134</sup> LEÃO, Agostinho Ermelino de. Guia do Museu Paranaense. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1900, p. 3.

<sup>135</sup> PARANÁ. Presidente de Província. **Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná, no dia 15 de fevereiro de 1876 pelo Presidente da Província, e excellentissimo senhor doutor Adolpho Lamenha Lins**. Província do Paraná: Typ. da Viuva Lopes, 1876, p. 121.

<sup>136</sup> Relatório de Rodrigo Otávio de Oliveira Meneses, em 31 de março de 1879, p. 80. In: FERNANDES, op. cit. p. 2-3.

<sup>137</sup> DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 30 de setembro 1876.

<sup>138</sup> TREVISAN, op. cit. 24-25.

1880, o Museu Paranaense sofreu modificações em seu edifício, permitidas pelo incremento das doações da população, fazendo com que o diretor do Museu, Ermelino de Leão, intentasse perante o governo provincial as necessárias reformas que, no entanto, foram arrimadas pela “melhor colaboração do favor público: festas populares e donativos particulares forneceram os recursos para a construção”. Tal reforma veio em um momento profícuo, pois em 22 de maio de 1880, o Museu Paranaense recebe a visita do Imperador do Brasil, D. Pedro II, que com sua comitiva e na companhia do diretor do Museu, demorou-se por duas horas, apreciando “os fósseis, as seções de moluscos e crustáceos, assim como os minerais”<sup>139</sup> e, segundo Ermelino de Leão, teria dito que “o Paraná marcha na vanguarda do progresso”<sup>140</sup>.

Para LOPES<sup>141</sup> “a organização do Museu Paranaense também se insere localmente no contexto dos incentivos à produção agrícola e às políticas migratórias para o Paraná”. Tais políticas faziam parte da grande propaganda do governo brasileiro para atrair estrangeiros como mão-de-obra, visando ocupar os territórios considerados “desocupados” ou que não estavam cumprindo seu papel econômico e político nesta nação em formação. Opinião semelhante expressava Trevisan quando comentava que tanto o Jardim de Aclimação quanto o Museu Paranaense “se idealizavam pelos conceitos do tempo, ajustavam-se às providências da nova Presidência, principalmente (...) o Jardim de Aclimação, instituição adequada a cooperar para a consolidação de medidas adotadas para o desenvolvimento da imigração para o Paraná”<sup>142</sup>. Lamenha Lins levou a sério as reformas de infra-estrutura que a capital paranaense necessitava, bem como as políticas de promoção de uma As políticas migratórias também contribuiriam para ajudar no branqueamento da população das províncias e o Museu Paranaense corroborou para estas políticas na medida em que, a partir da sua participação em exposições nacionais e internacionais, representando as características e o potencial econômico da província do Paraná, tentou inserir-se num debate que ocorria em nível mundial, ou seja, a origem e classificação do homem americano, projetos estes financiados por uma elite local ansiosa por legitimação e *status* social.

---

<sup>139</sup> Lamenha Lins citado por LOPES, op. cit. p. 209.

<sup>140</sup> FERNANDES, op. cit. p. 5.

<sup>141</sup> Op. cit., p. 210.

<sup>142</sup> TREVISAN, op. cit., p. 25.

O Museu desde então afirma-se como centro cultural da província, nele eram realizadas entregas de prêmios tanto escolares, concedidos pelo governo, como das exposições nacionais e estrangeiras. De uma dessas cerimônias, particular registro ficou no arquivo do Museu: a que se realizou quando da entrega dos prêmios conferidos aos expositores paranaenses pelos júris das exposições do Rio de Janeiro (em 1881) e da Continental de Buenos Aires (em 1882). Tal solenidade efetuou-se com a presença da Princesa Isabel e do Conde d'Eu, tendo sua Alteza Imperial feito a entrega dos prêmios<sup>143</sup>.

Ainda no ano de 1882 o Museu Paranaense participou da Exposição Antropológica Brasileira, realizada no Museu Nacional, maior evento científico do império<sup>144</sup>. Os materiais antropológicos foram representados por esqueletos encontrados no sambaqui de Goulart, em Antonina, litoral da província, e por dois crânios de índios, das tribos xavante e guarani. A seção de Arqueologia era constituída por diferentes peças líticas, procedentes dos sambaquis litorâneos e das regiões anteriormente habitadas por grupos indígenas. Da parte reservada à Etnologia constavam objetos de guerra, caça e pesca, de uso doméstico, de cultos religiosos ou de participação em exéquias, além ainda de um cacique Bandeira, da nação dos camés ou coroados, que habitava a região do rio Piquiri, enviado também para representar o “exótico provincial”<sup>145</sup>.

Juntamente com os materiais acima descritos, foram mandados ainda para a exposição alguns textos, editados especialmente para a ocasião: o *Catálogo dos Objetos do Museu Paranaense Remetidos à Exposição Antropológica do Rio de Janeiro*; *Memória Sobre os Costumes e Religião dos Índios Camés ou Coroados*, escrita pelo frei Luís de Cemitille; *Os índios da província do Paraná* de Antônio R. Lustosa de Andrade; *O Vocabulário das Tribos Caingangues, Caiguás e Chavantes* por Telêmaco Borba, além da *Cópia de Inscrições Rupestres Existentes ao Norte da Cidade de Antonina*, monografia de autoria de Ermelino de Leão, então diretor do Museu, sobre suas pesquisas nos sambaquis da região, inclusive o de Goulart. Escrevendo sobre a participação da província na Exposição de 1882, José Loureiro Fernandes diz que “colaborando na primeira mostra antropológica nacional com a organização de uma coleção feita sob a orientação do Diretor

---

<sup>143</sup> FERNANDES, op. cit., p. 6.

<sup>144</sup> A participação do Museu Paranaense na Exposição Antropológica Brasileira será trabalhada em detalhes no próximo capítulo.

<sup>145</sup> LOPES, op. cit. p. 209-210.

do Museu, que revelou múltiplos aspectos paranaenses no setor da Antropologia física, da Etnografia e da Arqueologia, procurou o Dr. Ermelino de Leão mostrar ao meio intelectual da Côrte o interêsse já existente na província pelo estudo da ciência do homem”<sup>146</sup>.

No *Guia do Museu Paranaense*, publicado em 1900 por ocasião da inauguração de uma nova sede para o Museu<sup>147</sup>, Ermelino de Leão, além de registrar a história dos primeiros anos da instituição, descreveu a organização dos objetos recolhidos até aquele instante. A grande presença de objetos de culturas indígenas demonstra como o Museu Paranaense, desde o início, apresentava-se como um local não somente voltado à história das famílias de prestígio local, ou como simples repositório de objetos curiosos. A catalogação organizada por Ermelino demonstra a familiaridade para com os principais objetos de interesse científico à época, principalmente em relação ao Museu Nacional.

#### *Entrada*

##### **1º Corredor**

*1 Trabalhos lithographicos variados, executados pelo estabelecimento denominado Impressora Paranaense.*

##### **2º Corredor**

*(É prohibido tocar nos objectos; muitos delles estão envenenados)*

*2 Flechas e arco dos indios botocudos (Gês)*

*3 Lança, arco e flecha dos indios coroados ou Caigangs*

*4 Remos dos índios Parintintins, Estado do Pará*

*5 Arcos, Flechas e Harpões dos índios Botocudos*

*6 Flechas tomadas no Ribeirão da Prata, Estado de Mato Grosso, aos selvagens que atacaram a expedição de 30 homens sob o comando do Major Jorge Lopes da Costa Moreira, Diretor da Colônia Militar de São Lourenço.*

*7 Hastes de harpões usados pelos selvagens na pesca e caça*

*8 Arco e lança de um cacique Coroado (Caigang)*

*9 Flauta de taquara dos índios Botocudos*

---

<sup>146</sup> FERNANDES, op. cit., p. 5.

<sup>147</sup> CÍNTIA CARNEIRO, op. cit., p. 39.

10 Clava encontrada no Passo Ruim, estrada que se dirige ao Rio Grande do Sul. Em 13 de janeiro de 1868, os indígenas atacaram aquele pequeno povoado, deixando ali esta arma.

11 Lança de um índio botocudo. Em fevereiro de 1879 os bugres atacaram o povoado de papanduva, município do Rio Negro, ferindo com esta lança, em um dos braços, o nacional Cesário Antonio Ribeiro.

12 Arco e flechas encontrados no lugar denominado Avencal, Rio Negro, assaltado pelos Botocudos em 1878

13 Flechas e arco dos índios Cayuás ou Cayguás (Guaranis)

14 Flechas de Ponta de taquara dos índios Aripuanas

15 Flauta de taquara coberta com tecido de palha

16 Lança tomada do cacique Botocudo Voão em dez de dezembro de 1881 no assalto feito pelos índios no quarteirão da “Estiva”, município do Rio Negro.

17 Arco e flechas dos indígenas de Guarapuava (Cames, Votorões, Dorim e Xocrens)

18 Arco e flechas dos indígenas Cayuás

19 Harpões indígenas para caça e pesca

20 Machado indígena com cabo de madeira

### **Archeologia**

*Igaçabas, Vasos, Machados, pontas de lança, Ossos de indígenas esparsos e fragmentados, extraídos do sambaqui de Goulart; crânios indígenas dos sambaquis paranaenses<sup>148</sup>.*

A partir do exposto acima podemos construir algumas assertivas de forma objetiva: o Museu Paranaense representou sua província em diversas exposições, tanto nacionais quanto internacionais; o Museu se apresentava como local privilegiado para o desenvolvimento da ciência, da educação, e a conservação da memória; constituiu-se também como importante auxílio na construção dos incentivos às políticas migratórias tão valorizadas pela província na época; além de ser um centro irradiador de discursos e práticas “civilizatórias”, justificando assim, a ocupação das áreas e o extermínio de etnias e

---

<sup>148</sup> LEÃO, op. cit. p. 5-6. Além das salas citadas havia ainda uma última chamada *Monarchia*, com imagens do Imperador e objetos relacionados à família real.



culturas diferentes daquelas consideradas como saltares a um “desenvolvimento e modernização da província”.

Nos museus da segunda metade do século XIX, mas especificamente entre 1870 e 1889, percebesse a tentativa de criação de uma história e de um passado comum, bem como a aceitação de um corpo legal que regeria a vida civil da “nação”. Desta maneira, a ciência passa a colaborar nos discursos acerca da construção de uma identidade unificadora, homogeneizante, visando obscurecer as lutas e contradições existentes na sociedade. À medida que grupos étnicos iam desaparecendo de seus lugares de origem, seus restos e sobreviventes se constituíam em objeto de investigação e observação, ao mesmo tempo em que sua cultura material passava a fazer parte daquilo sobre o qual agora tinha soberania a “nação” e a ciência<sup>149</sup>. O Museu Paranaense se insere neste movimento, participando, como as demais instituições similares à época, das discussões que movimentavam os locais de ciência pelo Brasil e pelo mundo. Na medida em que, desde a proposta de criação de uma instituição como essa, com vistas à modernização da província, até as grandes exposições das quais participou, representações foram criadas sob o auspício legitimador da ciência (Etnografia, Arqueologia), corroborando em última instância uma concepção de história evolutiva e legitimadora, demonstrando o caráter progressista e redentor que os brancos europeus emprestavam à província. Cremos que o ápice deste processo se deu no momento em que o Museu Paranaense participou da Exposição Antropológica Brasileira, contribuindo com objetos e textos já citados anteriormente, demonstrando plena sintonia para com os pressupostos científicos que norteavam a organização dos museus brasileiros e estrangeiros na segunda metade do século XIX.

---

<sup>149</sup> PODGORNYY, Irina. Uma exibição científica dos pampas (apontamentos para uma história da formação das coleções do museu de la plata). In: **Idéias**. Campinas, 5 (1): 173-216, Jan./jun., 1998, p. 192.

### III

## **EXPOSIÇÃO ANTROPOLÓGICA BRASILEIRA: CONSTRUINDO UMA MEMÓRIA PARA A NAÇÃO**

A questão da memória tornou-se território controverso desde que passou a fazer parte do rol da heurística histórica. Talvez o principal questionamento hoje seja sobre as fronteiras (se há alguma) entre história e memória. Tal questionamento passou por uma inflexão metodológica e epistemológica e, no limite, temos a suspeição sobre o estatuto de cientificidade da história por um lado, gerando no entanto frutíferas perspectivas acerca de objetos não tão novos como proliferado ultimamente, mas certamente olhados sob outros ângulos, por outro. Dessa forma, intentamos primeiramente uma apreensão da memória em seu desenvolvimento como fenômeno histórico específico e fator de organização social comum às sociedades modernas ocidentais, visando principalmente com isso seu desenvolvimento como ferramenta teórica e conceitual.

Aspecto inerente à constituição das realidades dos grupos sociais, a memória não é, por isso mesmo, estática. Revela-se antes multiforme e sujeita a usos e abusos, determinada até certo ponto pelas contingências históricas. Pelo simples fato de considerarmos a memória enquanto construção coletiva, retoma-se de imediato a ação dos agentes neste processo. Não um sujeito com categorias aprioristicamente dadas, mas sim no sentido pleno da intencionalidade mediada e da apropriação criadora. A abordagem presente utilizar-se-á de alguns autores que pensaram a memória de forma relativamente mais teórica e metodológica. Jacques Le Goff e Pierre Nora discutiram a questão da memória a partir de sua diferenciação em relação à história, um processo buscado, como veremos, na longa duração. Michael Pollak introduziu o olhar sociológico sobre a problemática da memória referenciando o trabalho inaugural de Maurice Halbwachs, mas tentando ao mesmo tempo uma superação na abordagem do fenômeno. A ênfase buscada nesses autores será direcionada a um evento específico que envolveu muitas instituições dedicadas que

estavam à época em dotar a nação brasileira de presente como resultado de um passado dignos das civilizações européias, e a Exposição Antropológica Brasileira representou todo o esforço que havia sido despendido durante muito tempo nos museus e institutos histórico-geográficos para tal intento.

### **A separação entre memória e história na longa duração**

Para Le Goff a memória sofreu algumas transformações no decorrer do tempo que culminaram na diferenciação entre história e memória. Esta diferença o autor localiza principalmente na transformação mais ampla ocorrida a partir da instituição do poder monárquico na antiguidade: “A memorização pelo inventário, pela lista hierarquizada não é unicamente uma atividade nova de organização do saber, mas um aspecto da organização de um poder novo”<sup>150</sup>. Poder novo e uma nova forma de articulação da memória. Com a monarquia na Grécia arcaica, segundo Le Goff, opera-se esta passagem criando uma instituição chamada *mnemon*, que seria “uma pessoa que guarda a lembrança do passado em vista de uma decisão de justiça”<sup>151</sup>. Este é somente um dos exemplos que Le Goff oferece para situar a “emergência espetacular da memória no seio da retórica”<sup>152</sup>.

Na Idade Média a memória torna-se um quase monopólio da igreja, o recurso à escrita como suporte da memória coletiva aumenta de importância, mas a função configuradora da mesma que a oralidade possui ainda prefigura como suporte principal. No entanto, como constata Le Goff, tais são as principais características das transformações da memória na idade média:

Cristianização da memória e da mnemotecnica [conjunto de técnicas que servem para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da memória], repartição da memória coletiva entre uma memória litúrgica girando em torno de si mesma e uma memória laica de fraca penetração cronológica, desenvolvimento da memória dos mortos, principalmente dos santos, papel da memória do ensino que articula o oral e o escrito, aparecimento enfim de tratados da memória (*arte memoriae*)<sup>153</sup>.

---

<sup>150</sup> LE GOFF, Jacques. Memória. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional (Casa da Moeda), 1984, p. 19.

<sup>151</sup> *Ibid.*, p. 20.

<sup>152</sup> *Ibid.*, p. 23.

<sup>153</sup> *Ibid.*, p. 24

A igreja utilizou-se de tradições ritualísticas pagãs fazendo uma espécie de releitura, uma adaptação conveniente, pois que encontrava fundamento e respaldo num imaginário coletivo disperso, em uma *comunidade de sentido*<sup>154</sup>, e da mesma forma pragmática porque visava a comemoração dos mortos ilustres, aqueles que haviam se tornado aos olhos da cristandade pessoas dignas de lembrança, e que, ao deixarem sua existência terrena, tornar-se-iam dignos do *Memento* do cânon da missa. É o surgimento do dia dos fiéis mortos, a 2 de novembro: “O nascimento, no fim do século XII, de um terceiro lugar do Além, entre Inferno e Paraíso, o purgatório, de onde se podia, através de missas, de orações, de esmolas, fazer sair mais ou menos rapidamente os mortos pelos quais as pessoas se interessavam, intensificou o esforço dos vivos em favor da memória dos mortos”<sup>155</sup>.

Com a Renascença tem-se um alargamento da memória coletiva ou, mais precisamente, uma incidência consubstanciada que acelera um processo já em andamento não linear – pois temos a centralização dos aspectos formadores da memória sob os auspícios do entendimento cristão – mas em constante mutação, iniciada com o aparecimento da escrita. Lentamente a transmissão escrita passa a eclipsar a transmissão oral da memória, num processo que encontra nos séculos XVIII e XIX o auge, através dos processos legitimadores das ciências sociais. Os métodos nos quais as ciências da sociedade buscam sua cientificidade residiam (residem?) nos fundamentos filosóficos e teóricos das ciências naturais, em pensadores como Bacon, Descartes e Leibniz. O grau de cientificidade se daria então na medida em que houvesse um afastamento daquilo que era considerado como supersticioso, ilusório, um afastamento da memória, característica do racionalismo das luzes. Neste processo, o surgimento de uma instituição dará os contornos principais da memória coletiva moderna: o Estado.

Le Goff localiza, a partir da revolução francesa (a qual ele sugere que poderia ter sido detonada pela explosão da memória acumulada), um traço marcante do século XIX: a proliferação e explosão do “espírito comemorativo”<sup>156</sup>. O Estado desde então se outorga

---

<sup>154</sup> O conceito de comunidade de sentido é de BACZKO, Bronislaw. A Imaginação Social. **Enciclopédia Einaudi**, vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, foi utilizado por José Murilo de Carvalho em A formação das Almas: imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, para avaliar a aceitação ou rejeição dos símbolos criados pelos projetos de República por parte da população à época. O uso que aqui fazemos, enfatizando a manipulação dos símbolos e alegorias pagãs pela igreja católica na Antiguidade e Idade Média, se dá de forma análoga ao de José Murilo.

<sup>155</sup> LE GOFF, op. cit., p. 28.

<sup>156</sup> Ibid, p. 37.

(chancelado pelos grupos em seu interior) o direito de fazer lembrar e fazer esquecer. Contudo não há uma pura e simples manipulação da memória coletiva.

O livro *A Formação das Almas* (1990) de José Murilo de Carvalho mostrou exemplarmente como existiu uma relação instável entre os projetos de estabelecimento de uma memória oficial republicana no Brasil, criada a partir das comemorações nacionais e investimentos simbólicos, e o imaginário coletivo, que garantiu em última instância aquilo que de fato passou a fazer parte da memória nacional. Da mesma forma, o historiador Jeffrey Lesser em *A negociação da identidade nacional* (2001)<sup>157</sup> lembra que as identidades das etnias que aportaram no Brasil, durante o século XIX e inícios do XX, não se consolidaram a não ser a partir da tensão entre a concepção normalizadora do Estado e a cosmogonia trazida pelos indivíduos que engendrava a percepção de si em relação às novas situações.

A questão, no entanto, que vimos tentando demonstrar até aqui é que houve então uma cisão entre memória e história, que se iniciou segundo Le Goff na antiguidade, mas que encontrou aceleração em tempos que motivaram por parte de duas instituições principais, Igreja e Estado, seus organizadores por excelência, uma dependência cada vez maior do suporte escrito para a constituição da memória social, ou coletiva. A passagem de uma memória de transmissão majoritariamente oral para uma cada vez mais artificial, não espontânea, sugere a inclusão de um terceiro fator considerado preponderante para este fim. A ciência histórica, como esboçamos acima, ou melhor, a busca por uma cientificidade histórica marcará indelevelmente o processo de separação entre memória e história.

No entender de Pierre Nora, o aparecimento de uma história voltada para o desenvolvimento da consciência nacional tornou-se característica dos historiadores franceses no século XIX: “A definição nacional do presente chamava imperiosamente sua justificativa pela iluminação do passado”<sup>158</sup>. Uma espécie de memória ontológica porque constitutiva de um ser nacional, unindo o disperso, englobando em algumas poucas representações todas as possibilidades da diferença, que tanto causavam pânico aos governos preocupados com a unidade nacional – o Brasil Império é caso paradigmático.

---

<sup>157</sup> LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional*: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

<sup>158</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Proj. História**, São Paulo: p. 7-27, dez. 1993, p 11.

Como não lembrar das exposições nacionais e internacionais do século XIX a partir disso? Mas a questão que se impõe é que o movimento descrito acima, da utilização da memória coletiva para fins legitimadores, se apresenta como último representante de uma história-memória. Nora assim descreve este movimento:

Com a emergência da sociedade no lugar e espaço da Nação, a legitimação pelo passado, portanto pela história, cedeu lugar à legitimação pelo futuro. [...] Os três termos recuperaram sua autonomia. A nação não é mais um combate, mas um dado; a história tornou-se uma ciência social; e a memória um fenômeno puramente privado. A nação-memória terá sido a última encarnação da história-memória<sup>159</sup>.

O que resta hoje são os *lugares de memória*, pois a criação de uma história da história, uma consciência historiográfica, separou a história daquilo que ela não é, ou seja, da memória. Segundo Pierre Nora a aceleração da história proporcionou a psicologização cada vez maior da memória: “Quando a memória não está mais em todo lugar, ela não estaria em lugar nenhum se uma consciência individual, numa decisão solitária, não decidisse dela se encarregar”<sup>160</sup>. Os fenômenos da mundialização, democratização, massificação e da mediatização, juntamente com o cientificismo da história levaram a termo um processo que culminou no fim das sociedades-memória e das ideologias-memória, ou seja, tudo aquilo que de uma forma ou de outra remetia a um passado moralmente prolífico que guiaria as ações do presente, este último entendido como continuação do primeiro. O que restou então da memória são os lugares nos quais ela se encarnou, se cristalizou, “a historiografia inevitavelmente ingressada em sua era epistemológica, fecha a era da identidade, a memória inelutavelmente tragada pela história, não existe mais um homem-memória, em si mesmo, mas um lugar de memória”<sup>161</sup>.

Museus, arquivos, praças e cemitérios. Lugares certamente de memória mas que só o são em função de um investimento simbólico e imaginativo. Segundo Nora<sup>162</sup> são lugares materiais, simbólicos e funcionais ao mesmo tempo, em graus diversos somente, mas que coexistem sempre. É justamente nessa plasticidade dos *lugares de memória* que reside sua operacionalidade enquanto conceito. As flutuações a que a memória esta sujeita pelas

---

<sup>159</sup> NORA, op. cit., p. 12.

<sup>160</sup> Ibid., p.18.

<sup>161</sup> Ibid., p.21.

<sup>162</sup> Id.

vicissitudes do presente histórico demonstram o quanto a relação entre passado, presente e futuro é dinâmica. Em outras palavras, o que informa os grupos na sua busca pela compreensão de si é justamente essa relação temporal, mas que se apresenta a eles de formas diversas, geralmente não especificadas, culturalmente mediadas pelas representações sociais construídas e objetivadas nas relações assimétricas entre os grupos.

Os *lugares de memória* seriam então os lugares onde a memória encarnou-se ao longo do processo de separação entre memória e história. O alargamento crescente da memória coletiva em função dos remanejamentos históricos por um lado, juntamente com a busca por uma história científica de reflexão sobre si mesma por outro, propiciaram o esfacelamento da memória espontânea, é por isso “que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, (...) por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados”<sup>163</sup>.

Jacques Le Goff e Pierre Nora abriram certamente um campo de investigação deveras profícuo ao tentarem uma delimitação conceitual e metodológica da memória. Tem-se presente em suas reflexões o tempo longo, a transformação por que passou a memória européia e principalmente francesa na longuíssima duração. A sensação é de que a epopéia da memória chegou ao fim, pois só teríamos hoje lugares de memória. No entanto, e para além de constatações um tanto peremptórias, poderíamos extrair dos exemplos oferecidos pelos autores algumas inferências de cunho teórico. Primeiro que as dimensões (presente, passado, futuro) – a ênfase aqui recai certamente sobre as formas coletivas - não são percebidas enquanto tais, senão a partir da objetivação nos lugares onde a memória se encarna, lugares materiais mas também subjetivos. A própria noção de indivíduo, por ser uma construção social surgida na modernidade ocidental, não seria também um lugar de memória? Também que o trabalho de organização da memória coletiva, na medida em que cria representações para este fim, objetiva-se em símbolos através dos quais as dimensões temporais são percebidas e apreendidas. Práticas sociais não são um reflexo puro e simples deste processo mas são mediadas por ele, caracterizadas pela tensão e negociação constante. Surge a problemática da objetivação da memória, porque não basta constatar os lugares nos quais a memória solidificou-se mas sim tentar apreender como se construíram

---

<sup>163</sup> NORA, op. cit., p. 13.

as representações, ou seja, os mecanismos pelos quais os grupos intentaram determinado modelo de memória. Para isso, necessitamos de um avanço teórico e conceitual em relação à memória coletiva.

### **O enquadramento da memória coletiva: ou a perspectiva sociológica histórica**

A memória possui, além de seu aspecto mutável e flutuante, características relativamente estáveis, duráveis ao longo do processo histórico. Michael Pollak enfatiza que isto ocorre nas memórias individuais – que ele demonstra através da repetição de determinados acontecimentos contidos nas entrevistas de histórias de vida – mas também na memória construída coletivamente<sup>164</sup>. Ele considera igualmente que, para que isso aconteça (a irredutibilidade de alguns eventos), é preciso que tenha havido um trabalho de solidificação intensa da memória, no sentido de que alguns acontecimentos passaram a fazer parte mesmo, da pessoa, ou do grupo. Para abordar esses fenômenos de relativa estabilidade que ocorrem na memória coletiva a sociologia corrobora fundamentalmente na medida em que nos oferece um arcabouço teórico-metodológico que remonta às reflexões de Durkheim e Maurice Halbwachs. Esses autores são citados por Pollak porque apontaram para a força de coesão social que a memória de um grupo exerce sobre ele. Por um lado, têm-se com Durkheim os fatos sociais como coisas, ou seja, exteriores às consciências individuais e coercitivos, o que Pollak pensa tomar como “indicadores empíricos da memória coletiva”<sup>165</sup>. Halbwachs por outro lado escreveu especificamente sobre a memória coletiva e fundamentou certamente as análises posteriores sobre o fenômeno. Além de acentuar o caráter coletivo da construção da memória bem como de suas flutuações e transformações a que está inerentemente comprometida, o autor ressalta que haveria funções positivas desempenhadas pela memória comum através da adesão afetiva e não majoritariamente coercitiva que subentende a coesão e o aspecto de negociação entre memória coletiva e individual<sup>166</sup>. Embora sejam contribuições decisivas, Pollak sugere que de uma perspectiva chamada construtivista “não se trata mais de lidar com os fatos sociais

---

<sup>164</sup> POLLACK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-215, p. 201.

<sup>165</sup> POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. p. 3.

<sup>166</sup> *Ibid.*, p. 3-4.



como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias coletivas”<sup>167</sup>.

A percepção do caráter da nação como forma mais completa da memória coletiva, tradição do século XIX mas presente também no pensamento de Halbwachs, é substituída pela função destruidora e opressora que a memória coletiva nacional possui<sup>168</sup>. Para Pollak os fatores de disputa e negociação da memória devem ser ressaltados em detrimento dos de continuidade, fazendo aflorar as memórias subterrâneas, aquelas que foram reprimidas no enquadramento da memória nacional. Ainda segundo o autor, para que estudemos as memórias coletivas fortemente constituídas faz-se necessário atentar para suas funções. Duas delas seriam as de “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum”<sup>169</sup>, nisso atuando o *trabalho de enquadramento da memória*, conceito que Pollak defende ao se referir aos mecanismos utilizados pelos grupos na tentativa de constituir uma memória comum. No entanto, uma vez que determinado constructo de memória tenha atingido um grau relativamente alto de solidificação, são requisitados espécies de guardiões dessa memória enquadrada. Temos então os agentes que trabalham no desenvolvimento e revisão da memória. Trabalho intelectual de acomodação daquilo que, em função da contingência dos acontecimentos históricos, se encontra sob suspeita, por ter perdido a coerência e a capacidade de naturalizar e universalizar o disperso, gerando disputas em torno do que deve ser rememorado ou apagado na memória coletiva. Pollak questiona ainda, referindo-se a historiografia alemã do século XIX, se esse não teria sido o papel dos historiadores preocupados com a construção da nação, consideração que tomamos como pertinente sob a ótica do que referimos anteriormente, sendo a cultura material um dos aspectos mais importantes

Outro aspecto que se refere ao processo de objetivação da memória, ou aos lugares da memória é o fenômeno das identidades coletivas. Pollak diz que “por identidades coletivas, estou aludindo a todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo – quer se trate de

---

<sup>167</sup> POLLACK, op. cit., p. 4.

<sup>168</sup> Id.

<sup>169</sup> Ibid., p. 9.

família ou de nação – o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência”<sup>170</sup>. Em termos de memória comum, estes sentimentos aludidos acima frequentemente têm forte ligação com os fatos históricos, ou melhor, a história fornece matéria prima para a constituição de uma memória identitária.

Alguns períodos foram marcados por intensa divergência e negociação em torno da tentativa de classificação dos seres humanos e por conseguinte da construção da identidade dos grupos. Os “investimentos” na conformação das identidades revelam como é importante essa “ligação fenomenológica entre memória e o sentimento de identidade”<sup>171</sup>. Lembremos aqui as discussões em torno da questão racial que permearam a segunda metade do século XIX e inícios do XX.

Tomemos como exemplo o livro de Lilia Moritz Schwarcz, *O Espetáculo das Raças* (1993) que, partindo de conceitos e modelos teóricos sobre as raças humanas em voga entre europeus, norte americanos e brasileiros no século XIX, constrói uma história social dessas idéias baseada na atuação de intelectuais reconhecidos na época, bem como das instituições (museus, institutos históricos e geográficos, faculdades de direito e de medicina) que segundo a autora foram locais de produção e reprodução de um saber: o discurso científico. As teorias raciais da segunda metade do século XIX foram utilizadas de forma peculiar no Brasil: por um lado, a aceitação dessas idéias como universais, condenando assim o cruzamento racial; por outro, a inviabilidade de ajustamento teórico frente à extrema miscigenação da população brasileira. A questão que se impõe então seria a de compreender “como o argumento racial foi política e historicamente construído nesse momento, assim como o conceito de raça, que além de sua definição biológica acabou recebendo uma interpretação sobretudo social”<sup>172</sup>. Não obstante e, partindo da problemática que a autora sugere, poderíamos perguntar se essas discussões em torno da tentativa de uma taxonomia da população brasileira na segunda metade do século XIX não teriam sido também uma luta pelo estabelecimento de uma memória específica para cada grupo que compunha a miríade de etnias aqui presentes. Caso seja plausível este questionamento, devemos tratar as diferenciações raciais que compõem a tessitura social hodierna como construções sociais, ou seja, representações criadas a partir do debate e conseqüentes

---

<sup>170</sup> POLLACK, 1992, op. cit., p. 207.

<sup>171</sup> Ibid., p. 204.

<sup>172</sup> SCHWARCZ, op. cit., p. 17.

práticas geradas em torno da investigação dos traços físicos e morais do “homem brasileiro”, ocorrida com maior ênfase justamente na época referida. Estas representações alimentaram os discursos de solidificação da memória, pois ao mesmo tempo em que os indivíduos foram selecionados pelos seus aspectos exteriores (fenotípicos diria a ciência biológica) algumas constatações daí se seguiram como condições inatas à determinada “raça”. Nesse trabalho de enquadramento da memória devemos atentar – no sentido anteriormente proposto de investigar os mecanismos de construção das representações que por sua vez contribuem na solidificação das memórias – para os locais de onde partiam esses discursos, ou seja, o processo de objetivação e materialização dos pressupostos que guiaram os investimentos de conformação das identidades raciais coletivas. É dessa forma que os museus brasileiros da segunda metade do século XIX surgem como exemplo fundamental deste processo de enquadramento da memória e das identidades raciais coletivas, principalmente no que se refere ao contraste que foi amplamente engendrado pelos museus dessa época entre a representação “indígenas” por oposição aos “brancos” brasileiros.

### **O maior evento científico do século XIX: A Exposição Antropológica Brasileira de 1882**

Entre os séculos XVII e XVIII os gabinetes de história natural europeus foram os locais onde a natureza foi apreendida em sua maior extensão possível e classificada de acordo com os parâmetros da ciência ilustrada. Esses foram também os parâmetros sobre os quais os museus do início do século XIX foram pensados e edificadas. Essa postura classificatória se mantém ao longo do século XIX, mas modifica-se na sua segunda metade, pelo surgimento de um elemento que dará contornos específicos ao projeto e constituição dessas instituições. Essa época representará em grande medida a articulação entre as ciências naturais e sociais e os museus, ou seja, o surgimento dos museus a partir da década de 1870 estará atrelado à afirmação das ciências naturais e sociais num movimento de

legitimação recíproco. Para Lopes<sup>173</sup> “essa proliferação de museus e as reformas do Museu Nacional foram, por um lado, frutos da consolidação de diferentes elites locais e de iniciativas científicas regionais. [...] Por outro, integram o movimento internacional de museus, que também se renovava em consonância com as mudanças de paradigmas pelas quais passavam as Ciências Naturais nesse final de século”. Os paradigmas aos quais se refere a autora são as variações de uma mesma episteme moderna de cunho classificatório que recrudescer alguns aspectos que lhe são inerentes ao incorporar as discussões produzidas pelas doutrinas raciais que marcaram o final do século XIX, doutrinas as quais tiveram os museus, entre outras instituições, como lugares de divulgação e demonstração através das exposições<sup>174</sup> provinciais, nacionais e internacionais.

Discutimos anteriormente algumas das teorias racialistas que estiveram presentes no pensamento e nas práticas científicas brasileiras, trata-se de apreender então, os museus, como produtores e reprodutores de representações sociais que naturalizaram e solidificaram uma memória específica de identidades raciais a partir de 1870. Os museus são, como indicamos a partir de Nora, lugares de memória, mas tomá-los somente como parte do processo de separação entre memória e história nos parece reduzir sua significação na construção da memória coletiva, principalmente no que tange ao processo histórico brasileiro. Seguindo as proposições metodológicas de Michael Pollak sugerimos a hipótese de que através de suas expedições científicas, coleções, exposições, e caráter pedagógico os museus brasileiros – mas também europeus, norte-americanos e latinos – tiveram uma função de enquadramento da memória coletiva, principalmente no que se refere às representações formadoras das identidades raciais que permanecem no imaginário coletivo até hoje.

As expedições científicas faziam mais que retirar objetos de seus locais de origem e transporta-los até um museu qualquer para estudo e classificação. Efetuava-se um processo de “resignificação” daquilo que Pomian<sup>175</sup> chamou de semióforos: objetos que não possuem

---

<sup>173</sup> LOPES, 1997, op. cit. p. 153.

<sup>174</sup> As exposições universais do século XIX e início do XX tiveram em grande medida caráter industrial e tecnológico, apesar disso, objetos representando os povos “não civilizados” dos países que participavam eram remetidos às exposições. Duas das principais referências para as exposições do século XIX são HARDMAN, Francisco Foot. Trem fantasma: a modernidade na selva. São Paulo: Cia. das Letras, 1988, bem como PESAVENTO, Sandra Jatthy. As exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.

<sup>175</sup> POMIAN, 1984, op. cit., p. 71.

utilidade efetiva mais representam o invisível, dotados *a posteriori* de um significado, de acordo com a pragmática social e cultural ligada a esta prática. Os objetos, uma vez expostos, já apareciam dotados e investidos de uma significação diferente, dentro daquele *élan* que promoveu sua busca. Podemos pensar este processo através daquilo que Greenblatt, como representante do *novo historicismo* e, no intuito de investigar o itinerário dos objetos culturais, nas suas transformações contextuais e textuais, problematiza o *foco* da obra “desenvolvendo uma noção de permuta cultural, isto é, examinando os pontos nos quais uma prática cultural cruza com outra, tomando emprestadas suas formas e intensidades, procurando afastar apropriações indesejáveis ou deslocando textos e artefatos de um local para outro” (1991, p.250)<sup>176</sup>.

Caso paradigmático foi a Exposição Antropológica Brasileira de 1882, realizada no Rio de Janeiro a 29 de julho, na qual o diretor do Museu Nacional e organizador da Exposição, Ladislau Netto, solicitou às províncias que enviassem objetos de caráter etnológico e arqueológico para que representassem o “exótico provincial”, dando uma idéia da diversidade das “raças” aqui presentes. Sobre a relação entre Ladislau Netto e a Exposição Antropológica temos com Lopes<sup>177</sup> como sendo o

Marco de uma época da história das ciências naturais e da Antropologia no Brasil, nessa exposição, mais do que coleções arqueológicas, etnográficas e antropológicas, foi exibida a singularidade nacional com que Netto esperava inserir o Brasil no mundo científico internacional. O que se pretendia expor e o que unia os conteúdos das diversas vitrinas era o papel original que cabia ao Museu Nacional do Rio de Janeiro cumprir na construção do imaginário do Império brasileiro e no panorama das ciências universais. A Exposição Antropológica Brasileira destacava as investigações da particularidade local, ainda não completamente estudada – as origens da “raça” brasileira.

Em ofício de 10 de setembro de 1881, dirigido ao Conselheiro Pedro Luis Pereira de Souza, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (Secretaria à qual o Museu Nacional estava vinculado), Ladislau Netto solicita às províncias do Império que remetam ao Museu Nacional os artefatos de que “se servem os aborígenes nas suas solenidades (na pesca, na caça, bem como esqueletos ou pelo menos

---

<sup>176</sup> Pode-se encontrar uma reflexão equilibrada de cunho epistemológico e metodológico sobre o historicismo em MARTINS, Estevão de Rezende. Historicismo: tese, legado, fragilidade. In: História Revista, 7 (1/2): 1-22, jan./dez. 2002.

<sup>177</sup> LOPES, 2001, op. cit., p. 63-64.

craneos)”,<sup>178</sup>, e a justificativa para tal solicitação era a de que os objetos “sejam remetidos a este Museu, afim de figurarem na Exposição, que se effectuará simultaneamente com a de História Nacional”<sup>179</sup>. Uma exposição Antropológica, mas que também envolveria a história nacional, condição ressaltada por Ladislau ao final do ofício, logo após aventar a possibilidade de se premiar os objetos que “mais se distinguirem pela sua perfeição, conservação ou valor ethnologico. O principal quesito, porem, deve ser toda a ingencia possivel para que se possa ella abrir simultaneamente com a Exposição sobre História do Brasil”<sup>180</sup>. Por que Netto fazia tanta questão que junto a Exposição Antropológica estivesse também uma exposição sobre a história da nação? Parece-nos que se trata daquilo que vimos tentando demonstrar, ou seja, a relação que se estabeleceu nos museus europeus, norte-americanos, mas também brasileiros entre a cultura material de povos considerados como exemplos da selvageria e baixo grau civilizacional – pensamento consubstanciado pelas teorias racialistas típicas da segunda metade do século XIX – e a construção de uma história idealizada que demonstrava objetivamente, através dos objetos expostos, de quais elementos era formada a nação, no caso, brasileira. Netto justifica a necessidade dos objetos na avaliação física e moral dos indígenas como única forma de estudá-los cientificamente, comenta que

Considerando-se actualmente do mais alto interesse scientifico o estudo do homem americano, não somente quanto à sua origem anthropologica, senão tambem em relação ás evoluções phisicas e moraes por que ha passado na adaptação dos climas e das necessidades dos paeses que habitou ou na fusão e contacto dos varios povos que provavelmente lhe disputaram o solo patrio, em epochas anteriores á invasão européa, e parecendo ser a grande nação guarano-tupy habitante da America austral andina a que maior interesse deve despertar no mundo scientifico por menos estudada que tem sido até o presente pelos americanistas, rogo a V. Ex. se digne, attendendo, a que somente pelo estudo dos esqueletos dos nossos aborigenes ou pelo exame de seus artefactos e de seus diferentes idiomas, é possivel sobre taes homens um conhecimento efficiente de sua natureza e de seu desenvolvimento phisico (...)<sup>181</sup>

O método para se estudar os indígenas permanecia estruturalmente o mesmo que anos atrás Martius havia proposto em seu texto sobre como se deveria escrever a história do Brasil. Os ofícios remetidos às províncias e a resposta que delas partiam, assegurando o esforço em se obter os objetos para a exposição e o posterior envio, mostra que muitas

<sup>178</sup> NETTO, Ladislau. Ofício de 10 de setembro de 1881 dirigido ao Ministro da Agricultura Pedro Luis Pereira de Souza. Registro da correspondência oficial do Museu Nacional (1881/1885), livro 6°.

<sup>179</sup> Id.

<sup>180</sup> NETTO, op. cit.

<sup>181</sup> NETTO, op. cit.

províncias se engajaram e participaram do evento, comprovando sua magnitude. A província de Santa Catarina, em carta de João Rodrigues dirigida ao Diretor do Museu Nacional em 23 de Janeiro de 1882, acusa o recebimento de um ofício de Netto alertando para o adiamento da Exposição Antropológica, que estava prevista para março, bem como uma circular do Ministro da Agricultura para os juizes de direito distribuírem às pessoas que por ventura pudessem auxiliar no grande evento que se aproximava. “Em resposta”, segue a missiva, “cumpre-me declarar a V.S.a que farei todo o possível esforço para conseguir objectos que mereçam figurar n’aquella festa scientifica, já tendo, para isto me dirigido ás pessôas que me podem auxiliar”<sup>182</sup>. Pouco tempo depois, em 24 de fevereiro de 1882, uma nova missiva da Província catarinense é enviada ao Diretor do Museu dizendo que os primeiros objetos já haviam sido enviados para figurarem na Exposição Antropológica, “duas caixotes contendo armas e outros utensilios aborigenes da comarca da Laguna, objectos esses que me foram enviados pelo Juiz de Direito da mesma comarca Dr. Manoel do Nascimento da Fonsêca Galvão para figurarem na Exposição Anthropologica”<sup>183</sup>. A prontidão em atender ao pedido revela o afincamento em demonstrar como as províncias estavam interessadas em fazer parte da “festa scientifica” que seria a Exposição Antropológica, uma chance nem que fosse por algum tempo de se fazer representar e mostrar o interesse no progresso da ciência. Além disso, fica claro quem seria responsabilizado nas províncias para que fizesse os esforços necessários na reunião dos objetos para a exposição, uma pequena elite que se regozijava por participar de alguma maneira da daquilo que era reconhecido como um indício dos ares civilizados que respirava a corte.

Outro exemplo da colaboração das províncias para a Exposição Antropológica partiu da província de Minas Gerais, mais especificamente de Ouro Preto. Em 26 de dezembro de 1881 o vice-presidente da província enviava missiva ao Museu Nacional dizendo que havia remetido, “pelo correio, a fim de figurar na Exposição Anthropologica que vai ser inaugurada nessa Corte, um machado de pedra e uma sacola de algodão, feitos

---

<sup>182</sup> Palácio da Presidência da Província de Santa Catarina, 23 de Janeiro de 1882, Museu Nacional, doc. 20, pasta 4.

<sup>183</sup> Palácio da Presidência da Província de Santa Catarina, 24 de Fevereiro de 1882, Museu Nacional, doc. 36, pasta 21.

por indios; objectos esses offerecidos pelo Vigario João Baptista Pimenta”<sup>184</sup>. Seguem-se os exemplos da busca pelos objetos para a Exposição Antropológica, um ofício enviado por Ladislau Netto em 9 de dezembro de 1881 para o então ministro interino da agricultura e presidente do conselho dos ministros José Antonio Saraiva. O pedido era para que as colônias militares, pelo contato mais freqüente com indígenas pelo interior do Brasil e, em encontrando objetos dos mesmos pudessem guardá-los para posterior envio para o Museu. Diz Netto que

parecendo-me mui vantajoso para o bom exito da proxima Exposição Anthropologica o concurso das directorias das Colonias Militares, collocadas geralmente em região aonde abundam os indigenas ou pelo menos os seus cemiterios, em que facil será colleccionar grande numero de craneos, içaçabas, instrumentos de pedra e de barro como muitos outros vestigios destes filhos primitivos do Brasil, rogo a V.Ex. se digne providencia para que pelo Ministerio da Agricultura, digo da guerra seja remmetida a essas Colonias a circular publicada pelo Ministerio da Agricultura em 14 de outubro ultimo, e exigindo a remessa do que lhes for possível colleccionar (...)<sup>185</sup>

Em ofícios posteriores Netto reclama da demora da chegada dos objetos que estariam sendo enviados pelas distantes províncias, causada pelas péssimas condições dos meios de transporte, das estradas e das pontes do Império. Fato que provocará também o pedido de adiamento da Exposição para julho. No dia 19 de junho o ofício de Netto, também dirigido ao Ministro da Agricultura, que neste momento chamava-se Manoel Alves de Araujo, falava dos esforços que se estava lançando mão para que a exposição inaugurasse no dia 29 de julho, os dias e até que horas ficavam ele e funcionários dedicados à organização dos objetos que chegavam ao Museu Nacional. Apesar de ter havido esforço das províncias em enviar os objetos para a exposição, Netto reclama de que a exposição será inaugurada com os objetos que na sua maioria estão chegando de particulares, e não oficialmente, ou seja, vindos dos governos provinciais: “Com grande pesar verifico que quasi nada tem vindo oficialmente das presidencias das provincias, podendo-se dizer que o notavel material com que se vai inaugurar esta exposição é devido quase unicamente á iniciativa particular”<sup>186</sup>. E também dele próprio: Lopes assinala que Netto não só recebeu coleções, mas que também foi buscá-las. Em fevereiro de 1882 fez uma viagem à

<sup>184</sup> Palácio do Governo da Província de Minas Gerais, 26 de Dezembro de 1881, Museu Nacional, doc. 243, pasta 20.

<sup>185</sup> NETTO, Ladislau. Ofício de 9 de dezembro de 1881 dirigido ao Ministro interino da Agricultura José Antonio Saraiva. Registro da correspondência oficial do Museu Nacional (1881/1885), livro 6º, p. 3.

<sup>186</sup> NETTO, Ladislau. Ofício de 19 de junho de 1882 dirigido ao Ministro interino da Agricultura Manoel Alves de Araújo. Registro da correspondência oficial do Museu Nacional (1881/1885), livro 6º, p. 29.



Amazônia onde recolheu objetos arqueológicos, bem como visitou tribos indígenas para que lhes conhecesse os hábitos e exumasse ossos de seus cemitérios<sup>187</sup>. Todo esse esforço em reunir objetos para a Exposição Antropológica resume a importância que ciências como a Antropologia e Arqueologia assumiram nessa época, as discussões que proporcionavam, materializando-as nas exposições. Desde a reforma empreendida por Ladislau Netto em 1876 já constava no novo regulamento, cujo artigo 2º previa a criação de uma seção de Antropologia, Zoologia geral e aplicada, Anatomia comparada e Paleontologia animal; e de outras duas: de Botânica geral e aplicada e Paleontologia vegetal e Ciências Físicas: Mineralogia, Geologia e Paleontologia geral<sup>188</sup>. Não havia uma seção específica para a Antropologia e Arqueologia neste regulamento, o que somente viria com o regulamento de 1888, sendo a 4ª seção criada especificamente para abrigar as coleções de Antropologia, Etnologia e Arqueologia<sup>189</sup>. Para Lacerda a reforma de 1876 assegurava a função do Museu Nacional como centro de irradiação de um saber especializado, destinado segundo ele, a “todas as classes sociais do país, desde o soberano da nação até o mais humilde representante da plebe”<sup>190</sup>. Na mesma página porém, Lacerda lembra que “as conferencias realizadas á noite, atrahiam ao salão do Museu uma sociedade distincta e escolhida”, escolha que se resumia a “professores, deputados, senadores , altos funcionarios publicos, damas da alta sociedade, lá iam nos dias marcados ouvir, sobre differentes ramos das sciencias naturaes, uma lição succulenta e proveitosa, illustrada com desenhos e estampas muraes, e com amostras dos objectos”<sup>191</sup>. Essa sociedade escolhida de que fala Lacerda tinha com certeza mais coerência – ao invés de “todas as classes sociais” – para como artigo 34 do regulamento de 1876 que dizia que “será franqueada ás pessoas decentemente vestidas a visita do estabelecimento nos dias e horas designados”<sup>192</sup>, e que Bittencourt em sua tese chamou de “deleite de diletantes da aristocracia”<sup>193</sup>.

Podemos vislumbrar a importância que a Antropologia assumia para os pesquisadores do Museu Nacional a partir de um ofício enviado ao Ministro da Agricultura, Manoel Alves de Araujo, um pouco mais de um mês antes da inauguração da Exposição

<sup>187</sup> LOPES, 1997, op. cit., p. 176.

<sup>188</sup> LACERDA, João Batista de. **Fastos do Museu Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905, p. 38.

<sup>189</sup> LOPES, 1997, op. cit., p. 160.

<sup>190</sup> LACERDA, op. cit., p. 45.

<sup>191</sup> Id.

<sup>192</sup> LACERDA, op. cit., p. 44.

<sup>193</sup> BITTENCOURT, op. cit., p. 188.

Antropológica. Neste documento, assinado por Netto, Lacerda e Rodrigues Peixoto, justifica-se a necessidade de se criar uma seção Antropológica em separado, o que seria de fundamental importância tendo em vista o previsível desaparecimento dos indígenas diante da chegada inexorável da civilização, além dos negros que, não explicitado no documento, mas uma teoria corrente à época, também estariam fadados desaparecimento.

(...) uma Secção Anthropologica, onde sejam examinados os caracteres em absoluto dos nossos aborígenes, e estudadas as correlações que têm as diferentes nações americanas entre si e ao mesmo tempo com as raças estrangeiras, sob todos os pontos de vista anthropologicos. Neste particular nenhuma cidade do mundo conta vantagens sobre nossa capital. E de facto o Rio de Janeiro é o cadinho anthropologico, em que ha tres seculos vivem e fusionam-se as mais distinctas raças humanas, encontrando-se simultanea e promiscuamente com os producto hybridos em diversos graus dessas raças os representantes mais puros delas. (...) Entretanto ninguem ignora que todo este interessante campo de estudos tende a desaparecer, como sabemos que raro é já encontrar-se o indígena puro, onde quer que haja chegado o habito do mercantilismo, vanguarda da civilização. Dentro em poucos annos bem diminuto tornar-se-ha o numero dos africanos, actualmente (?) no Brasil. (...) A criação, ainda que provisoria, de uma Secção de Anthropologia (...) não somente verá desde já estabelecer os mais serios estudos das raças puras ou mescladas que tam facilmente podem ser analysadas no meio da grande população desta Corte, mas ainda e sobretudo terá por glorioso empenho a dar authenticico e minucioso testemunho dos ultimos filhos dos Tupys na terra que lhes foi berço e que em breve lhes vai ser tumulo<sup>194</sup>.

O longo trecho possui uma característica já comentada por outros estudiosos do tema. Parece ficar claro que se trata daquilo que Schwarcz<sup>195</sup> comentou como sendo o desenvolvimento de um tipo de determinismo racial, ou darwinismo social, como um ramo do evolucionismo social, ou seja, a humanidade estaria progredindo rumo a um grau de civilização que excluiria algumas “espécies” que não poderiam se adaptar, em função, digamos, do seu arcabouço genético. Bittencourt diz que Lacerda foi um dos responsáveis pela relativa vanguarda em que se encontrava a produção científica brasileira, de acordo com os parâmetros europeus. Comenta ainda que o interesse pela Antropologia e Arqueologia marcava “um domínio de investigação que interessava sobremaneira a todos os eruditos nacionais, pois seus estudos contribuía para estabelecer a posição do país no conjunto do Ocidente, que é uma das questões ideológicas centrais do período, diria que par a par com a questão da purificação racial”<sup>196</sup>. O interessante é que juntamente com as pesquisas de Lacerda, dentro do campo da Antropologia Física, e as de Ladislau Netto,

<sup>194</sup> NETTO, Ladislau. Ofício de 15 de junho de 1882 dirigido ao Ministro da Agricultura Manoel Alves Araujo. Registro da correspondência oficial do Museu Nacional (1881/1885), livro 6º, p. 26-27.

<sup>195</sup> SCHWARCZ, op. cit., p. 58.

<sup>196</sup> BITTENCOURT, op. cit., p. 205.

interessado nas arqueológicas, o tema em comum dos indígenas pode ser considerado o início de uma ciência mais experimental no Brasil, e principalmente a efetivação de um pensamento social característico que tomava corpo lastreado por modelos advindos das ciências naturais. A Exposição Antropológica Brasileira tornou-se assim um momento áureo por dois motivos: primeiro ela marca o ápice de um projeto metodológico que se iniciou com Von Martius de se escrever a história do Brasil ainda na primeira metade do século XIX, e também é o início do estabelecimento de bases científicas verdadeiramente brasileiras, ainda que inspiradas pelos paradigmas europeus. Aliado a tudo isso está a problemática da construção da memória nacional, nunca antes tão explícita quanto neste evento, onde identidades raciais foram estabelecidas por contraste, entre aqueles que observavam os objetos e aqueles cujos mesmos objetos pertenceram um dia como utensílios ou mesmo como partes de seus corpos. Nesse contexto marcado por ideais de progresso e civilização certamente causou certa satisfação a alguns habitantes do império olhar para criaturas tão primitivas como os botocudos, e o pensamento de que as coisas deveriam ser como eram realmente<sup>197</sup>.

A Exposição durou três meses e um público de mais de 10.000<sup>198</sup> visitantes que percorreu as oito salas cuja denominação nos oferece um exemplo daquilo que guiava a concepção dos organizadores: Vaz de Caminha, Rodrigues Ferreira, Lery, Hartt, Lund, Martius, Gabriel Soares, Anchieta. Era a ciência (Hartt, Lund) legitimando um discurso (Martius) que buscava em uma suposta linearidade histórica (Vaz de Caminha) branca e cristã (Anchieta) os fundamentos da nação brasileira. Além disso, um periódico foi especialmente impresso em diversos fascículos e entregue para o público. Era a Revista da Exposição Antropológica Brasileira, que foi encadernada posteriormente e distribuída para as províncias<sup>199</sup>. A revista contou com 112 artigos de autores do Museu Nacional como Netto e Lacerda, alguns políticos, viajantes e cronistas. Outros aspectos da publicação chamam atenção, a linguagem era mais acessiva em relação à utilizada nos Archivos do

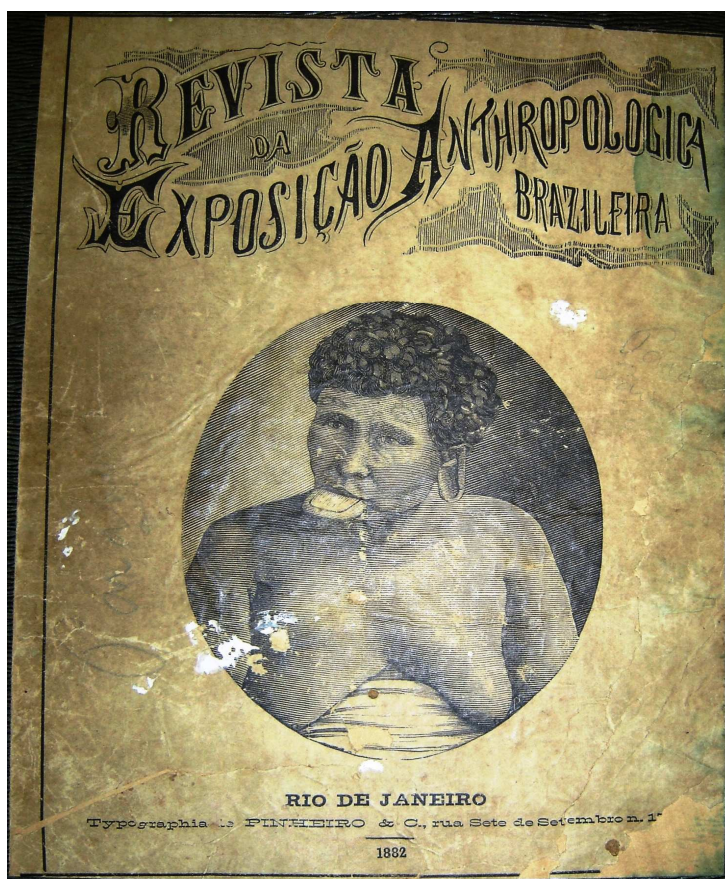
---

<sup>197</sup> Em artigo publicado recentemente demonstramos algumas características preliminares sobre a Exposição Antropológica e a relação para com a Cultura Material indígena, principalmente na conformação de um passado idealizado para o Estado Imperial brasileiro: LANGER, Johnni; RANKEL, Luiz F. Cultura Material e civilização: a Exposição Antropológica Brasileira de 1882. In: **Cadernos do CEOM**, Chapecó, ano 19, n. 24, Jul. 2006, p. 13-28.

<sup>198</sup> Lopes, 1997, op. cit., p. 176 assinala a cifra de 1.000 visitantes o que, segundo Maria José Veloso da Costa Dantas, Bibliotecária e responsável pelos arquivos no Museu Nacional, seria um erro, uma vez que mais de 10.000 visitantes estiveram na Exposição Antropológica.

<sup>199</sup> LANGER; RANKEL, op. cit., p. 18.

Museu Nacional, e a estrutura iconográfica pode ser considerada como umas das mais exuberantes de todo o império. As ilustrações, com média de uma por página, contextualizavam ou ilustravam os textos que acompanhavam. A capa da Revista por si só demonstra como o tema dos botocudos era importante à época, assim como o primeiro artigo, de autoria Lacerda, que também tratou desta etnia, principalmente nos seus caracteres físicos: o fato de serem baixos porém fortes, mãos e pés pequenos e delicados, mas também não se furtou a asseverar que, sob o ponto de vista moral e intelectual, “são os Botocudos a expressão de uma raça humana no seu maior grau de inferioridade. Alguns conservam ainda o horrível costume da anthropophagia e com grande dificuldade chegam a adaptar-se ao meio civilizado”<sup>200</sup>.



Capa da Revista da Exposição Anthropologica Brasileira, 1882

<sup>200</sup> LACERDA, João Batista de. Botocudos. In: **Revista da Exposição Anthropologica Brasileira**. Rio de Janeiro: Typografia de Pinheiro & Cia, 1882, p. 2.

Comentamos anteriormente como os botocudos acabaram sendo escolhidos como os representantes da selvageria e do primitivismo em oposição aos Tupis, estes idealizados a partir das imagens românticas criadas pelos literatos brasileiros. Tanto que Lacerda, em mais uma expressão de determinismo racial, vaticina que “elles estão prestes a extinguir-se como raça, sendo provavel que em meio seculo não se possa encontrar mais o typo puro”<sup>201</sup>. O tema da miscigenação também esta presente, passava-se a entender, de acordo com Schwarcz, que “o progresso estaria restrito às sociedades ‘puras’, livres de um processo de miscigenação, deixando a evolução de ser entendida como obrigatória”<sup>202</sup>. Parece que Lacerda partilhava da idéia darwinista social de que a humanidade estaria dividida em espécies que teriam características ontológicas inatas, algumas com natural tendência para os rumos da civilização, e outras incapazes de acompanhar o progresso da modernidade.

Outro artigo da Revista, também de Lacerda, nos interessa porque terá relação com o prosseguimento da discussão. Trata-se de um estudo sobre a *Morphologia craneana do homem dos sambaquis*<sup>203</sup>. O estudo dos sambaquis<sup>204</sup> reunia observações tanto de arqueólogos, interessados na origem dos sambaquis, quanto de antropólogos, que se interessavam por analisar as características físicas dos esqueletos encontrados nos sítios. Houve teorias diversas acerca da origem dos sambaquis, primeiramente a corrente naturalista achava que os sambaquis seriam acumulações naturais, “resultados do recuo do mar e da ação do vento exercida sobre as conchas lançadas à praia”<sup>205</sup>, para os vestígios humanos encontrados nos sítios a explicação era de que seriam o resultado de naufrágios. Havia também quem achasse que os sambaquis teriam origem a partir do acúmulo de

---

<sup>201</sup> (Id.).

<sup>202</sup> SCHWARCZ, op. cit., p. 60

<sup>203</sup> LACERDA, João Batista de. *Morphologia craneana do homem dos sambaquis*. In: **Revista da Exposição Anthropologica Brasileira**. Rio de Janeiro: Typografia de Pinheiro & Cia, 1882, p. 22.

<sup>204</sup> Segundo Johnni LANGER (2001, p. 35) sambaqui seria a “acumulação artificial de conchas de moluscos, tradicionalmente considerados vestígios da alimentação de grupos humanos, mas que atualmente são considerados edificações intencionais. Sítio arqueológico cuja composição seja predominante de conchas. A origem da palavra é Tupi-guarani: *Tambá*, conchas e *Qui*, monte. Apresenta-se como uma pequena colina arredondada, constituída quase que exclusivamente por carapaças de moluscos. Os sambaquis são incomuns, se comparados com outros sítios indígenas, por três motivos: primeiro porque possuem muitos vestígios de alimentação; em segundo, porque existia uma convivência entre vivos e mortos muito grande – os mortos eram sepultados no mesmo espaço cotidiano do sítio; e terceiro, porque ‘foram o grupo que deixou a maior quantidade e diversidade de testemunhos de sua permanência no território brasileiro’.

<sup>205</sup> GASPAR, Maria Dulce. **Sambaqui**: Arqueologia do litoral brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, p. 12.

alimentos e de monumentos funerários. Chamada de artificialista, essa corrente considerava, portanto, que os sambaquis eram o resultado da ação humana, e que se podia, através da cultura material evidenciada em camadas distintas, constatar o processo de ocupação e habitação dos sítios<sup>206</sup>. O artigo de Lacerda se encaixa nesta segunda corrente, comparando as “formações conchyologicas” como tendo um valor científico comparável aos “*tumuli, menhirs, barrows, cromlechs, kjokkemonddings*”, que são monumentos da pré-história européia<sup>207</sup>. Lacerda chama atenção aos visitantes da sala Lund principalmente para a forma dos crânios encontrados nos sambaquis, são de “exagerada accentuação da morphologia craneo-facial, e também pelo seu aspecto singularmente feroz e bestial”<sup>208</sup>. Decorre então uma série de considerações técnicas a respeito das características dos crânios, “occiput desenvolvido e saliente”, abobada de parietaes e osso diploe extraordinariamente desenvolvido, e umas das mais pronunciadas dolicocephalias<sup>209</sup>. A comparação para com os botocudos não tarda a aparecer no texto, a técnica era semelhante àquela utilizada por Lund para com os crânios encontrados na caverna do semidouro, ainda na primeira metade do século XIX.

Elles tinham um cerebro frontal rudimentario com um cérebro accipital mui desenvolvido, isto é, nelles a mais nobre porção do órgão pensante attingia ás proporções diminutas, que caracterizam os antigos craneos humanos ou as mais atuais raças actuaes.

Tais raças atuais para Lacerda seriam os botocudos

O Botocudo, cuja morphologia craneo-facial parece, nos typos mais accentuados dessa raça, uma cópia do craneo humano do sambaqui, occupa todavia um grão mais elevado na escala do desenvolvimento cerebral. Ora, o botocudo é actualmente uma das raças indigenas mais brutalizadas do Brazil<sup>210</sup>.

Mesmo o botocudo estando em um “grao mais elevado na escala do desenvolvimento cerebral” a comparação provém do fato de tanto o homem do sambaqui quanto os botocudos possuírem “industria nulla”, e haver, segundo Lacerda, muitas similaridades entre os esqueletos:

---

<sup>206</sup> GASPAR, op. cit. p. 12-13.

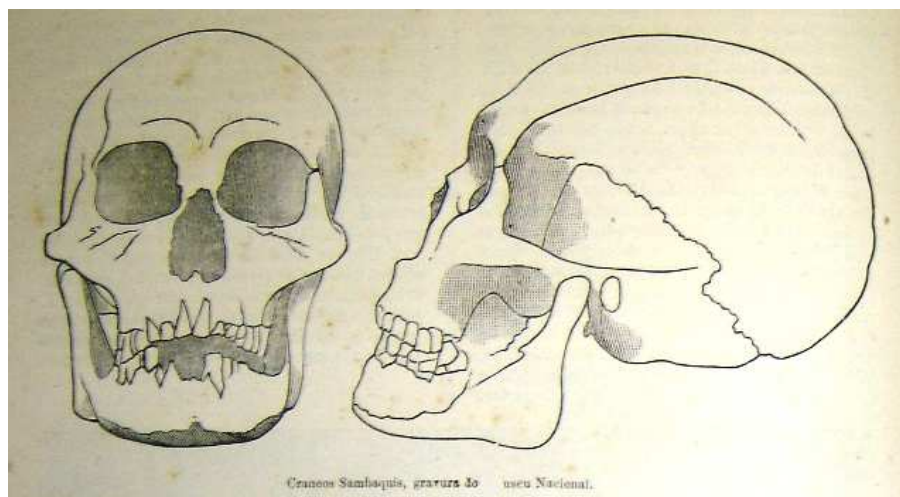
<sup>207</sup> LACERDA, Morpho. Craneana, op. cit., p. 22.

<sup>208</sup> (Id.).

<sup>209</sup> LACERDA, Morpho. Craneana, op. cit., p. 23.

<sup>210</sup> (Id.).

A homologia dos caracteres craneológicos entre o homem dos sambaquis do Paraná e Santa Catharina, e os actuaes Botocudos, crêa forçosamente ligações ethnicas, que não foram ainda sequer suspeitadas, menos ainda demonstradas. (...) Elles estão evidentemente filiados ao homem dos sambaquis, do qual conservam ainda, apesar da influencia modificadora da mestiçagem, os caracteres mais salientes do esqueleto<sup>211</sup>.



**Gravura representando os Crânios dos Sambaquis, Revista da Exposição Anthropologica Brasileira, 1882, p. 22.**

Haveria muitos outros artigos da Revista a comentar que demonstram a concepção que se tinha sobre os botocudos e outras etnias indígenas brasileiras: sobre a *Theogonia dos índios* de Couto de Magalhães, sobre a *Força muscular e a delicadeza dos sentidos dos nossos indígena*, texto de Lacerda em que empregando um dinamômetro de Mathieu, mediu a força de 5 indígenas com as de alguns brancos, tendo como resultado que a menor força dos indígenas, apesar de mais musculosos, se devia mais uma vez a sua inferioridade racial, por isso seriam menos aptos para o trabalho que os negros, uma justificativa ideal para a base do sistema sócio-econômico vigente<sup>212</sup>. No entanto, é suficiente entendermos a motivação e as questões que nortearam um grande número de pessoas a se dedicarem ao um evento que tomou tais proporções. O naturalista Castro Faria comentou, em texto sobre as exposições de Arqueologia e Antropologia do Museu Nacional publicado em 1949, como era surpreendente que o Brasil pudesse apresentar uma exposição como foi a de 1882 que, “ideada por Ladislau Netto, representa uma conquista singular. Quando se considera que o primeiro museu de etnografia da França, fundado em 1877 graças ao esforço de

<sup>211</sup> LACERDA, Morpho. Craneana, op. cit., p. 23.

<sup>212</sup> LANGER; RANKEL, op. cit. p. 18.

Hamy, sucessor A. de Quatrefages no ensino oficial de antropologia, só foi instalado em 1879, é deveras surpreendente que no Brasil, três anos após se conseguisse levar avante um empreendimento de tal vulto”<sup>213</sup>. A construção de uma memória para a nação brasileira e o enquadramento da memória indígena no Brasil ganharam objetividade com a Exposição Antropológica, os objetos que representavam as províncias faziam mais do que apenas representa-las, deixavam claro que em todo país havia a distinção entre os civilizados e os que precisavam, de alguma maneira, seja pela religião ou mesmo pelo extermínio – não eram raros os casos em se advogasse esta última opção – serem conduzidos ao caminho da modernidade e do progresso. Questões tais como as que Netto colocava no início da Revista da Exposição, se “seriam taes entidades a primeira forma plastica – o blastoderma psychologico da individualidade humana –, ou representariam pelo contrario o embrutecimento atavico de ascendentes mais perfeitos?”<sup>214</sup>, tinham como pano de fundo a questão já histórica de como se deveria lidar, agora do ponto vista científico, com a diferença. Ou seja, através das discussões sobre a origem dos indígenas – se teriam sido eles representantes no passado de uma “raça” perfeita e degenerado posteriormente – o que se fez foi organizá-los, como se fazia com os armários para as exposições, colocando somente os objetos que estivessem em perfeito estado, com suas respectivas etiquetas, em uma classificação pré-determinada, no ordenamento da memória coletiva, na história da nação.

### **O Museu Paranaense na Exposição Antropológica: ajudando a construir uma memória para a nação**

Assim como as outras províncias do império que receberam a circular expedida pelo Ministério da Agricultura, solicitando que fossem feitos todos os esforços no sentido de enviar objetos para figurarem na Exposição Antropológica Brasileira, a província do Paraná, sendo sede do terceiro museu brasileiro, também fez questão de participar enviando

---

<sup>213</sup> FARIA, L. de Castro. **As exposições de antropologia e arqueologia do Museu Nacional**. Departamento de Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1949, p. 10. Letra maiúscula no original.

<sup>214</sup> NETTO, Ladislau. Prefácio. In: **Revista da Exposição Anthropologica Brasileira**. Rio de Janeiro: Typografia de Pinheiro & Cia, 1882, p. 3.



os objetos que desde a inauguração do Museu Paranaense em 1876 vinham sendo mostrados em exposições provinciais e nacionais. O diretor do Museu Paranaense, Agostinho Ermelino de Leão, enviou uma carta alguns dias antes do início da Exposição Antropológica comentando que havia enviado os objetos acompanhados de um catálogo, e que mais objetos seguiriam em uma próxima remessa.

Tenho a honra de participar a V. E. que já fiz seguir para essa corte os objetos destinados a figurar na Exposição Antropológica.

Para o conhecimento de V. E. e dos demais membros da Comissão da Exposição, faço acompanhar os objetos remetidos de alguns exemplares de catalogo respectivo, que já se acham prontos, devendo fazer a remessa do numero total pelo próximo paquete<sup>215</sup>.

Da mesma forma fez o Presidente da Província, Augusto de Carvalho, que mandou uma carta oficial para Ladislau Netto acusando o envio dos objetos para a Exposição Antropológica acompanhados do catálogo<sup>216</sup>. O tal catálogo mencionado nos documentos foi impresso por ordem do Presidente da Província paranaense, certamente atendendo a um pedido do Diretor do Museu Paranaense, A. Ermelino de Leão, o qual, aliás, foi responsável pela organização do catálogo<sup>217</sup>. O catálogo continha, além da descrição dos objetos indígenas, uma *Memoria sobre os costumes e religião dos índios Camés ou Coroados, que habitam esta Província, escripta pelo missionario Frei Luiz de Cemitille; bem como o vocabulario das tribus Cayngangs, Cayguás e Chavantes, por Telemaco Moricenes Borba*. A organização do catálogo segue as premissas do método de se estudar os indígenas à época, ou seja, uma parte dedicada aos objetos Antropológicos (*Primeira Secção: Anthropologia*), em seguida uma outra um pouco mais extensa contendo objetos arqueológicos (*Segunda Secção: Archeologia*), e uma última seção contendo objetos etnológicos, os textos sobre costumes e vocabulário, fotos e desenhos (*Terceira Secção: Ethnologia*)<sup>218</sup>. A primeira seção, ou a seção de Anthropologia continha os exemplares osteológicos retirados dos sambaquis do litoral paranaense, principalmente o sambaqui de Goulart, em Antonina. Em nota adicionada logo no primeiro objeto mencionado Ermelino de Leão comenta sobre o que seriam os sambaquis, e que, “houve

<sup>215</sup> Carta do Diretor do Museu Paranaense Agostinho Ermelino de Leão dirigida ao Diretor do Museu Nacional Ladislau Netto, 15 de julho de 1882, doc. 141, pasta 21, Arquivos do Museu Nacional.

<sup>216</sup> Província do Paraná, Palácio da Presidência, 21 de julho de 1882, Arquivos do Museu Nacional.

<sup>217</sup> **Catalogo do objectos do Museo Paranaense remetidos á Exposição Anthropologica do Rio de Janeiro**. Curityba: Typ. Á Pendula Meridional, 1882.

<sup>218</sup> Ibid., p. I-X.

dias em que encontrei mais de dez esqueletos (...) o litoral desta provincia é um vasto campo para investigações Paleothnologicas”<sup>219</sup>. A segunda seção trazia os objetos arqueológicos e foi separada por dois grupos, objetos de pedra e de argila respectivamente. Os objetos de pedra são em sua maioria machados, pontas de quartzo, sílex, e muitos tembetás<sup>220</sup>, que são adereços labiais, estes últimos uma das características dos indígenas que mais interessavam aos pesquisadores e visitantes das exposições. A terceira seção, a etnológica, foi dividida em sete grupos: *objectos de guerra, objectos de caça ou pesca, objectos de pennas e ornatos, objectos para festividade, objectos religiosos e funebres, objectos de uso domestico*, respectivamente, e um último grupo que trazia os textos que foram impressos especialmente para Exposição Antropológica, citados anteriormente. Um total de cento e três objetos, mais vinte e dois objetos, citados em aditamento, oferecidos por Manoel Joaquim de Oliveira.

Analisando o *Guia da Exposição Anthropologica Brasileira*<sup>221</sup> percebemos que os objetos enviados pelo Museu Paranaense aparecem em praticamente todas as salas, desde a sala *Vaz de Caminha*, passando pela *Sala Lund* com muitos crânios dos sambaquis, além de crânios de um índio *Chavante* e um *Guarani*<sup>222</sup>, a *Sala Martius* com oito vasos indígenas<sup>223</sup>, e a *Sala Gabriel Soares* com machados de pedra polida e lascada<sup>224</sup>. Parece, no entanto, que os objetos dos sambaquis do litoral paranaense, especialmente os crânios foram aqueles que, segundo o Guia da Exposição, tiveram maior destaque na Exposição Anthropologica. Objetos como estes receberam interpretações como as que Lacerda concedeu na Revista da Exposição, estabelecendo a idéia dos habitantes dos sambaquis como representantes da inferioridade e selvageria. Uma imagem que, segundo Langer, pode ser identificada em muitos lugares e épocas diferentes,

(...) o bárbaro podia ser um negro africano, australiano, ou um ameríndio. Sua natureza bestial e inferior, serviu para propósitos colonialistas e evangelizadores, durante o Renascimento. Curiosamente, tanto esse estereótipo seria identificado nos sambaquis, quanto conotações típicas de grandes sociedades. Um caso único, onde a Arqueologia brasileira identificou em meio à entulhos, os dois lados da balança do mundo ocidental: a civilização e a barbárie.

<sup>219</sup> **Catálogo dos objec.** Op. cit., 1882, p. I-II.

<sup>220</sup> Ibid., p. III.

<sup>221</sup> **GUIA da Exposição Anthropologica Brasileira**, realizada pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typographia de Lenzinger & Filhos, 1882, 71p.

<sup>222</sup> Ibid., p. 40-45.

<sup>223</sup> Ibid., p. 47-49.

<sup>224</sup> Ibid., p. 61.

Um dos textos impressos foi o do Frei Luiz de Cemitille<sup>225</sup> sobre os indígenas Camés ou Coroados, denominações diferentes para a tribo dos Kaigangs<sup>226</sup>. Era comum desde a época posterior em que o conquistador espanhol Cabeza de Vaca realizou a viagem através dos campos de Guarapuava, em 1542, a criação de povoados para dar proteção aos indígenas cujos conflitos com os exploradores portugueses e espanhóis pela posse de suas terras se acirravam<sup>227</sup>. A chegada dos Jesuítas desde 1555 e principalmente a dos bandeirantes e/ou caçadores de índios no final do século XVI atestaram, não sem interrupções e muita violência, o estabelecimento de aldeamentos, que visavam dar proteção aos indígenas, e ao mesmo tempo catequizá-los e transformá-los em trabalhadores rurais<sup>228</sup>. Em 1868, o então presidente da província paranaense, J.F. Horta de Araújo, destacava em seu relatório apresentado a Assembléia Legislativa do Paraná do dia 15 de fevereiro, a necessidade dos aldeamentos para a “catechese e civilização dos índios”<sup>229</sup>. Três pontos deviam ser respeitados no que tangia a questão dos indígenas: conquista, catequese e civilização. O relatório deixa claro, não entanto, que a questão da conquista não se tratava de extermínio, “fallo da conquista em virtude da qual o homem civilizado, por assim dizer, toma posse do selvagem, de modo que este sinta e reconheça a superioridade daquelle (...) Dahi a necessidade dos aldeamentos onde tem logar os serviços do catechista”<sup>230</sup>. Era a tais serviços que Frei Cemitille estava ligado, primeiro no chamado aldeamento São Pedro de Alcântara, e a partir de janeiro de 1868 iniciou seus trabalhos como diretor do aldeamento São Jerônimo, em que predominavam os índios Coroados<sup>231</sup>. Foi neste aldeamento que Frei Cemitille pode observar os costumes dos indígenas e, juntamente com Telêmaco Borba, que foi diretor do aldeamento S. P. de Alcântara entre 1863 e 1873, escreveu os relatos mais importantes sobre etnologia no Paraná no século XIX<sup>232</sup>. O texto de Cemitille que foi enviado à Exposição Antropológica possui treze

---

<sup>225</sup> CEMITILLE, Luiz de. Memoria sobre os costumes e religião dos índios Camés ou Coroados, que habitam esta Provincia. In: **Catalogo dos objec.** Op. cit., 1882, p. 1-13.

<sup>226</sup> HELM, Cecília Maria Vieira. **Kaigang, Guarani e Xetá na historiografia paranaense.** Curitiba: Design Estúdio Gráfico, 1997, p. 11.

<sup>227</sup> Ibid., p. 9.

<sup>228</sup> Ibid., p. 9-10.

<sup>229</sup> PARANÁ. Presidente de Província. **Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná, no dia 15 de fevereiro de 1868 pelo Presidente da Província, Bacharel Jose Feliciano Horta de Araujo.** Província do Paraná: Typ. de C. Martins Lopes, 1868, p. 41.

<sup>230</sup> PARANÁ, op. cit. 1868, p. 41.

<sup>231</sup> Ibid., p. 42-43.

<sup>232</sup> HELM, op. cit. p. 15.

páginas divididas em quatro partes: prólogo, costumes, religião e dialeto. No prólogo Frei Cemitille comenta o fato de ter sido muito bem recebido e logo ter sido convidado para “empregar meus esforços na catechese e civilização dos Indios Camés ou Coroados”<sup>233</sup>, o que ele julgou ser uma tarefa “ardua e espinhosa”<sup>234</sup>. Desmentindo o que se poderia pensar como perda de tempo, Cemitille confirma a utilidade de se registrar os costumes dos “primogênitos do solo Americano”, porque “tempo virá”, diz o Frei em tom vaticinante, “que os nossos descendentes duvidarão da existencia de uma raça de homens que viviam em um estado de natureza a mais completa”<sup>235</sup>. Parece que não só cientistas consagrados como Netto e Lacerda acreditavam na possibilidade de que os indígenas desapareceriam por uma razão ou outra. Tal era a justificativa para a necessidade de registrar como viviam esses seres e para instruí-los pela catequese no sentido de, talvez, torná-los seres civilizados impedindo assim que fossem destruídos pelo progresso que não poupa ninguém. Além disso, a noção de raça também esta presente no texto de Cemitille, o que nos faz pensar por um momento na possibilidade de que Cemitille tivesse contato com literatura científica, identificando os indígenas como uma raça diferente de homens, por outro lado é mais plausível, pelo que vimos discutindo, que se tratava de uma noção já generalizada na segunda metade do século XIX para a explicação da diferença. Na descrição dos costumes chama atenção de início Frei Cemitille que a denominação *Coroados* se deu pelo fato de os indígenas cortarem seus cabelos como os frades Franciscanos, sendo apelidados pelos brasileiros. Por não gostarem deste apelido os indígenas “chamam-se Caigang, que em língua portugueza quer dizer Índio ou antes Aborigine”<sup>236</sup>. Segundo Cecília Helm foi Telêmaco Borba quem introduziu o termo Kaigang na literatura antropológica, em substituição ao termo coroados<sup>237</sup>. O texto do Frei segue descrevendo as habitações e do que se alimentam – em especial cita uma espécie de pão que segundo ele não há pessoa civilizada que possa tolerar seu cheiro – o casamento e as relações familiares, como e do que fabricam suas roupas, as tarefas masculinas e femininas e seus divertimentos, além do relato minucioso de como se dá o rito fúnebre entre os indígenas<sup>238</sup>. Cemitille diz ainda que

---

<sup>233</sup> CEMITILLE, op. cit. p. 1.

<sup>234</sup> (Id.).

<sup>235</sup> (Id.).

<sup>236</sup> CEMITILLE, op. cit., p. 2.

<sup>237</sup> HELM, op. cit., p. 15.

<sup>238</sup> CEMITILLE, op. cit., p. 2-9.

são “muitos inclinados ao latrocínio” mas que espera que a educação possa fazer desaparecer este “pessimo costume”<sup>239</sup>. Mas é na parte sobre a religião que podemos perceber a dicotomia selvagem/civilizado com mais clareza: “Estes índios admitem a existencia de uma divindade como todos os racionaes: porem ignoram o principio verdadeiro”<sup>240</sup>. Cemitille descreve uma conversa que teve com um velho cacique em novembro de 1866, na qual perguntou ao indígena quem era o deus a que chamavam *Tupan*. O Frei diz que lembrou, enquanto conversava com o cacique, de uma passagem das aventuras de Robinson Crusóe, em que este conversava da mesma forma com seu Índio Sexta-feira, a respeito de seu deus, mas diz Cemitille que o indígena da ficção tinha mais vontade de aprender a verdade, pois pouco a pouco passou a entender as “verdades principais da religião”<sup>241</sup>. Do contrário, ao velho cacique

não me foi possível – lamentava – fazer-me compenetrar-se de seu triste erro, nem convence-lo que a polygammia era um peccado e que devia-se contentar com uma só mulher em lugar de 4 (como tem) em sua companhia; e muito menos persuadi-lo que morando comnosco devia aprender a religião, para que tanto elle como susa gente se tornasse com o tempo verdadeiros cristãos e bons cidadãos.

Pode-se dizer que, por ser um Frei fosse “natural” que Cemitille pensasse dessa forma, em função da dogmática católica. Mas a questão que se coloca é que foi um texto enviado para a Exposição Antropológica, representando a província na “festa científica”, contribuindo para que, através das informações sobre os costumes indígenas se pudesse traçar um rumo para essa humanidade que não conhecia somente a verdade da religião, mas também as verdades da modernidade, como o comércio, o acúmulo e, o Estado. Assim, o Museu Paranaense, como instituição na vanguarda da modernidade da província, estava desempenhando seu papel de colaborar para que uma memória fosse estabelecida para a nação, configurando esta última. Nesta configuração as elites provinciais sabiam muito bem seu lugar, restava classificar a diferença para integrá-los, no caso específico os indígenas, na nação civilizada brasileira, nem que fosse para mantê-los a margem.

Mas a construção da imagem de Si ocorre necessariamente num processo de diferenciação, no momento mesmo em que a imagem do Outro é engendrada. Implicação de tais práticas, de imbricações culturais múltiplas, explicitados pelos “artefactos” e

---

<sup>239</sup> Ibid., p. 10.

<sup>240</sup> (Id.).

<sup>241</sup> Ibid., p. 11.

“documentos ethnographicos” que aparecem em ressalva na apresentação do Guia da Exposição Antropológica, por se tratar não simplesmente de expô-los “mas reuni-los num só repositório publico e ahi, como presadas reliquias, offerecê-las ao culto da Sciencia”<sup>242</sup>. É a que se refere Lúcio Ferreira<sup>243</sup> ao estudar a Arqueologia brasileira a partir da década de 1870:

Integrando-se com a Antropologia e a Historiografia, a Arqueologia produziu discursos sobre as sociedades indígenas a fim de resgatar a gênese da Nação, de construir uma memória sobre seus diversos povos, passíveis de serem o corolário de um processo histórico continuísta e encabeçado por uma “civilização branca”. Memória que promoveu formas de controle sobre estas sociedades ao pensar uma política indigenista de integração, na qual o Estado teria um papel central, amalgamando os “selvagens” por meio do comércio e da educação. Essa memória, ademais, tinha nítidos objetivos geopolíticos ao dirigir-se às populações indígenas fronteiriças, no intuito de garantir o poder do Estado Nacional sobre estes espaços ainda não definidos, não coagulados. Através da coleção dos testemunhos materiais das diversas populações indígenas, da descrição minuciosa de seus usos e costumes, a arqueologia auxiliou na elaboração de um cabedal de informações sobre estes povos, visando enquadrá-los no ritmo do progresso do Estado Imperial.

Eram idéias que de alguma forma, indefinidas e fugidias, já se encontravam no imaginário intelectualizado brasileiro neste final do século XIX. O “culto a Sciencia” de que se fala – provavelmente foi de Ladislau Netto a apresentação do Guia – fez parte do mote, juntamente com as utopias de civilização e progresso, que guiou a modernização conservadora engendrada por elites provinciais. Os museus, através da exposição de seus acervos e dos cientistas envolvidos foram o palco para este trabalho de enquadramento das memórias raciais, num movimento cujos efeitos podemos sentir até hoje. A representação do indígena fora aí solidificada através do contraste, tendo como base a aferição científica tão proclamada como sinal de progresso e civilização, e os intelectuais cientistas, legitimando suas áreas específicas e a si próprios, marcaram o tipo de ciência desenvolvida no Brasil na segunda metade do século XIX.

Quanto à questão da memória, torna-se extremamente problemático determinar um momento limítrofe entre onde ela começa e onde começa a história. Vimos como o trabalho de enquadramento da memória individual e coletiva faz-se também a partir dos materiais fornecidos por construções intelectuais. Por não existir em estado puro, nem história nem memória são passíveis de conceituações rígidas, caso intentadas, demonstrariam em última

---

<sup>242</sup> **GUIA da E. Anthropologica**, op. cit., Apresentação, p. 6.

<sup>243</sup> FERREIRA, Lúcio M. “Um bando de idéias novas na Arqueologia (1870-1877)”. In: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP**. São Paulo: USP, vol. 11, 2001, p. 22-33, p. 24.

análise, as concepções que os homens em sua interdependência constroem acerca das respostas – umas mais “legítimas” que outras – para os problemas específicos de cada época<sup>244</sup>. Jacques Le Goff e Pierre Nora demonstraram os aspectos mutáveis da memória, constatando de forma um tanto extremada, segundo pensamos, a separação entre memória e história. Michael Pollak por sua vez demonstrou os aspectos praticamente imutáveis que ocorrem nas memórias individuais e coletivas, por terem sofrido um trabalho de solidificação intenso. Consideramos que uma aproximação entre essas duas perspectivas poderá revelar-se útil na tentativa metódica – sincrônica e diacronicamente – de apreensão do processo pelo qual se dá o enquadramento da memória coletiva. Casos como a da Exposição Antropológica Brasileira, segundo demonstramos ao longo do texto, são exemplos de como o uso da cultura material pode se encaixar como tema a este tipo de abordagem.

---

<sup>244</sup> Helenice Rodrigues da Silva destaca, a partir dos estudos recentes de Paul Ricoeur, que “a defesa de uma memória ‘esclarecida pela historiografia’ e a de uma história erudita passível de ‘reanimar uma memória declinante’, ou seja, a busca mesmo de uma ‘política da justa memória’, constitui um desafio para a historiografia do presente”. SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração/Comemoração”: as utilidades sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, 2002, vol. 22, n. 44, p. 425-438, p. 427.

## CONCLUSÃO

O antropólogo brasileiro Roberto DaMatta discute na primeira parte de seu livro *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*, a questão do racismo no Brasil<sup>245</sup>. O autor aborda o assunto através do estereótipo que há, segundo ele, em relação ao profissional da Antropologia no Brasil, visto – quando muito – como um misterioso cientista que lida com ossos, crânios e esqueletos fósseis. Isso se dá pelo fato de que a perspectiva das ciências sociais em relação ao problema do racismo no Brasil acaba sendo relegada a um “plano secundário”, pois as doutrinas deterministas “sempre lhe tomam a frente”<sup>246</sup>. Não obstante, o importante para nossa discussão é citar a premissa de onde partiu DaMatta, pois segundo ele “é sempre menor do que supomos a famosa distância que deve separar as teorias eruditas (ou científicas) da ideologia e valores difundidos pelo corpo social, (...) formam o que podemos denominar de ‘ideologia abrangente’ porque estão disseminadas por todas as camadas, permeando os seus espaços sociais”<sup>247</sup>. O que tentamos em nosso texto foi demonstrar alguns aspectos disto que o autor chamou de “ideologia abrangente”, levando em consideração, da mesma forma, sua premissa. O fato de o Brasil ainda discutir seus problemas de desigualdade social a partir de modelos racialistas – em que pese à questão das cotas *raciais* – nos convence e justifica a problematização do processo que demonstramos de enquadramento das memórias raciais, cujo exemplo maior segundo pensamos foi o caso da Exposição Antropológica Brasileira de 1882. Foi o momento em que as teorias que vinham sendo discutidas e adaptadas à realidade brasileira desde a última década da primeira metade do século XIX foram postas, podemos dizer, em prática. Ciências como a Arqueologia, Antropologia e Etnologia criaram um discurso a partir da cultura material indígena, legitimando-se como ciências e auferindo cientificidade a estereótipos presentes desde há muito no imaginário brasileiro.

Segue DaMatta dizendo que “o que parece ter ocorrido no caso brasileiro foi uma junção ideológica básica entre um sistema hierarquizado real, concreto e historicamente

---

<sup>245</sup> DAMATTA, Roberto. Digressão: A fábula das três raças ou o problema do racismo à brasileira. In: **Relativizando**: uma introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1987, p. 58-85.

<sup>246</sup> Ibid., p. 58.

<sup>247</sup> Ibid., p. 59.



dato e sua legitimação ideológica num plano muito profundo”<sup>248</sup>. Entendemos que tal forma de legitimação refere-se ao processo de configuração da memória coletiva organizado pelas elites provinciais, não como uma forma maquiavélica e premeditada de lançar mão de mecanismos elaborados de controle social – o que sem dúvida faz muito sentido levando-se em consideração as ações por parte do Estado – mas na construção e legitimação de Si, num processo de elaboração ontológica que é, aliás, é a que se refere em última instância todo o nosso trabalho. Prescindimos, no entanto, de uma história de caráter mais institucional, que revelasse e identificasse a partir de decretos e genealogias quem eram as personagens que auxiliaram doando objetos e colaborando com o Museu Paranaense na sua participação em exposições provinciais, nacionais e internacionais, o que extrapolaria certamente os objetivos iniciais. Optamos por fazer uma espécie de sócio-gênese dos principais elementos que estiveram presentes na Exposição Antropológica, como a questão da *nação*, da *Arqueologia* e das *teorias racialistas*, e também por privilegiar as fontes inéditas, tanto as relativas ao Museu Paranaense como as do Museu Nacional, tendo ciência, contudo, do valor do que estávamos deixando de lado. Em detrimento disto pudemos perceber como o Museu Paranaense estava a par das discussões que se faziam no Brasil e principalmente pelos intelectuais do Museu Nacional, representante à época de civilidade e cientificidade, através dos itens que compunham seu acervo e de suas participação na Exposição Antropológica. Ou seja, a província paranaense, através de sua instituição museológica foi uma das mais representativas no maior evento científico brasileiro do século XIX, ao lado das províncias do Pará e do Rio de Janeiro, atestado pelo número de objetos, valor e presença nas salas da Exposição. Com isso ajudou a construir uma memória específica para a nação, fabricada a partir da relação entre a cultura material dos povos indígenas e teorias racialistas em voga no Brasil na segunda metade do século XIX.

---

<sup>248</sup> DAMATTA, op. cit., p. 63.

## BILIOGRAFIA

### 1. Fontes primárias

#### *Arquivos consultados*

Arquivo Público do Paraná  
 Biblioteca Pública do Paraná  
 Círculo de Estudos Bandeirantes  
 Museu Nacional – Biblioteca  
 Museu Nacional – Seção de Obras Raras  
 Museu Paranaense – Reserva técnica

#### *Obras manuscritas e impressas*

**Catálogo do objectos do Museo Paranaense remetidos á Exposição Anthropologica do Rio de Janeiro.** Curitiba: Typ. Á Pendula Meridional, 1882.

CEMITILLE, Luiz de. Memoria sobre os costumes e religião dos índios Camés ou Coroados, que habitam esta Provincia. In: **Catálogo dos objec.** Op. cit., 1882.

Correspondência do Palácio da Presidência da Província de Santa Catarina, 23 de Janeiro de 1882, Museu Nacional, doc. 20, pasta 4.

Correspondência do Palácio da Presidência da Província de Santa Catarina, 24 de Fevereiro de 1882, Museu Nacional, doc. 36, pasta 21.

Correspondência Palácio do Governo da Província de Minas Gerais, 26 de Dezembro de 1881, Museu Nacional, doc. 243, pasta 20.

Correspondência da Província do Paraná, Palácio da Presidência, 21 de julho de 1882, Arquivos do Museu Nacional.

DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 30 de setembro 1876.

**GUIA da Exposição Anthropologica Brasileira**, realizada pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typographia de Lenzinger & Filhos, 1882, 71p.

LACERDA, João Batista de. **Fastos do Museu Nacional.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

\_\_\_\_\_. Botocudos. In: **Revista da Exposição Anthropologica Brasileira.** Rio de Janeiro: Typografia de Pinheiro & Cia, 1882.

\_\_\_\_\_ Morphologia craneana do homem dos sambaquis. In: **Revista da Exposição Anthropologica Brasileira**. Rio de Janeiro: Typografia de Pinheiro & Cia, 1882.

LEÃO, Agostinho Ermelino de. **Guia do Museu Paranaense**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1900, p. 3.

\_\_\_\_\_ ; Murici, José Cândido. Ofício de 14 de janeiro de 1874. Livro de Ofícios de 1874, Arquivo Público do Paraná, v. 1.

\_\_\_\_\_ Carta do Diretor do Museu Paranaense dirigida ao Diretor do Museu Nacional Ladislau Netto, 15 de julho de 1882, doc. 141, pasta 21, Arquivos do Museu Nacional.

NETTO, Ladislau. Ofício de 9 de dezembro de 1881 dirigido ao Ministro interino da Agricultura José Antonio Saraiva. Registro da correspondência oficial do Museu Nacional (1881/1885), livro 6º, p. 3.

\_\_\_\_\_ Ofício de 19 de junho de 1882 dirigido ao Ministro interino da Agricultura Manoel Alves de Araújo. Registro da correspondência oficial do Museu Nacional (1881/1885), livro 6º, p. 29.

\_\_\_\_\_ Ofício de 15 de junho de 1882 dirigido ao Ministro da Agricultura Manoel Alves Araujo. Registro da correspondência oficial do Museu Nacional (1881/1885), livro 6º, p. 26-27.

\_\_\_\_\_ Prefácio. In: **Revista da Exposição Anthropologica Brasileira**. Rio de Janeiro: Typografia de Pinheiro & Cia, 1882.

\_\_\_\_\_ Ofício de 10 de setembro de 1881 dirigido ao Ministro da Agricultura Pedro Luis Pereira de Souza. Registro da correspondência oficial do Museu Nacional (1881/1885), livro 6º.

PARANÁ. Presidente de Província. **Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná, no dia 15 de fevereiro de 1876 pelo Presidente da Província, e excellentissimo senhor doutor Adolpho Lamenha Lins**. Província do Paraná: Typ. da Viuva Lopes, 1876, p. 121.

PARANÁ. Presidente de Província. **Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná, no dia 15 de fevereiro de 1868 pelo Presidente da Província, Bacharel Jose Feliciano Horta de Araujo**. Província do Paraná: Typ. de C. Martins Lopes, 1868.

VON MARTIUS, Karl Friedrich Philipp. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 6 (24), 1845, pp. 389-411.

## 2. Referências bibliográficas

ARENDDT, Hannah. Imperialismo. In: **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

ANDREU-DÍAZ, Margarita. Nacionalismo y Arqueologia: El contexto político de nuestra disciplina. In: **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 11: 3-20, 2001.

BLANCKAERT, Claude. Lógicas da antropotecnia: mensuração do homem e bio-sociologia (1860-1920). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, n. 41, p. 145-156, 2001.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire**: um lírico no auge do capitalismo. In: *Obras Escolhidas*, v. 3, São Paulo: Brasiliense, 1989.

BITTENCOURT, José Neves. Território largo e profundo: os acervos dos museus do Rio de Janeiro como representação do Estado Imperial (1808-1889). Niterói, UFF. **Tese de doutorado**, 1997.

BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean-Marie. *Cultura Material*. In: **Enciclopédia Einaudi**, tradução Rui Santana Brito, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.

BACZKO, Bronislaw. *A Imaginação Social*. **Enciclopédia Einaudi**, vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. *Museus de Arqueologia: uma história de conquistadores, abandono e mudanças*. In: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, 6: 293-313, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARNEIRO, Cíntia Maria Sant'ana Braga. *O museu paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná 1902 a 1928*. Curitiba, UFPR. **Dissertação de Mestrado**, 2001.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Historiografia e Racismo*. In: **Preconceito racial em Portugal e Brasil colônia**: os cristãos-novos e o mito da pureza de sangue. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CHÂTELET, François; PISIER-KOUCHNER, Évelyne. **As concepções políticas do século XX**: história do pensamento político. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, p. 299.

DAMATTA, Roberto. *Digressão: A fábula das três raças ou o problema do racismo à brasileira*. In: **Relativizando**: uma introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1987, p. 58-85.

ELIAS, Maria José. Revendo o nascimento dos museus no Brasil. In: **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 2: 139-145, 1992.

FARIA, L. de Castro. **As exposições de antropologia e arqueologia do Museu Nacional**. Departamento de Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1949.

FERREIRA, Lúcio M. “Um bando de idéias novas na” Arqueologia (1870-1877). In: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP**. São Paulo: USP, vol. 11, 2001, p. 22-33.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8<sup>o</sup> ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 470, ênfase em itálico usada neste ensaio.

FERNANDES, José Loureiro. **Museu Paranaense**: resenha histórica (1876-1936). João Haupt, 1936

GASPAR, Maria Dulce. **Sambaqui**: Arqueologia do litoral brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GRAHAM, Richard. Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado. In: **Diálogos**. Maringá, v. 05, n. 1, dez. 2001, p. 25-26

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma**: a modernidade na selva. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

HELM, Cecília Maria Vieira. **Kaigang, Guarani e Xetá na historiografia paranaense**. Curitiba: Design Estúdio Gráfico, 1997.

HEIZER, Alda Lúcia. Observar o Céu e medir a Terra. Instrumentos científicos e a participação do Império do Brasil na Exposição de Paris de 1889. Campinas, Unicamp. Tese de Doutorado, 2005.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1870**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HUNT, Lynn; APPLEBY, Joyce; JACOB, Margaret. Scientific History and the Idea of Modernity. In: **Telling the truth about history**. New York: WW Norton, 1995.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os Outros: Intersubjetividade, Espaço Público e Representações Sociais. In: JOVCHELOVITCH, Sandra; GUARESCHI, Pedrinho (org.). **Textos em representações sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994,

LANGER, Johnni. Ruínas e Mitos: a Arqueologia no Brasil Imperial. Tese de doutorado. Universidade Federal do Paraná, 2001.

\_\_\_\_\_. ; RANKEL, Luiz F. Cultura Material e civilização: a Exposição Antropológica Brasileira de 1882. In: **Cadernos do CEOM**, Chapecó, ano 19, n. 24, Jul. 2006, p. 13-28.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional (Casa da Moeda), 1984, p. 11-50.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo: Ucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. A mesma fé e o mesmo empenho em suas missões científicas e civilizadoras: os museus brasileiros e argentinos do século XIX. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, n. 41, p. 55-76, 2001.

\_\_\_\_\_. Viajando pelo mundo dos museus: diferentes olhares no processo de institucionalização das Ciências Naturais nos museus brasileiros. In: **Imaginário – USP**, n. 3, p. 59-78, 1996.

\_\_\_\_\_. Viajando pelo campo e pelas coleções: aspectos de uma controvérsia paleontológica. In: **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**. Rio de Janeiro, RJ : Fundação Oswaldo Cruz v. 8, n. 3, supl., p. 881-897 , dez. 2001.

LANGER, Johnni. Ruínas e Mitos: a Arqueologia no Brasil Imperial. **Tese de doutorado**. Universidade Federal do Paraná, 2001.

MARTINS, Estevão de Rezende. Historicismo: tese, legado, fragilidade. In: **História Revista**, 7 (1/2): 1-22, jan./dez. 2002.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Proj. História**, São Paulo: p. 7-27, dez. 1993.

OLIVEIRA, Ricardo Costa. **O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e estado no Paraná**. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

OLIVIER, Laurent. As origens da Arqueologia francesa. In: **Textos didáticos**, Repensando o Mundo Antigo, 2ª ed., IFCH/Unicamp, n. 49, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **As exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1997.

POLIAKOV, Leon. **O mito ariano: ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

POMIAN, K. Coleção. **Enciclopédia Einaudi**, 1. Memória – História. Porto: Imp. Nac. Casa da Moeda, 1984, p. 51-86.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-215.

\_\_\_\_\_. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PODGORNY, Irina. Uma exibição científica dos pampas (apontamentos para uma história da formação das coleções do museu de la plata). In: **Idéias**. Campinas, 5 (1): 173-216, Jan./jun., 1998.

RIBEIRO, Rita. A nação na Europa – breve discussão sobre identidade nacional, nacionalismo e supranacionalismo. In: **Cadernos do Noroeste**. Série sociologia. 22:1-2, 2004, 85-96.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração/Comemoração”: as utilidades sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, 2002, vol. 22, n. 44, p. 425-438.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

TERNES, José. Michel Foucault e o nascimento da modernidade. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, 7(1-2): 1995, 45-52.

TREVISAN, Edilberto. A gênese do Museu Paranaense (1874-1882). Curitiba, **Arquivos do Museu Paranaense – Nova Série – História**, n. 1, 1976.

TRIGGER, Bruce. **História do pensamento arqueológico**. São Paulo: Odysseus, 2004.